

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



SISTEMAS DEFENSIVOS
ENTRE O MONDEGO E O TEJO
(FINAIS DO SÉCULO XI A MEADOS DO SÉCULO XIII)

PAULO ANDRÉ GARCÊS

Orientador(es):

Prof. Doutor Pedro Gomes Barbosa

Prof. Doutor José Varandas

Dissertação de Mestrado especialmente elaborada
para a obtenção de grau de Mestre em História Medieval

Lisboa, Setembro de 2018

ÍNDICE

Agradecimentos	1
Resumo e palavras-chave	2
Abstract and Keywords	3
Introdução	5
I. A Região Entre o Mondego e o Tejo	11
1.1. Geografia da Região	12
1.2. As Vias de Comunicação	18
II. Sistemas e Métodos defensivos na Reconquista Portuguesa	26
2.1. A Guerra de Fronteira e o “Serviço” Militar	27
2.2. Sistemas de Vigia	38
III. A Linha Defensiva do Mondego	43
3.1. A reforma do século XI da linha defensiva de Coimbra	44
3.2. A pressão Almorávida	51
3.3. A estratégia militar de D. Afonso Henriques	59
3.4. A aposta nas Ordens Militares	66
IV. A Conquista do Sul Estremenho	73
4.1. Consolidação do território e a sua defesa	74
4.2. A campanha Almóada de Al-Mansur (1190-1191)	79
4.3. Pontos de vigia entre o Mondego e o Tejo	83
Conclusão	109
Bibliografia	119

AGRADECIMENTOS

À minha mãe que sempre me deu todo o apoio para continuar os meus estudos, incentivando-me para superar novos desafios e preparar o meu futuro.

Aos meus amigos que me acompanharam por todo este percurso, em especial aos que estiveram ao meu lado durante os anos que estudei na Faculdade de Letras.

Ao meu mestre Pedro Gomes Barbosa por todo o contributo que deu ao meu gosto pela história Medieval, e pelo esforço, dedicação e conselho durante a elaboração desta dissertação.

Ao professor José Varandas por me ter aconselhado e auxiliado na redação da dissertação.

RESUMO

Os sistemas defensivos que acompanharam o crescimento do futuro reino português estiveram ligados ao sucesso do seu estabelecimento como um Reino medieval independente. Apoiados, durante as ocorrências do século XII, por uma importante linha de meios de vigilância que auxiliaram a evolução e sucesso destas mesmas estruturas. Estas evoluções, desencadeadas desde o período de governação de D. Sesnando, estabeleceram novas metodologias defensivas, acompanhadas pelo apoio dos cavaleiros de fronteira e a aposta numa vasta rede de postos de vigilância.

Procuramos, a partir dos dados de base toponímicos dispostos pela geografia portuguesa, delinear o posicionamento de vigias e seu auxílio aos principais castelos da altura. Focando na extensa área entre o Mondego e Tejo e a formação das suas linhas defensivas, com as particularidades do terreno e das vias de comunicação que o atravessavam. Mencionando através destas posições, as vantagens que proporcionaram ao infante D. Afonso Henriques nas suas campanhas de expansão e luta contra as ameaças muçulmanas.

Palavras-chave: Fortificações, Vias, Castelos, Sistemas defensivos.

ABSTRACT

The defensive systems that followed the growth of the future Portuguese kingdom were connected with the establishment of a successful independent medieval Realm. Supported, during the events of the XII century, by important means of surveillance that assisted the evolution and success of these structures, this evolution unleashed, since the period of governance of D. Sesnando, established new defensive methodologies, accompanied by the support of the frontier horseman and the wayer in a wide net of surveillance posts.

We seek, from the toponymical baseline data spread by the Portuguese geography, to delineate the positions of the lookouts and their assistance of the principal castles of this timeline. Focusing in the wide area that spreads between the Mondego and Tagus rivers, and the formation of the defensive lines, with the particularities of the terrain and the roadways that crossed through. Mentioning through these positions, the advantages they provided to the prince D. Afonso Henriques in his expansion campaigns, and combats, against the Muslim threats.

Keywords: Fortifications, Roads, Castles, Defensive systems

ABREVIATURAS

CMP: Cartas Militares do Exército Português

VG: Vértices Geodésicos

PMH: Portugaliae Monumenta Historica

INTRODUÇÃO

A Reconquista cristã ao longo dos seus estágios de evolução militar prolongou-se de acordo com as novas realidades históricas encontradas. Durante estas diferentes fases, os povos que se abrigaram nas zonas montanhosas do Norte da Península Ibérica continuavam a sua sobrevivência aos ataques das hostes muçulmanas, reconhecendo a importância de organizar defesas eficientes à tipologia bélica aplicada pelo novo inimigo. Nomeadamente a partir do século IX, com os avanços para sul dos territórios pertencentes a estas populações, foram necessárias reformas nos seus sistemas defensivos, de modo a manter seguras estas novas possessões, que estavam espalhadas por um território de características geográficas diferentes, espelho de novos desafios e adaptações de ordem defensiva. Devido a estes acontecimentos, e de acordo com a estratégia militar aplicada em qualquer conflito da história da humanidade, a geografia desempenhou um papel importante no pensamento militar dos líderes presentes neste conflito.

Surgem, portanto, novos sistemas de comportamento defensivo contra as hostilidades muçulmanas, que se alongam durante os séculos de combate contra o Islão. Os monarcas cristãos, além dessa constante pressão sulista, tiveram de reformar e modificar certos aspectos da sua sociedade ibérica. Desde a época visigótica a Península observou a entrada de diferentes vias culturais e mentalidades no seio do seu território, concretamente nos métodos e comportamentos durante conflitos, misturando na sua base muitas características diferentes. Depois desta vaga germânica que aproveitou as estruturas deixadas pela presença romana. A entrada do Islão fomentou novas transformações na sua base urbana de influência latina e no montante crescente de culturas presentes na esfera populacional Hispânica. Nomeadamente no número de povos que chegaram ao território a partir do já extenso império muçulmano. Estas particularidades formaram o “caldeirão” populacional presente neste território, que se dividiu somente na crença religiosa e na retoma de um desvanecido reino germânico. Pilar que representou a vontade dos primeiros monarcas asturianos em expandir o seu território, e a combater activamente a ameaça muçulmana fora da protecção das cadeias montanhosas.

A presença muçulmana beneficiou o crescimento dos polos urbanos e a sua importância económica, cultural e militar, nas diferentes regiões peninsulares. Presente

nestas cidades formou-se um novo género de população de carácter livre¹ e diferente do feudalismo que se vivia no resto da Europa. Homens livres que mantiveram um papel fulcral nas hostilidades entre muçulmanos e cristãos, mesmo maior parte manifestando uma cultura semelhante aos primeiros, os moçárabes. Estes indivíduos em muito estarão interligados à escalada do conflito, e às tensões vividas com os migrantes do resto da Europa. Criam uma forte comunidade dentro dos estados cristãos e manifestam uma certa relevância no sucesso da criação e crescimento destes reinos, causando grande resistência às reformas religiosas criadas pelo pontífice para unir o mundo católico na égide da igreja. Algo que cria tensões nas comunidades habituadas a uma liberdade religiosa nas suas vidas diárias e nas maneiras que interpretam a sua religião, e por sua vez, um dos desafios que os reis católicos terão de gerir nos seus estados agora representados por estas diferentes culturas.

Nestas ocasiões ao longo da história ibérica evoluíram as questões estatais, religiosas e militares. Estruturante no caso divergente de acordo com as transformações medievais desenvolvidas no resto do continente, representando um caso único e mais tardio de adaptação a estes novos métodos de estruturação de uma população, e a presença do elemento religioso como forte polo administrador e de poder político. Em busca destas transformações certos autores² debruçaram diversos capítulos da sua investigação, concluindo dados importantes para o estudo da sociedade medieval portuguesa e o seu caminho até à formação da sua independência. Construído envolto de diversos acontecimentos históricos, que proporcionaram a criação de uma nova identidade cultural e coesão regional em volta de um povo de diversas raízes.

Apontamos visto as relativas informações presentes sobre este período nos dados históricos investigados recentemente, a uma incidência do ponto de vista militar da possibilidade de viabilizar um novo reino no meio dos combates internos e externos sobre o poder na Península Ibérica. Em concreto, neste ponto mais ocidental, muitas

¹ As cidades constituíram centros de poder, pelos seus termos e áreas de influência, que aglomeravam outras localidades. Pelos caminhos régios, que passavam por elas, onde normalmente estavam as sedes de bispados com a responsabilidade de povoar o território e auxiliar na sua defesa. As cartas de povoamento desempenhavam, também, um papel crucial neste propósito. No interior destes polos populacionais cresceu um novo tipo de sociedade, militarizada, presente nas áreas limítrofes, capaz de defender o território. Ali desenvolveram-se os cavaleiros e peões, que formavam a base da Reconquista e, em certos casos, o nascimento de uma nova nobreza. RUCQUI, *História Medieval da Península Ibérica...*, 1995, p. 280.

² Trabalhos essenciais para a compreensão das transformações em concreto do caso português: MATTOSO, *Identificação de um País...*, 1985; *Fragments de uma composição medieval...*, 1990; Cluny, *Cruzios e Cistercienses, Na Formação de Portugal...*, 1983; D. Afonso Henriques..., 2007; BRANCO, *D. Sancho I...*, 2012; MARQUES, *História De Portugal...*, 1972; SOARES, *Formação do Estado Português...*, 1989.

transformações foram conduzidas através das influências das culturas presentes na região, e as diversas técnicas adaptadas aos métodos em que era realizada a guerra dentro das características geográficas peninsulares. Desde da campanha veloz dos muçulmanos à impreparada estrutura defensiva cristã, sérias reformas foram desencadeadas de forma a manter mais facilmente as zonas dificilmente conquistadas. Muitos métodos foram adotados da presença islâmica via a comunidade moçárabe, e os avanços recebidos do Norte cristão e das suas fortalezas feudais. Entre estes dois opostos houve uma adaptação do que viriam a ser as estruturas e métodos de defesa das populações cristãs. Estas evoluções são alvo de diversos trabalhos de investigação, de como foram evoluindo e adaptando a sua metodologia aos diversos estágios de mais forte presença inimiga. Nestes detalhes destacamos diversos autores³, que contribuíram para a descrição do esforço defensivo cristãos e as suas linhas de evolução. Interligando a estruturação de uma sociedade militarizada na fronteira com as suas determinadas características e flexibilidade, para combater incursões inimigas e defender pontos de crucial importância estratégica, tais como as estruturas construídas e mantidas para efectuar uma sucedida protecção dos territórios abrangidos e as suas características naturais.

Procuramos, vistos estes dados, analisar a viabilidade da rede defensiva portuguesa nos primeiros tempos da sua criação, em concreto nos métodos que interligavam os principais pontos defensivos com os meios de vigia e aviso de ataques inimigos. Algo que é necessário para a informação de qualquer sistema militar e do seu poder de resposta a hostilidades iminentes, um caso muito corrente nas fronteiras que dividiam os lados opostos. Visto que já foram realizados trabalhos sobre a realidade do esquema bélico entre a fase de progressão entre o Douro e o Mondego, encontramos a possibilidade de acrescentar alguns dados sobre a evolução dos mesmos requisitos até à Reconquista definitiva da linha do Tejo. Marcada por campanhas com certos percalços durante o período da Reconquista portuguesa, que não disponibilizaram um território seguro para a instalação de novas populações e motores económicos basilares para a ocupação efectiva de um espaço de fronteira. Cautelando estes processos longos de

³ No decorrer da investigação para esta dissertação centrámo-nos nas valiosas contribuições para o estudo das técnicas militares de fortificação, no caso português, nas seguintes obras: BARROCA, *Do castelo da Reconquista ao castelo românico...*, 1991; “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa...”, 1997; MARTINS, *Guerreiros de Pedra...*, 2016; COELHO, *As comunicações na Idade Média*, 2001; BARATA; TEIXEIRA, *Nova História Militar de Portugal*, 2003; BARBOSA, *Reconquista Cristã...*, 2008.

colonização de espaços inseridos num clima constante de agressividades militares, foi essencial montar estes sistemas.

Os regimes de permanentes vigias, que forneciam alguma segurança aos homens e mulheres instalados nestas zonas, espalhavam-se nos aglomerados instalados por estas populações. A sua localização, usufruindo de características favoráveis do terreno, próximos de fortificações e observando as artérias de comunicação, responsabilizou estes elementos militares para um dever acrescido com os escalar dos eventos conflituosos das vagas berberes organizadas nas fases finais de avanço da Reconquista do futuro território português. As hostilidades originárias do Magrebe pelos almorávidas desde o século XI presenciaram um novo período de grandes conflitos entre cristãos e muçulmanos.

Na base da defesa da região estremenha estiveram estes serviços obrigatórios para as comunidades de fronteira, de modo a garantirem a sua sobrevivência. Com o objectivo de povoar um território muitas vezes pouco vantajoso, em termos de segurança, para a migração de novos colonos e das suas actividades diárias, tal como o desenvolvimento de novas possibilidades económicas num território habituado a outras realidades durante o período de hostilidades. Onde já habitavam certas comunidades habituadas e inseridas nas actividades socioeconómicas abrangidas pela guerra, mas que usufruíam uma certa independência que não compactuava algumas vezes com os interesses expansionistas de ambos os lados opostos. Foi necessário, por sua vez, também de inserir estas comunidades numa unidade política após anos de uma certa independência.

Na base deste sistema defensivo estavam os postos de vigia e as suas localizações cruciais, para manter um apertado controlo sobre os territórios e a sua eventual protecção. Referimos esse assunto como o foco desta dissertação, o posicionamento destes pontos ao longo do espaço de fronteira entre o rio Mondego e Tejo, e em conclusão a assistência que fariam aos castelos e outros pontos fortificados ao longo da sua área de actuação. Algo problemático devido à escassa informação dos documentos desta época sobre o assunto, nas áreas onde eram apontadas as localizações para a instalação de postos de sentinelas. Os documentos na posse dos historiadores contemporâneos referem em maior medida as obrigações deste posto para as comunidades limítrofes. Especialmente nos foros e costumes, e cartas de foral destas populações, onde podem ser encontradas referências a este serviço e às consequências individuais do seu incumprimento.

Devido a esta falta de documentação e referências à metodologia de contruir estes postos avançados, apesar de ser conhecida a procura de locais de vigia em zonas de altitude e de travessia de acidentes geográficos, é escassa a possibilidade de encontrar os seus pontos de implantação. Apesar desta falta de referências, alguns dados sobreviveram para apontar a presença destas estruturas numa determinada área. Mencionamos a toponímia, presente na geografia portuguesa, que sobrevive até hoje no nome de terras, regiões e outros pontos que indicam a outrora presença de sentinelas. Ao procurar neste âmbito a sua presença ao longo do percurso até ao Tejo, é possível deduzir a localização de alguns destes pontos com o auxílio, sempre que possível, de alguma documentação coeva. Investigando em concreto as Cartas Militares do Exército Português de escala 1/25 000, e o Relatório Toponímico de Portugal⁴, é possível encontrar algumas destas referências antigas e apontar a área onde outrora se instalavam estes postos. Em concreto na menção de topónimos como Atalaia, Torre, Esculca e Castro, ou Castelo, simples ou em associação toponímica, entre outros casos. Algumas fortificações anteriores ao século XI, e inutilizadas posteriormente devido à expansão da fronteira ou construção de estruturas mais avançadas, poderão ter sido utilizadas como postos de vigia, igualmente, e mantendo postos defensáveis para os indivíduos neste serviço de vigilância. No entanto, é algo que é difícil conferir mais uma vez pelas escarças informações sobre a disposição de vigias, tal como o número de postos instalados para velar por uma determinada região ou posição fortificada. Temos que, devido a estas características, confiar na toponímia sobrevivente nas terras estremenas para apontar algumas das posições apontadas, para os indivíduos encarregados do dever de sentinela.

Portanto, pretendemos aqui, acrescentar à informação histórica estudada, sobre esta época, importante para o crescimento e desenvolvimento de um futuro novo reino, uma das ferramentas militares que esteve ligada à manutenção e sucesso defensivo das suas posições, e às reformas militares outorgadas ao longo de todo o século XII. Em suma, compiladas num sistema defensivo coeso que nunca mais foi perdido após a sua reconquista, serviu de base para o reino português como territórios de grande importância para as futuras conquistas dos territórios a sul, onde estes métodos foram sempre utilizados e recriados para a manutenção de importantes praças, como a persistente

⁴ *Cartas Militares de Portugal...*, 1967 e *Relatório Toponímico de Portugal*, 1967.

resistência de Évora e da sua ordem de cavalaria em contraste aos restantes percalços ocorridos no além Tejo.

Inserido nestes parâmetros pode nascer um novo reino doravante, inserido no esforço cristão de recuperar o território, com ao mesmo tempo, a vontade de se afirmar como reino independente. Desde os seus primórdios a vertente defensiva interligou-se na maneira como sucessivamente progrediu na conquista de novas terras. Nesses métodos e formação de carácter de Reino foi formado um novo ímpeto contra as vagas de berberes, que assolaram a progressão do cristianismo desde a expansão inicial do Islão na Europa no século VII. Marcando a vontade de proteger as novas conquistas e adaptar as estratégias para manter as novas possessões, e as suas vantagens para a população. Assim foram evoluindo os sistemas defensivos portugueses e a paisagem medieval com as suas robustas fortificações e cidades amuralhadas. Este é o contexto proposto nas seguintes páginas, onde as técnicas adquiridas nestas épocas de volatilidade criaram dispositivos eficientes de vigia da fronteira, em complemento com a construção e manutenção de castelos essenciais, inseridos na formatação da sociedade da marca portugalense para a defesa das terras entre o Mondego e o Tejo. Algo que o primeiro rei português necessitou nas primeiras décadas do seu reinado, devido às diversas ameaças efectuadas ao seu território nas diversas vias de expansão do poder da sua dinastia.

I

A REGIÃO ENTRE O MONDEGO E O TEJO

1.1.

GEOGRAFIA DA REGIÃO

Desde as primeiras fases da Reconquista Cristã, os seus intervenientes aproveitaram as diferentes especificidades do terreno para seu proveito e sucesso militar. O mesmo foi essencial para o território entre os férteis campos dos rios Mondego e Tejo. Onde a instalação da população dependia vivamente da sua protecção e estabilidade dentro da região em si, para colonizar e aproveitar os espaços conquistados. Deste modo, é necessário analisar a sua geografia para relacionar o posicionamento estratégico das principais defesas, tão como, a sua eficácia como bases de operação de manobras militares, tanto ofensivas como defensivas.

Iniciando esta observação pelo rio Mondego⁵ e o seu estuário, que protegia o grande pólo urbano cristão da região desde o século XI, Coimbra. Contava com uma fronteira natural de 227 km⁶ desde da sua nascente na Serra da Estrela até à sua foz. Em conjunto com a vasta cordilheira central⁷, disponibilizou uma eficaz barreira natural defensiva que contava com uma vasta área montanhosa, representada por grandes relevos e caminhos inacessíveis para ataques vindos do sul.

A esta faixa que dividia os territórios das duas forças opostas é frequentemente relacionada com a palavra «Estremadura»⁸, reconhecido por diversos autores como uma região de fronteira que ao longo do tempo foi evoluindo na sua tipologia e área geográfica abrangente. No entanto, pode ser dividida em diferentes subdivisões, organizando a vasta área em unidades mais facilmente reconhecidas; as Estremaduras Setentrional, Central,

⁵ Este rio, com a sua rede de afluentes, representava uma excelente barreira natural, e sustentava um conjunto de campos férteis, apesar de alguns espaços pantanosos e eventuais cheias. O baixo Mondego foi amplamente estudado por Maria Helena da Cruz Coelho como grande artéria comercial e meio de comunicação. COELHO, *Baixo Mondego nos finais da Idade Média...*, 1989.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 3.

⁷ Na mesma medida que os rios, as cadeias montanhosas, funcionavam como grandes muralhas naturais para os territórios do norte cristão, onde a inacessibilidade e condições precárias para a movimentações de hostes militares tornavam difícil qualquer tentativa e condicionavam os ataques sobre as zonas de planícies, com recursos a redes viárias, assegurando as posições recentemente conquistadas pelos cristãos e apropriando de vales e regiões dificilmente acessíveis para as algaras muçulmanas. RIBEIRO, *Formação de Portugal...*, 1987, pp. 47-48.

⁸ O significado desta região é linearmente descrito como um local de fronteira “*Estremadura*”, que invoca o *limes* do território e não somente o seu carácter geográfico. A este propósito a Estremadura foi sempre delimitada em espaços geográficos diferentes de acordo com a expansão da reconquista, passando a ser uma zona mais coesa, das zonas montanhosas para a zona litoral da região estudada nas épocas mais modernas. MATTOSO; DAVEAU; BELO, *Portugal. O sabor da terra...*, 2010, p. 455.

Austral e Tagana⁹. As divisórias do território português tiveram um grande desenvolvimento nas últimas épocas com os trabalhos de importantes figuras na área da geografia. Outra referencia associada ao território estremenho seria a Beira Litoral¹⁰, definidas pelas planícies e camadas pliocénicas da Linha de Coimbra-Condeixa-Pombal-Leiria e Nazaré. Estas divisões concentradas pelo género de terreno e relevo encontrado têm um importante carácter, mas serão somente mencionadas pelo seu valor interpretativo.

O Baixo Mondego encontrava-se, pela sua proximidade a meios aquáticos, numa área pantanosa entre os paus de Ulmar de Verride e de Ulmar de Leira¹¹. Espaço inserido no Centro Litoral¹², reconhecido pelos retalhos do Pliocénico no litoral em conjunto com os calcários do Jurássico de largas abóbodas que formavam o relevo da região assinalada.

Nestes sistemas montanhosos dispersados em direcção ao Tejo não eram marcadas elevações acima dos 700 metros, ao contrário das cadeias do Maciço Central encostadas às margens do rio Zêzere, entre estas serras estremenhas encontramos principalmente a partir do Mondego as seguintes:

«As mais importantes das elevações em forma de cúpula são as Serras do Rabaçal (525 m), de Sicó (551 m), de Alvaiázere (612 m), do Aire (677 m) e dos Candeeiros (613 m). Entre as duas últimas estendem-se vastos planaltos de 400 a 500 m de altitude, que constituem o extenso Maciço de Porto de Mós. A última elevação é o Montejunto (666 m) (...)»¹³.

Estas zonas acidentadas mais acentuadas em contraste às colinas de menor dimensão, determinaram muito do que viria a ser as cinturas defensivas da zona central da Estremadura que rodeavam o Maciço de Porto de Mós¹⁴, até Lisboa e Santarém.

⁹ Sobre este assunto, Pedro Gomes Barbosa justifica estas divisões com base política e administrativa e não meramente geográfica, pelo que, as fronteiras físicas que iam evoluindo no contexto da Reconquista eram reconhecidas pelas barreiras geográficas que encontravam nas diferentes tipologias de terreno existentes. BARBOSA, *Povoamento e Estrutura Agrícola Na Estremadura Central...*, 1992, pp. 14-21.

¹⁰ LAUTENSACH, "Portugal Litoral Médio" in *Geografia de Portugal...*, 1987, p. 156.

¹¹ BARBOSA, *op.cit.*, p. 14.

¹² LAUTENSACH, *op.cit.*, p. 157.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 157.

¹⁴ O maciço de Porto de Mós ilustrava a paisagem atlântica central, garantida pelas bacias férteis e os seus meios aquáticos recorrentes que proporcionavam a fixação de meios de habitação. Este eixo montanhoso a que fazia parte Porto de Mós, e que incluía toda a "plataforma" de Leiria, Tomar e Ourém, entre outros, precisava destes maciços calcários como grandes captadores de água para as terras que transitavam para

Os relevos menos acentuados são característicos da parte ocidental do Centro Litoral, escarpado pelas arribas que percorriam a costa, constituídas por superfícies em erosão pela proximidade marítima. A costa é assim relacionada com uma aglomeração de dunas cobertas de material arenoso, que formavam as lagoas características da costa portuguesa, complementados por determinados rios navegáveis na altura da Reconquista. Esses pequenos sistemas hidrográficos, fazem parte das Serras e vales percorridos por estreitos rios e ribeiras que procuravam desaguar na orla marítima, sendo muito importantes para o desenvolvimento das populações inseridas neste espaço. Um destes exemplos é Óbidos¹⁵, uma importante localidade dentro deste espaço conhecida pelo seu futuro desenvolvimento dentro da região.

Contudo, a Estremadura é predominantemente plana com planícies onde se encontra a distinção entre o Norte e Sul português¹⁶. Opondo o norte montanhoso, onde outrora a linha defensiva cristã estava constituída, beneficiando destas características geográficas. Uma zona mais propícia para a circulação de hostes militares e as suas caravanas, tão como, as frequentes algaras comuns da época. Embora a instalação de novos centros populacionais tenha sido dificilmente realizada, segundo os incentivos das cartas de foral, devido à relativa instabilidade da marca certos benefícios foram necessários para atracção de indivíduos. Muitas destas áreas viradas para o interior e fora do alcance dos recursos do litoral eram reconhecidas como charneças¹⁷, desprovidas de grandes concentrações de homens, excepto as que estavam perto de meios de comunicação¹⁸ ou de recursos hidrográficos.

menores altitudes, contrastando com o ambiente árido e desértico encontrado nestas zonas. MATTOSO; DAVEAU; BELO, *op.cit.*, pp. 480-484.

¹⁵ BARBOSA, *op. cit.*, p. 20.

¹⁶ Orlando Ribeiro evidencia esta transformação geográfica nas suas obras, nas quais comprova a grande diferença sentida e as transformações na guerra de fronteira, na passagem dos cumes mais acentuados acima do Rio Mondego, para as terras mais planas da zona meridional portuguesa, do Portugal Atlântico para o Mediterrânico. RIBEIRO, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico...*, 1986, pp. 131-178.

¹⁷ Em termos demográficos as zonas de charneca eram associadas a áreas desertas ou sem população instalada, onde muitas das povoações iniciais aproveitavam os recursos importantes dos pântanos e florestas. MATTOSO, *Identificação de um País...*, 1985, pp. 301-304.

¹⁸ Casos de Coimbra, Lamego e Viseu, cujo desenvolvimento coincidiu com a interligação das suas vias de comunicação, marcando a importância militar e comercial, principalmente a de Coimbra, como localidade de grande importância estratégica para o esforço bélico. Idem, *ibidem*, p. 309.

A planura da região central em conjunto com um relevo menos frequente e acentuado é particularmente evidente a partir de Alcobaça¹⁹, onde estão formadas as pequenas colinas do Cretácico e do Jurássico de forma ondulada que percorriam toda a área:

«Na realidade o conjunto das colinas baixas, pouco ultrapassando os 200 a 250 metros de cota, de relevo velho e vales abertos [...]»²⁰.

Repartidas por algumas zonas acidentadas mais destacadas junto à costa, a partir da Nazaré e na área circundante às Caldas da Rainha²¹, até Montejunto e Sintra. Sendo estes últimos os maciços de calcário e xisto²², respectivamente, de maior envergadura até a margem do Tejo.

Desta zona mais central percorrendo a «Península de Lisboa»²³, encontramos pequenas colinas e vales calcários com uma cobertura argilosa, cortadas em certas localizações por acidentes geográficos mais predominantes como no caso anteriormente referido de Sintra, junto ao litoral. Com a chegada à cidade em questão num percurso preenchido por planaltos é encontrado o rio Tejo, que difere com as particularidades do presente. Na época as águas taganas transpunham as barreiras hoje conhecidas, chegando a Frielas e à Baixa de Loures, não transpondo Alverca²⁴, no entanto. A parte da actual da baixa de Lisboa também era penetrada por um pequeno afluente do rio como exemplo mais conhecido.

A bacia do Tejo é geralmente constituída por depósitos arenosos e iodosos inserida na sua camada continental²⁵, que formavam a zona altamente fértil reconhecida como Valada²⁶ pelos muçulmanos. As terras banhadas pelo rio até Santarém, preenchidas pelas superfícies de estratos do Quaternário que cobrem toda esta margem hidrográfica, atribuíam a toda a área a valorização de «celeiro de Portugal da Idade Média»²⁷. Em conjunto com o Mondego, concentraram os recursos agrícolas essenciais para o

¹⁹ As *colinas suaves* das mais evidentes serras da região são uma constante em todo o território, inseridas numa concentração evidente de vales e ravinas importantes para a instalação dos sistemas defensivos da época. BARBOSA, *op. cit.*, p. 20.

²⁰ Vide, *idem, ibidem*, p.16

²¹ Concretamente, as serras de Pederneira, Pescaria e Bouro, a sul da Nazaré. *Idem, ibidem*, p.20

²² RIBEIRO, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico...*, p. 133.

²³ BARBOSA, *op. cit.*, p. 18.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 18.

²⁵ LAUTNSACH, *op. cit.*, p. 158.

²⁶ Para os geógrafos medievais muçulmanos a região da Balada (actual valada) era marcada pelo território entre as localidades de Sintra, Lisboa e Santarém. Era muito valorizada pelos seus ricos solos e pela quantidade de produtos agrícolas ali produzidos. Vide Al-Idrisi ,*Geografía de España...*, 1974, p. 163.

²⁷ MARQUES, *Introdução à História da Agricultura em Portugal...*,1968, pp. 22-23.

crescimento da população e o aproveitamento económico das comunidades neles inseridos.

Seguidamente ao grande estuário sedimentar marinho que terminava na Arrábida, formava depois do golfo e o estreitar da sua dimensão, lezírias e pequenos esteiros na subida do rio até a barreira da serra de Montachique. Em particular desde Vila Franca de Xira²⁸, eram encontradas estas pequenas ilhas aluviais.

O estuário deste rio pela sua largura máxima de 15 km²⁹, permitia o acesso de navios de grande porte no seu caudal, desempenhando também o papel de porto de abrigo essencial para o refúgio de tempestades ocorrentes no oceano atlântico. Lisboa assim representava um ponto de convergência de embarcações, representando um centro de logística em tempos de guerra de ampla importância como espaço necessário, chamado de «mar da palha»³⁰, entre os cabos de Sintra e da Arrábida.

Contudo os exércitos que pretendessem uma passagem mais segura teriam que usar os canais menos profundos depois do golfo. A partir de Santarém até Torres Novas assinalamos a região muito utilizada para a penetração de hostes inimigas, pela possível transposição tagana mais acessível. Após a perda destas posições pelos muçulmanos as incursões bélicas realizadas, como evidenciado nas campanhas contra a linha do Tejo, abordavam uma transposição para a outra margem do rio nesta área aproximadamente. Local geográfico onde também foram construídos muitos pontos de defesa entregues a ordens militares. Tomar foi um desses pontos entre a Serra dos Candeeiros e o Maciço Central, disponibilizava de uma localização que dividia o estremenho e o beirão interior³¹, em conjunto com Pombal³².

Entre estas duas marcantes redes hidrográficas foi assinalado o conflito que desenrolou entre os cristãos e muçulmanos, na história que se desenrolou entre os séculos X e XIII. Centrando o crescimento de um novo reino e de novas ambições para os senhores deste território, que através da guerra expandiram o seu domínio e desenvolveram as ferramentas necessárias para combater o seu opositor nas

²⁸ RIBEIRO, “O mar e a Costa“, *Geografia de Portugal...*, 1987, p. 80.

²⁹ A área hidrográfica tagana abrangia 261 km² com canais profundos limitados pelas arribas e dunas da Caparica, proporcionando um ótimo porto de abrigo para embarcações e frotas, tal como utilizado no cerco a Lisboa pelos Cruzados. Idem, *ibidem*, p. 81

³⁰ Sobre a especial disposição de Lisboa e as diversas vantagens das águas que banham esta localidade, veja-se: MATTOSO; DAVEAU; BELO, *Portugal. O sabor da Terra...*, pp. 502-502.

³¹ BARBOSA, *op. cit.*, p. 19

³² MATTOSO; DAVEAU; BELO, *op. cit.*, p. 492.

particularidades do conflito da Reconquista. Factos políticos e militares que retificaremos nos capítulos seguintes, pela sua importância no desenrolar dos acontecimentos históricos especificamente na vertente bélica.

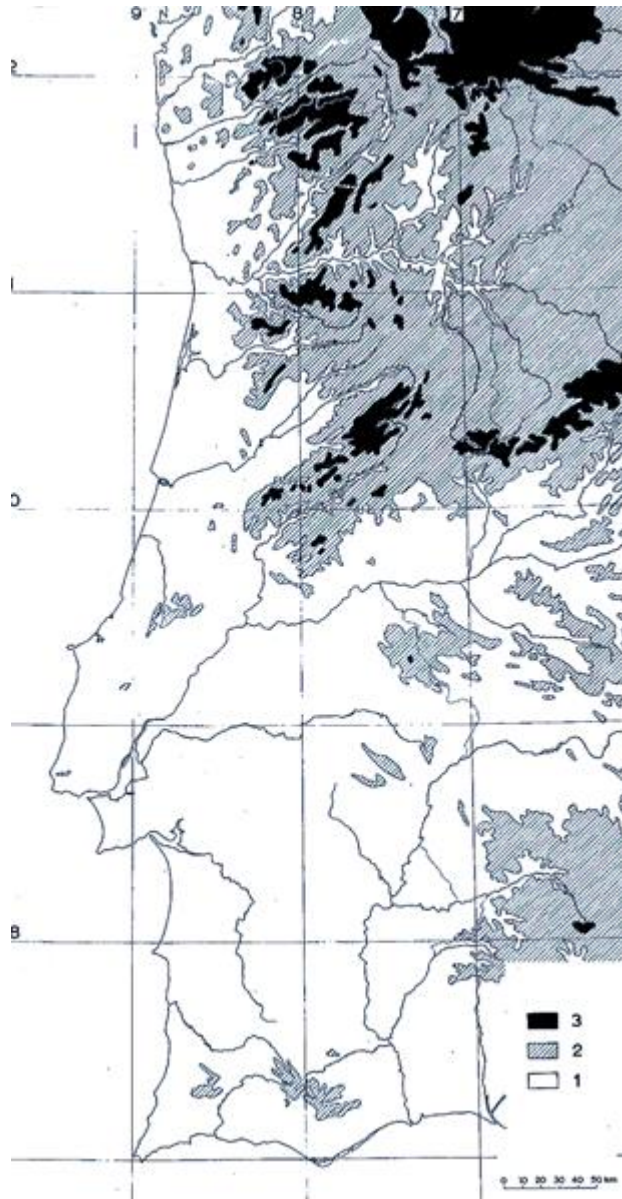


Figura I³³: Relevo de Portugal

³³ Mapa retirado de: MATTOSO; DAVEAU; BELO, *op. cit.*, p. 169.

1.2.

AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

No âmbito de qualquer conflito a deslocação de efectivos militares está inteiramente vinculada ao sucesso das suas operações. O mesmo pode ser observado na época medieval, as vias eram muito utilizadas pelas hostes régias e senhoriais para este propósito, principalmente as de maiores dimensões que pela sua grande envergadura e consequentes necessidades logísticas, era necessário transportar uma grande quantidade de recursos essenciais para a manutenção de um elevado número de homens em campanha, tão como, para os animais que os acompanhavam. Na Reconquista, no entanto, as expedições desta dimensão eram menos comuns, pelo que maior parte das ofensivas realizadas pelos indivíduos nela inseridos eram de menor envergadura. Sacrificando ataques de uma maior escala por incursões cirúrgicas de maior mobilidade, de modo, a destruir uma quantidade elevada de recursos e infraestruturas inimigas. Nestes parâmetros realizou-se a guerra de fronteira ocorrente no *limes* cristão.

Os fossados também necessitaram de uma rede viária bem constituída para desenrolarem os seus ataques rápidos, surpreendendo o opositor impreparado. Serviram-se além dos caminhos principais deixados como componente histórica da passagem dos romanos pela Península, de caminhos secundários medievos³⁴, que circulassem por outras passagens e complementassem as possibilidades de ataque dos cavaleiros de fronteira. Em muitas destas redes encontravam-se meios defensivos permanentes ou provisórios que estiveram inseridos na realidade bélica da altura. Em concreto, as estradas que alimentavam as localidades e fortificações eram um bem altamente necessário para o desenvolvimento das populações e das suas actividades económicas, as quais perante o constante perigo de novas hostilidades necessitavam de um amplo sistema de protecção, havendo uma dinamização das mesmas em prol do progresso e económico e militar.

³⁴ Apesar de rudimentares na sua origem, os caminhos que existiam neste período ligavam as populações aos seus locais de actividade diária. Mas, muitos deles já não existem nos nossos dias. O principal papel destas estradas era ligar as pequenas localidades dispersas pelo território às suas paróquias, mercados, mosteiros, castelos, e outros pontos muito frequentados. Interligando-se com as vias mais extensas que ligavam os maiores aglomerados populacionais. Os centros administrativos necessitavam destes novos meios para, de forma mais eficiente, servir as comunidades mais afastadas, dos núcleos urbanos. e incorporavam sistemas defensivos e de vigilância. MONTEIRO, *A estrada da beira: reconstituição de um traçado medieval...*, 2012, pp. 19-21.

Pela sua extensão estas vias eram dificilmente protegidas na maior parte do seu itinerário. Em termos militares este tipo de ambição defensiva era impossível para os meios disponíveis na altura. A omnipresença de meios de segurança para os transeuntes das estradas não era um bem garantido, mas em certos pontos de convergência destes meios de comunicação eram encontrados locais com maior possibilidade defensiva dos caminhos e regiões. Além dos castelos e torres que asseguravam parte das artérias de comunicação do reino, os defensores também dispunham de passagens por rios e vales que proporcionavam pontos de elevado potencial defensivo. As redes hidrográficas que possuíam caudal suficientemente extenso para a apreensão da sua passagem por vezes dispunham de pontes, muitas destas construídas nos séculos anteriores pelos romanos na planificação das suas estradas principais. As estruturas encontradas nestas ocasiões permitiam um maior controlo da circulação viária³⁵, e igualmente o impedimento de algum tipo de ataque que constituísse perigo às populações das imediações.

Os acidentes geográficos apontaram a problemática da circulação terrestre, associados a entraves para as operações realizadas na guerra que se prolongava nas fronteiras do conflito ibérico. Contudo, não eram o único obstáculo para a circulação terrestre. As cheias dos meios aquáticos impossibilitavam em certas alturas do ano as passagens por estas estradas. O pavimento era inexistente ao contrário do que era evidenciado na época de ocupação romana, muitas das vias que eram utilizadas já não eram lajeadas pela inexistência de manutenção desde esse período. Apenas algumas das principais vias romanas detinham essas características, tendo resistido ao tempo as vantagens arquitectónicas deixadas por esta civilização. Portanto, as alturas favoráveis para o desenrolar de incursões militares estão relacionados com os meses mais quentes e de menos pluviosidade. Apontamos essa concentração de operações entre os meses de Abril e Outubro³⁶, antes das chuvas do Inverno e depois das da Primavera, que dificultavam a necessária utilização destes meios de comunicação. As estações do Verão e do Outono são, como conferido nas datas históricas, os meses de organização das maiores campanhas militares. Período onde as estradas medievais necessitam de uma acrescida preocupação estratégica por esta oportunidade de preparação de ataques. Porém, as redes fluviais apesar destas consequências durante os períodos de cheias à

³⁵ O controlo das deslocações das comunidades que se deslocavam pelo território era garantido pelos sistemas de vigilância que se estendiam até às fronteiras do reino. As pontes guarnecidas por estruturas defensivas, além de proteger as mercadorias e as pessoas que circulavam nas suas áreas de influência, constituíam importantes postos de vigia. Idem, *ibidem*, p. 21.

³⁶ Idem, *ibidem*, pp. 29-30.

utilização das vias terrestres, representavam por si só um meio de transporte usufruído pelas comunidades locais, aproveitando as correntes e caudais destes rios para o seu transporte e das suas mercadorias.

Os principais troços do esquema viário medieval ligavam os fundamentais centros urbanos como herança latina vigente em toda a área da Hispânia. Na região entre o Mondego e o Tejo a mais frequentada era especialmente a ligação entre as localidades de Lisboa e Braga, fazendo parte deste percurso também Santarém, Coimbra e o Porto. Este caminho, em suma, compreendia um itinerário que a partir de Olisipo seguia em direcção à zona de Alenquer (*Ierabriga*) antes da chegada a Santarém, desde esta localidade subia até Tomar (*Selium*), avançando seguidamente para Condeixa-a-Velha, onde ficam as velhas ruínas de *Conimbriga*, civitate que ficaria a pouca distância a sul da Coimbra medieval (*Aeminium*)³⁷.

O troço Olisipo-Bracara³⁸ representou o eixo de maior implementação de meios defensivos nos primórdios do Estado português, em concreto na ligação entre Coimbra e Santarém³⁹, no seu percurso foram construídas grande parte das medidas defensivas da região de modo a proteger mais eficazmente a região do Baixo Mondego. Sem contar com as inúmeras ramificações que serviam de ligação a este percurso terrestre, entre essas mesmas, a possibilidade de ligação as regiões mais a oeste para as antigas localidades romanas de *Collipo e Eburobritium*⁴⁰, e a região que serviam. Os maciços estremenhos conjuntamente abriam a possibilidade de caminhos serranos⁴¹, entre os vales e elevações

³⁷ ALARCÃO, *Portugal Romano...*, 1974, pp. 83-85.

³⁸ A marcante influência desta estrada, da antiga província lusitana romana, está referida ao longo da história portuguesa como a via fundamental para o desenvolvimento, expansão e defesa. Ainda hoje, grande parte do percurso desta estrada, é aproveitado por autoestradas e estradas nacionais que sobem o País até à fronteira norte. MANTAS, *As Vias Romanas da Lusitânia...*, 2012, pp. 174-19.1

³⁹ A «Estrada Coimbrã» seria o troço mais fustigado por incursões inimigas, em termos defensivos, desta via antiga, que ligava a cidade do Mondego, desde a sua ponte de Emínio a Tomar, praça-forte fulcral no plano defensivo da grande via. Evitando as partes mais intransitáveis da região por causa dos seus relevos acentuados e da sua perigosa travessia, assentava sobre um terreno argiloso que impossibilitava a circulação em certas alturas do ano. Eram característicos, também, os vales férteis da região estremenha, abundantes em géneros agrícolas, entre outros recursos, disponibilizando às hostes em deslocação a possibilidade de forragear mantimentos MATTOSE; DAVEAU; BELO, *Portugal., O sabor da terra...*, pp. 473-474.

⁴⁰ Esta possibilidade é transmitida por Jorge Alarcão na sua investigação sobre o Portugal romano. O povo Itálico teria construído, ou aproveitado, antigos caminhos para ligar as *civitates* instaladas no território ocupado. Conimbriga servia uma ampla concentração dessas localidades, em que Leiria (*Collipo*) e a identificada Évora de Alcobaça ou Amoreira de Óbidos (*Eburobritium*) estariam ligadas através da principal artéria que ligava a *Olisipo*. ALARCÃO, *op. cit.*, p. 85.

⁴¹ As povoações que nasceram nas proximidades destes caminhos, eram instaladas aproveitando a segurança dos relevos. As montanhas sempre serviram de refúgio dos povos que fugiam às incursões muçulmanas, e a partir dessas posições tiveram de facilitar a sua comunicação com o resto da população, abrindo caminhos, de difícil acesso, mas que serviam o seu propósito. Estas vias básicas acediam às de

desta região geográfica, manifestando a complexa rede de possibilidades viárias dos homens deste território. Expressando também a possibilidade de diversas áreas de refúgio de uma população, também em caso de um ataque do adversário islâmico.

Conimbriga pela mudança posterior da sua diocese para a cidade romana de *Aeminium*, levou à adoção do nome de Coimbra nesta localização, como referido anteriormente. Além dos principais roteiros que estavam inseridos na realidade da época da Reconquista, outros caminhos⁴² pesaram na actuação militar como já mencionamos, igualmente preponderantes para a aproximação do estuário do Mondego. Apesar da cidade estar a uma relativa distância da costa os seus perigos. Uma série de percursos secundários serviam região assinalada em conjunto com as vias primárias, isto evidencia a realidade de comunicações da Idade Média portuguesa, conjugando a praticabilidade das construções da antiguidade romana com mais recentes adaptadas a um novo cenário bélico.

A razão de toda esta incidência na junção de redes viárias em Coimbra, destacou esta localidade como o centro de implantação dos primeiros monarcas portugueses e das suas cortes, reiterando o excelente posto para a continuação da expansão para sul. Dominando Coimbra uma extensa rede de comunicação deste território da frente ocidental da Reconquista cristã, algo que foi aproveitado por D. Afonso Henriques numa política de aproximação às comunidades de fronteira e do esforço de guerra contra o Islão. Fundamentando este facto, estavam ligadas à localização deste polo populacional diversas estradas que serviam o Norte do reino até a região do Douro e Minho, em conjunto com a interligação a Este com Mérida. Unindo ainda o Sul, através da via que seguia até Santarém, a partir deste ponto existia uma ligação a Évora que bipartia por Elvas e Beja ou confluindo na estrada Mérida-Lisboa⁴³. Regionalmente encontra-se igualmente uma ligação do litoral ao interior desde a estrada da Neira, que prolongava o seu eixo de ligação até Castela, em complemento com as ligações referidas para norte entre Lamego, Viseu, Guarda e Covilhã⁴⁴. Muito ainda é desconhecido sobre a existência

maior dimensão, ramificando-se uma imensa rede de possibilidades viárias. MATTOSO; DAVEAU; BELO, *Portugal. O sabor da terra...*, p. 480.

⁴² Além do troço principal que ligava Lisboa-Santarém- Coimbra, existiam outras duas vias muito utilizadas para chegar a este destino urbano. Enquanto a primeira passava por Tomar, existia outra, complementar que atravessava Leiria até à cidade do Mondego, e ainda uma terceira, encostada às localidades de Porto de Mós e Alcanede. VEIGA, *Algumas Estradas Romanas E Medievais...*, 1943, p. 5.

⁴³ MONTEIRO, op., cit., p. 48.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 57.

e traçado destas antigas vias que serviam esta zona central, e apesar do trabalho arqueológico presente em certas zonas particulares, ainda existe muito por descobrir. Como exemplo, conhecemos parcialmente um meio de comunicação jusante do eixo do rio Mondego⁴⁵, que devia servir as populações instaladas na margem deste meio fluvial, assegurando também, a sua protecção com a proximidade do castelo de Santa Eulália, fortaleza que defendia a costa coimbrã. Todas estas ramificações viárias centravam as ferramentas necessárias numa só área estratégica, controlando os meios de comunicação fulcrais para o controlo da região demarcada entre os dois estuários da Estremadura.

Conjuntamente com a principal rede viária, a estrada que ligava Lisboa a Coimbra através de Torres Vedras, Leiria e Pombal⁴⁶, representava uma alternativa viável à artéria mais utilizada pelos viajantes da época. A estrada em questão mantinha como as vias de herança latina um percurso que evitava as principais perturbações naturais no seu itinerário, manobrando-se a uma distância confortável da orla marítima. O início do traçado desta estrada depois de deixar Lisboa, seguia um percurso semelhante à via para Santarém, por Loures e Alenquer, deste ponto em seguida atravessava o rio Trancão e entroncava-se com a via Galega, que ligava à zona de Alenquer, em Dois Portos⁴⁷. Desde este local seguia por Penedo até ao leito do Sisandro, aproximando mais à frente ao primeiro estágio viário revelante em Torres Vedras, zona de junção de dois outros caminhos secundários⁴⁸ que seguiam para Lisboa, um pela serra de Sintra e um segundo pela ribeira que servia Alenquer. A partir desta localidade a via prolongava-se pelas imediações da Serra de Montejunto chegando à região de Óbidos onde, se encontrava a antiga cidade romana de *Eburobritium* a 40 quilómetros de Torres Vedras, disponibilizando aos viajantes dois caminhos para chegar ao local referido. Percorrendo em seguida uma direcção geral pelas Caldas da Rainha e Alcobaça antes do último troço até Leiria, da região onde se encontrava *Collipo* seguia uma direcção geral por Pombal e Soure até ao Vale do Rio dos Mouros, chegando a Condeixa na última fase de

⁴⁵ Relativamente a esta via de origem provável romana, Maria Helena Coelho, define nos seus estudos sobre o Baixo Mondego, um percurso que ligava os centros populacionais de Coimbra e Montemor. COELHO, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média...* pp. 408-409.

⁴⁶ A distância que ronda os 214 quilómetros, entre estes dois pontos, proporcionava um caminho mais directo entre os dois destinos do percurso. Apesar do seu estatuto menos preponderante, abastecia algumas localidades com alguma importância económica. Vasco Mantas, defende que os diversos marcos miliários encontrados ao longo do percurso corroboram a utilidade que teve para a circulação da população da região. E, servia como um corredor alternativo à via mais utilizada, além de poder ser um ponto de incursão estratégico para as movimentações das forças militares nacionais sobre as linhas do inimigo. MANTAS *op.cit.*, pp. 253-258.

⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. 254.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 255.

aproximação a Coimbra. Esta estrada exemplifica os diversos caminhos secundários que serviam as mesmas, ramificando diversas localidades estremenhas, como corresponde, a exemplificação de um último caminho secundário, este percurso ligava a Estrada da Ranha antes do rio Arunca⁴⁹. Disponibilizando um caminho geral com diversas alternativas para as incursões militares e os seus objectivos, recriados nos ataques manobrados desde esta estrada em particular.

Este caminho seria um dos principais factores para a construção de uma praça em Leiria por D. Afonso Henriques, concentrando os esforços defensivos da parte percorrida por este nó viário na fortaleza aí inserida. Em contrapartida acrescenta uma outra zona de perigo ofensivo, com necessidades diferenciadas de preocupações defensivas, à qual, tiveram de ser correspondidas particularidades geográficas distintas à Estrada Coimbrã, no seu percurso pelas margens do rio Tejo e encostado ao Maciço central. A ligação por Leiria servia as comunidades do litoral estremenho atravessando diversas redes hidrográficas, e as zonas mais distantes do principal percurso viário acima referido. Na obstante, esta estrada teria certas ligações à rede primária de ligação da região, através de junções mais básicas na sua origem ou caminhos locais abertos na altura, muitos ainda hoje constituídos por vestígios de torres como principal prova deste facto, preenchendo o território com estruturas defensivas e de vigia construídas em pontos estratégicos ao longo desses caminhos. Leira estava encaixada nestas duas realidades, reforçando o seu papel de segurança em caso da penetração da região por hostis nas suas algaras.

Existem muitos outros meios de comunicação importantes na deslocação dentro da região, entre eles, o inserido em Bobadela, nas imediações de Oliveira do Hospital, ligando ao caminho de Coimbra a Braga, num percurso que passava o rio Mondego pela Povia de Minfões, e entroncava com este itinerário em Viseu, com a ligação entre Braga e Merida⁵⁰. No entanto, não entendemos necessária uma descrição exaustiva destas redes viárias da região entre o Mondego e o Tejo. São deixados aqui alguns exemplos importantes da sua extensão e função essencial nas manobras dos exércitos medievais. Tão como, o papel que mantiveram no desenho da estratégia defensiva dos governantes destas terras, apresentando um desafio de interligação entre os principais pontos defensáveis dos territórios. Neste pensamento foram fomentados os castelos e outras

⁴⁹ Idem, *ibidem*, pp. 257-258.

⁵⁰ ALARCÃO, *op.cit.*, p. 99.

edificações bélicas, que abrangeram os primórdios do reino português e esforço contra as hostilidades muçulmanas.

É impossível ainda realçar todas as possibilidades de comunicação encontradas entre os territórios estremenhos na Reconquista portuguesa. Através do trabalho de alguns autores é possível discernir factos importantes no posicionamento de miliários e de centros urbanos romanos, com uma determinada massa populacional. Certos destes itinerários nem estão mencionados pelos geográficos antigos ou medievos, e a falta de dados acerca deste assunto não garante as informações exactas necessárias.

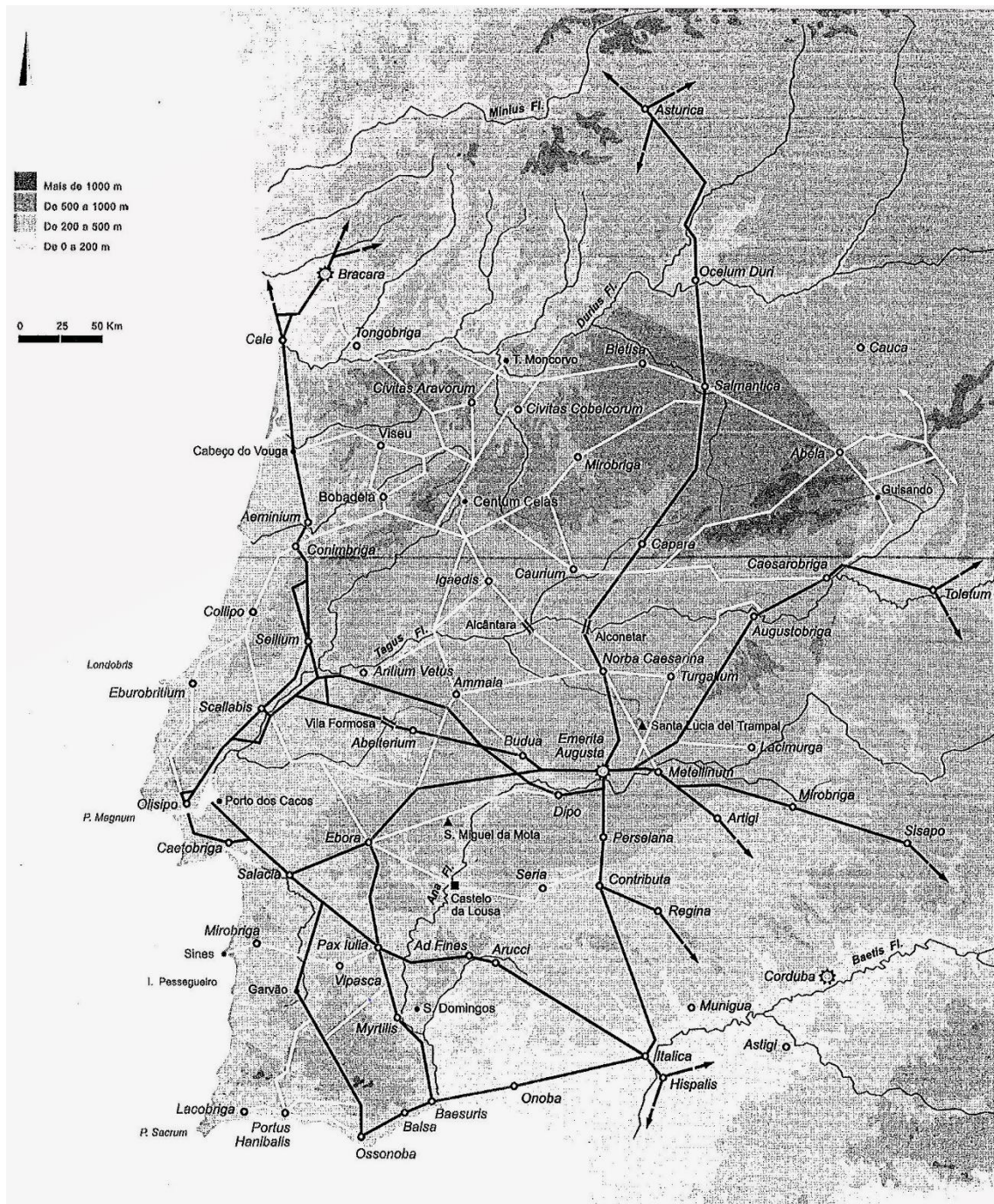


Figura II⁵¹: Mapa das principais vias de comunicação romanas em Portugal.

⁵¹ Mapa retirado de: MANTAS op., cit, p. 312.

II

SISTEMAS E MÉTODOS DEFENSIVOS

NA RECONQUISTA PORTUGUESA

2.1.

A GUERRA DE FRONTEIRA E O “SERVIÇO” MILITAR

O conflito fronteiriço que se desenvolvia na região assinalada progredia através de uma área que dividia o espaço controlado entre os dois oponentes, que limitava a região possuída pelos poderes cristãos e muçulmanos. O *limes* que existia neste período histórico era muito diferente da concepção de fronteira que conhecemos dos Estados modernos. O espaço de fronteira não se confinava a linhas imaginárias cartográficas acordadas pelos dois lados e que marcavam o seu controlo territorial. Em vez das actuais definições de território, o controlo do espaço era mantido através de posições estratégicas defendidas por medidas apropriadas para esse efeito⁵². Os castelos e outras fortificações desempenhavam estas formações defensivas, mantendo uma área dispersa de pequenas povoações instaladas nesta terra tendencialmente de «ninguém», que representava a fronteira. Ao referir estas populações raianas, é importante relacionar também o seu estado de independência à parte dos opositores da época, formando grupos de homens livres de um senhor feudal que dominavam um determinado território.

Esta zona que estava inserida entre as estruturas defensivas de ambos os lados do conflito era o território indefinido conhecido por fronteira. Mantinha uma zona incontrolada pelos poderes opostos e que poderia auxiliar a formação que favorecesse mais os seus objetivos imediatos. Pela instabilidade desta zona, as marcas serviam como primeira linha absorção de incursões inimigas e de aviso às linhas mais estruturadas na retaguarda do iminente perigo, permitindo o desenvolvimento de repostas mais apropriadas ao género de ofensiva realizada. Garantia, portanto, uma área de forte implementação de medidas de vigilância e de contenção de uma hoste inimiga antes de aproximação a uma «fronteira segura»⁵³, preparada para defender qualquer ofensiva. Na

⁵² O conceito de fronteira desenvolveu-se a partir destas características de ocupação de espaço e da sua defesa preventiva. A sua extensão e manutenção interligavam-se dependendo das condições da população e da sua segurança, desenvolvendo espaços habitacionais propícios à sua existência. ZIENTARA, *Enciclopédia Einaudi...*, 1989, pp. 306-307.

⁵³ O espaço fronteiriço funcionava entre as camadas defensivas fortificadas, em diversas fases do território, abrangendo diversos escalões de maior ou menor estrutura defensiva, de modo a interromper qualquer incursão inimiga. Seguidamente à zona de contacto inicial que oferecia a marca do território cristão, procedia-se à divisão por faixas defensivas cada vez mais robustas, num processo de defesa em profundidade, e não apenas numa linha que poderia ser penetrada em certos locais. Nestes parâmetros, foram desenhadas as aglomerações defensivas organizadas da Reconquista, outorgando as ferramentas necessárias para prevenir a incursão de pequenas ou de grandes hostes. Dentro destas designações

base destas linhas de maior segurança estavam as barreiras naturais e os seus entraves a uma facilitada circulação. Em contrapartida, ofereciam uma menor dificuldade em construir linhas defensivas, marcando nos rios e elevações o ideal término da posse de uma determinada zona por razões defensivas. Este aproveitamento disponibilizou as principais defesas territoriais auxiliadas pelas características geográficas, facilitando a elaboração de defesas de pontos estratégicos preponderantes para a manutenção destas terras. Seja pela utilização de torres, pontes, vales ou qualquer área de transição para uma outra margem fluvial ou espaço acidentado, com meios de montar um sistema defensivo coeso e sólido.

Todo este sistema colidiu com um al-Andaluz adaptado e militarizado de acordo com os avanços cristãos dos últimos séculos. A sociedade muçulmana exibiu uma vertente mais urbana e organizada em redor deste elemento, com a manutenção de praças-forte nas proximidades destes centros. Sofreram uma evolução nas diversas fases entre a instalação dos poderes emiral e califal, nas diferentes etapas de entrada de culturas islâmicas. A fronteira andaluza⁵⁴ detinha particularidades específicas que permitiram o controlo de certos territórios até a sua separação política.

«Sob o ponto de vista militar, o mais importante elemento ordenador do território do al-Andalus e o *Taghr* (pl., *tughur*, fronteira), que tem o sentido de marca ou fronteira, e que reportava às zonas fronteiriças de guerra. O *Taghr* é, pois, um espaço fluído, móvel e impreciso»⁵⁵.»

Seguindo esta linha de pensamento, indicamos a maneira semelhante apesar das diferenças apontadas, com que os sistemas muçulmanos e cristãos se manifestavam nesta altura⁵⁶.

Perante estas diferentes condições fronteiriças é possível aludir ao método de condução da guerra instalada dentro deste espaço. Contudo, é necessário primeiramente

constituíram-se as linhas defensivas dos rios Douro, Mondego e Tejo, como etapas de avanço da «Reconquista». BARBOSA, *Reconquista Cristã...*, 2008, pp. 65-70.

⁵⁴ As características e divisões administrativas deste povo dentro da Ibéria enumeram diferentes organizações na separação do seu território ocupado. Premiando uma cultura urbana sucessora dos romanos e dos seus avanços nesta área civilizacional, criando grandes cidades muçulmanas andaluzas com seus próprios meios de defesa. A descrição de outros autores sobre estas especificidades permite uma melhor compreensão das fases de evolução dos seus sistemas na História andaluza. Vide idem, *ibidem*, pp.70-73

⁵⁵ SANTOS, *op., cit.* pp. 14-15.

⁵⁶ Em relação ao comportamento das fronteiras moveis criadas através do conflito fronteiriço da Reconquista veja-se: ZIENTARA, *op.,cit.,p.* 312.

descrever as povoações que habitavam estes espaços⁵⁷, propícias a eventos perigosos para os indivíduos aí inseridos. Instável na sua natureza, este local era mantido pela acção dos homens de armas locais que defendiam os seus bens e famílias, e que detinham uma certa independência do centro de poder, apesar de manterem um representante dessa estrutura. O monarca não tinha recursos possíveis para difundir o seu poder para estas regiões, pela sua franca distância dos maiores centros urbanos, entre outras particularidades mais desagregadoras. Porventura, destas singularidades, os governantes destas terras pela pressão das hostilidades presentes nas suas proximidades, assinavam documentos de privilégios e deveres que os inseriam dentro da esfera senhorial. Assim com a prática das cartas de foral, muitas comunidades que não compactuavam com o centro de poder entraram no sistema feudal. No entanto, maior parte destas comunidades relacionavam-se com os monarcas com vontade própria a partir dos foros e costumes, necessitando de protecção e também com certos benefícios para as suas povoações. Esta aplicação de documentos para o controlo destas populações já era realizada desde o século X, atribuindo-se a primeira elaboração deste formato de forais ao de Castrojeriz⁵⁸.

Dentro destas particularidades estavam os cavaleiros de fronteira, homens muitas vezes retratados nos documentos como *Miles* ou *Caballarius*⁵⁹. Os homens livres que permaneceram nestas zonas permitiram em muitos casos a manutenção de partes fustigadas das possessões cristãs, marcando os métodos a que seria desenrolada a guerra de fronteira. A partir deste momento pequenos grupos poderão agir com prontidão a diversos casos ofensivos, e também realizar contra-ataques em proveito de destabilizar as posições adversárias. Formando o alicerce do que é entendido como guerra de fronteira e os seus detalhes próprios, a vilania⁶⁰ assim representou um dos escalões basilares da sociedade medieval peninsular.

⁵⁷ É de evidenciar que muitas destas localidades fronteiriças já eram habitadas por populações locais que coexistiam entre os dois sistemas em conflito. Portanto, a formação de novos centros populacionais, já tinha, em determinados casos, a base de anteriores processos de povoamento. Apesar de não haver menção destas antigas localidades, muitas das movimentações de colonos basearam-se nestas estruturas. DURANT, *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e Siecles...*, 1982, p. 67.

⁵⁸ Servindo de matriz para a condução e organização de efectivos militares da zona fronteiriça, longe do controlo directo de um senhor e da sua estrutura feudal. MATTOSO, *Naquele Tempo...*, 2009, p. 359.

⁵⁹ Ainda existe uma forte discussão sobre a origem e significado destas designações de cavaleiro. Estamos perante infanções nobres, possuidores de cavalo, com capacidade para adquirir equipamento de combate. HERCULANO, *História de Portugal...*, 2008, p. 256; MATTOSO, *Ricos-Homens Infanções e Cavaleiros, A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII...*, 1982 p. 173; *Identificação de um País...*, pp. 113-115.

⁶⁰ Sobre a definição de cavaleiro e do estatuto que estes homens detinham em cenário de guerra ou no meio da sociedade raiana, veja-se: MATTOSO, *Identificação de um País...*, pp. 355-358.

«Realmente, os cavaleiros-vilãos constituem então o sólido fundamento do equilíbrio económico e social, por era sobretudo sobre eles que impedia o encargo da defesa da região e da cidade.»⁶¹.

Baseado nesta sociedade estratificada para o conflito constante, foram planeadas as principais operações faseadas na fronteira, com o intuito de penetrar em território inimigo, unindo com as responsabilidades defensivas deixadas a estes indivíduos. Dentro das intervenções de vertente ofensiva estão designados os fossados, algaras e presúrias⁶², e nas defensivas o apelido e a anúduva seriam os mais comuns. Emparelhando com as funções de vigia que serão esmiuçadas posteriormente.

As conquistas realizadas nestas operações estavam presentes num território ligeiramente povoado, conseqüente das constantes hostilidades encontradas, permitindo a instalação de novos aglomerados populacionais e com a nova disponibilidade de terrenos para exploração, um maior número de terras para atrair novos homens de armas. Os quais necessitavam de meios para manter as suas atividades bélicas, tanto na manutenção dos seus cavalos de guerra, como do seu equipamento. As apropriações de novas terras abriam novas vulnerabilidades caso não fosse realizada uma imediata estruturação defensiva da região dominada, evoluindo a necessidade imediata da instalação destes *milites*, e das suas manobras militares cruciais para a expansão e manutenção de uma região. Este género de intervenções para a apropriação de novos territórios de modo permanente eram chamadas presúria⁶³, consistiam numa incursão com o pleno objectivo de assegurar uma posição ou um determinado ponto estratégico no terreno. Em suplemento a estes movimentos de ocupação, também eram organizados ataques com vista a destabilizar e debilitar os recursos acumulados no lado oposto. Os

⁶¹ SOARES, *op.cit.*, p. 111.

⁶² Com diferenciadas terminologias nos documentos antigos, as cavalgadas comuns nestas áreas enquanto ataques organizados pelo adail, José Mattoso interpreta outras denominações deste género de sistemas presentes em outras fontes, como nos costumes de Alfaiates: «*azaria*» ou «*almofala*» de denominação árabe. No entanto, as aqui mencionadas são os termos mais usados em geral. MATTOSO, *Identificação de um país...* p. 421.

⁶³ Realizada por iniciativa régia, nobre ou vilã, anexava uma terra assegurando a instalação de indivíduos vindos do Norte, no caso português, permitindo o escoamento de povoações em excesso populacional. Discute-se se estas conquistas só se realizavam quando da necessidade de mais espaço fundiário, incluídas nas campanhas para ocupar uma área ou uma fortificação inimiga. No entanto, estas acções, também podiam significar a ocupação de um local já deserto ou de uma praça já desocupada. BARBOSA, *Reconquista Cristã...*, pp. 73-75; MARQUES, *op.cit.*, pp. 116-117.

fossados e as algaras⁶⁴ e os seus grupos de combatentes⁶⁵, representavam a maior parte das iniciativas dos cavaleiros de fronteira, pela relativa facilidade na organização deste género de operações entre as comunidades que residam nestes espaços e cidades raianas, aliciados pelos frutos de saque e pilhagem de que poderiam usufruir.

Nas intervenções destes indivíduos de fronteira haveria uma especial atenção aos métodos logísticos de transporte, dos seus mantimentos e outros recursos necessários para uma guerra activa de fronteira. Qualquer hoste em trânsito teria esta preocupação básica, mesmo sendo no caso das hostilidades limítrofes, que podiam chegar a um nível mais considerável de homens dependendo da campanha. Neste contexto, qualquer intervenção militar teria de compreender uma análise do roteiro a percorrer, de forma a distanciar-se de áreas de elevada actividade inimiga e de modo a proteger de melhor forma o trem de apoio. Uma unidade militar antes de qualquer iniciativa tinha de manter esta preocupação básica, através da «*carriagem*»⁶⁶, mantendo o sustento através de cabeças de gado, carruagens com os bens apropriados, como “munições” e armamento, para a manutenção do esforço bélico durante uma campanha. Nestas operações ofensivas este dado era determinante, ainda mais, com o crescimento do número de exércitos e com a necessidade de cercar durante longos períodos uma estrutura defensiva. No entanto, centramo-nos aqui na vertente defensiva e nas medidas resultantes desses actos, apesar de os métodos ofensivos serem igualmente cruciais para a prevenção de ataques organizados.

O “destacamento” de milícias concelhias nestas áreas dava uma particular primazia à vertente defensiva das suas terras e populações. Esta distribuição de

⁶⁴ As campanhas sazonais com o intuito de pilhar os bens inimigos mantinham estes dois géneros de definições. A algará era formada por contingentes menos volumosos e consistia numa cavalgada rápida. Provocava, por durar menos tempo e ter menos cavaleiros um mais reduzido nível de estragos do que o fossado. Este último método dependia de uma hoste melhor organizada, com um maior número de efectivos, com uma comanda régio ou senhorial. A sua marcha era muitas vezes parecida com a de uma força militar de maior envergadura, com batedores e um trem de mantimentos que também seria utilizado para transportar os bens pilhados. Apresentava uma chefia estruturada, com o comando activo de um adail. Por vezes, o fossado, terminava numa presúria, anexando novos territórios. Nos fossados participavam muitos aventureiros. O grande exemplo português, deste tipo de indivíduos, é Geraldo Sem Pavor. Idem, *ibidem*, pp. 75-79.

⁶⁵ Importante para a deslocação destas hostes era a prévia exploração do terreno por onde se ia passar. Eram necessários homens especializados como batedores que detectavam potenciais perigos. Conhecidos como «*almogávares*» e «*almocadéns*» sob o comando directo do chefe militar, preveniam quaisquer entraves à marcha por vezes lenta, da hoste militar pelo território de fronteira, evitando emboscadas ou ataques por parte do inimigo. MONTEIRO, “As comunicações em contextos Bélicos” in *As Comunicações na Idade Média...*, 2001.

⁶⁶ Acerca deste assunto, e das suas especificidades em concreto nas expedições militares sobre um determinado objectivo, veja-se: MONTEIRO, *A Guerra Em Portugal nos finais Da Idade Média...*, 1998, pp. 232-252.

responsabilidades, culminado com as estruturas construídas ou reatualizadas para este efeito, organizava a sociedade fronteiriça em deveres militares determinados. Estes serviços estavam atribuídos concretamente à peonagem⁶⁷ não interveniente nas incursões ao território inimigo, permanecendo nas linhas defensivas para assegurar a menagem dos castelos e outros pontos fortificados. Esta função estava destinada a estes indivíduos desprovidos de um cavalo para as cavalgadas com os cavaleiros vilãos, representando a camada estática e porventura mais disponível e de maior número para estas características específicas. Este facto é comprovado por diversos autores, entre eles Oliveira Marques na seguinte passagem:

“Cavaleiros dos concelhos serviam como forças ofensivas, enquanto a maioria dos peões se convocava especialmente para finalidades de defesa.⁶⁸”.

Isto não significa que os peões não estivessem envolvidos nestas operações, também participavam activamente nas ofensivas. Também na protecção de acampamentos e em batalha quando fosse necessário, viajando de cavalo ou mula⁶⁹ até ao seu destino ou combate.

Na base do serviço puramente defensivo estava o apelido⁷⁰, constantemente utilizado num período onde a probabilidade de uma ofensiva muçulmana era alta em certas alturas do ano. Concentrou todo o esforço militar nestas ocasiões, pelo relativo perigo manifestado e pela acrescida movimentação de hostes islâmicas na fronteira. A extensão desta área consistia numa concentração difícil de meios dispersos pelos cantos da marca cristã, muitos dos quais, com posições defensivas inexistentes pelos anos de conjuntura política da monarquia leonesa-castelhana, e necessitando de reformas urgentes no método de assegurar a protecção das suas posições. Esta particularidade foi

⁶⁷ BARROCA, " *Organização territorial e recrutamento militar* " ...p. 79.

⁶⁸ MARQUES, *op. cit.*, p. 113.

⁶⁹ Além do cavalo, a mula, entre outros animais de carga, desempenhou um papel essencial no transporte de mantimentos e homens nestas operações. Os indivíduos que não dispunham dos recursos para manter um cavalo, e todos os custos adjacentes, poderiam escolher outros métodos de transporte. As hostes de maior dimensão necessitavam sempre da "carriagem", como já referido, e as suas vantagens de transporte de munições, sustinências e outros géneros de apoio. Nos fossados e algaras com um menor corpo de combate, além do transporte destes mantimentos os homens como, os peões podiam usar este meio de transporte além da carga de outros bens necessários. MONTEIRO, *op.cit.*, p. 252.

⁷⁰ Derivado do termo em latim *apelo*, chamava para o campo de acção todos os homens disponíveis para a defesa de uma terra, fossem cavaleiros, peões ou membros das ordens militares, e ao clero secular e regular em casos excepcionais. O chamamento era realizado por oficiais em nome do monarca e determinava punições a qualquer individuo que não respondesse a esta importante obrigação, sendo o serviço militar crucial para a defesa do território e para a protecção das terras fronteiriças. BARROCA, *op. cit.*, p. 80.

reconhecida desde os tempos de D. Sesnando, continuado no reinado de D. Afonso Henriques na sua estratégia preventiva na área da sua administração. Colmatado pela elaboração de redes de praças-fortes que assegurassem a manutenção dos territórios mais voláteis, na sua posse.

A preventiva construção de novas posições assegurou este objectivo e divulgou a necessidade de um crescente número de indivíduos, necessários para defender as fortificações e cidades raianas. O escalar do conflito destacou a necessidade igualmente prioritária de erigir novos castelos e torres fortificadas, abrindo a necessidade de mão-de-obra disponível para realizar estes projectos num tempo reduzido. Estas fases de fortalecimento das linhas defensivas indicaram, no mesmo sentido, a necessidade de reparação destas estruturas, grande parte destruídas pelas campanhas muçulmanas ou abandonadas ao longo do tempo, depois da uma absorção de um ataque. Observados como exemplo, no ataque aos castelos de Soure e Leiria e a sua posterior reconstrução. O serviço presente nestas ocasiões seria a anúduva⁷¹, característico de uma pronta aspiração defensiva militar e parte integrante de uma sociedade militarizada ibérica.

Estas características representaram os métodos de teor defensivo ou ofensivo que decorreram na guerra de fronteira. Possibilitando uma crescente instalação de colonos nas áreas asseguradas limítrofes, com a garantia de segurança para as suas actividades disponibilizadas por este serviço militares. A acomodação de novas populações era um processo e não algo deixado completamente à responsabilidade de cada indivíduo. Para acontecer esta migração era necessário a existência de certas condições. A fase de povoamento de um território não seria complementada logo após a conquista dessas terras, um facto reflectido por Pedro Gomes Barbosa:

«O movimento povoador acontecia nos territórios de fronteira, mas em zonas afastadas do «limes». Nos territórios limítrofes entre as duas formações essa seria, se as condições ajudassem, a tarefa de uma segunda fase, quando o território estivesse seguro. A

⁷¹ Relacionando uma outra obrigação fulcral para as populações defendidas por um castelo, ou um outro meio defensivo, a anúduva representava a continuação da segurança das comunidades de fronteira. Construindo estruturas importantes para a sua sobrevivência, asseguravam-se as suas actividades económicas e o seu crescimento. Existiam, nesta época, termos característicos para o acto de construção de uma fortificação, como «castelático» ou «castelaria». Apesar desta constatação, geralmente esta designação englobava as duas funções em concreto. Além desta característica, esta obrigação militar também englobava a manutenção e garantia de bom estado estrutural de uma fortificação ou de qualquer outra obra de origem defensiva. BARROCA, *op. cit.*, p. 85.

agricultura que era praticada de início não ia mais além de um pequeno aro rural à volta do ponto fortificado.»⁷².

Concordando com esta linha de pensamento, permite-nos chegar à conclusão de que à medida que as populações se instalavam na retaguarda das primeiras linhas de prevenção de entrada de incursões inimigas, encostadas às zonas defendidas por castelos que tinham as condições para o abrigo das suas famílias. As zonas fortificadas eram o requisito primário para a movimentação de novos colonos, às quais dependiam inteiramente da segurança garantida pelos caudilhos de fronteira e os seus cavaleiros. Os quais a partir das suas operação estabilizavam o território circundante. Em compensação teriam de auxiliar no esforço defensivo e garantir a sua presença nestas operações. Nestes requisitos dispunham do contexto necessário para o desenvolvimento das suas actividades, fossem ligadas à economia local ou aos exercícios militares ocorrentes nestas áreas. Além, como é claro, dos fomentos outorgados pelos suseranos de modo a povoar estas extensões, os forais vinculados de forma diversa a cada população, permitiram através de privilégios⁷³ manter estes indivíduos numa área relativamente instável.

Deixando de parte a componente habitacional e as responsabilidades provenientes dessa instalação permanente, a pretensão de assegurar a possessão de um certo território, resultava da construção de diversas estruturas para esse efeito. Entre a variedade dessas construções o destaque, é sem dúvida, o castelo, que vinha a sofrer transformações nas últimas décadas, na transição para o castelo românico. Essa transformação originada na nova divisão administrativa das terras medievais, confirmou uma importância acrescida a estas defesas estáticas, que em complemento das aglomerações urbanas formavam um sistema defensivo consistente. Não espelhavam o único método de manter seguro um território. Diversos procedimentos teriam sido criados desde os primeiros estágios da Reconquista para assegurar esta particularidade. Certas guarnições eram utilizadas para introduzir em locais estratégicos meios para deter *actos hostis*, colocando nas passagens viárias e vales fluviais como locais de favorável circulação, a disponível preparação de uma defesa básica. Espalhadas pelas particularidades geográficas da região, estavam igualmente inseridas torres e atalaias, servindo prioritariamente como locais de vigia, mas

⁷² BARBOSA, *Reconquista Cristã...*, p. 89.

⁷³ Os concelhos autónomos destas zonas mantinham alguns forais inspirados em prévios concedidos em diferentes etapas da cristã na Reconquista. Baseados nos pormenores do já referido foral de Castrojeriz em 974, e no caso português os outorgados pelo conde D. Henrique em Tavares e seguidamente em Coimbra. Seguindo o modelo muçulmano de nomeação de um alcaide, como representante do poder central nestas comunidades em nome do monarca ou senhor. MATTOSO, *Identificação de um país...*, pp. 349-350.

também como pontos fortes de protecção contra forças opostas. Nomeadamente nas torres de construção em pedra, pela sua componente mais sólida na protecção de uma guarnição e vantagens defensivas. No entanto, representavam uma raridade. Outros pontos onde estivessem localizadas atalaias com construções em madeira ou simples acampamentos em pontos altos estratégicos, providos de uma paliçada e um recinto defensável ou apenas um pequeno abrigo para o atalaeiro, apresentavam os mais comuns métodos de defesa. A partir dos quais também havia a possibilidade de emboscadas e respostas mais flexíveis, na primeira camada defensiva deste sistema. É possível imaginar uma área de fronteira formada por inúmeros “acampamentos” de guerreiros apronto de uma resposta militar imediata, representando a base da tipologia militar defensiva da «Reconquista»⁷⁴ até ao Tejo.

Conciliando com todas estas diferentes maneiras de garantir a manutenção de um território, cada localidade tinha de organizar os seus meios de defesa em consequência de algum dos outros métodos não realizarem o efeito pretendido. Criando sistemas adaptados a cada cenário onde estavam localizadas estas aglomerações populacionais, nos documentos da época não é clara a distinção entre «*castrum*» e «*castelum*»⁷⁵, do latim medieval, mas é apontado que os *castros* correspondam a estes sistemas defensivos locais, construídos ou reaproveitados pelos seus habitantes. Permitindo assim, que cada espaço habitacional fosse por si só um local de difícil conquista para um grupo inimigo, acumulando com as praças e pontos fortificados com profissionais militares, uma população preparada para se auto defender e aguentar uma investida de menor dimensão, até que algum auxílio proveniente dos diversos pontos espalhados pela fronteira intervisse.

Claramente derivado de todas estas particularidades defensivas foi necessário uma organização regional bem estruturada, de modo a tirar partido dos benefícios de uma rede complexa fronteiriça. As diversas fases representadas nesses sistemas conhecemo-las como diferentes concepções de natureza defensiva:

⁷⁴ As finalidades dos diversos dispositivos de defesa variaram ao longo do conflito ibérico. Seja por via de pontos defensáveis em nós viários, ou no contexto dos sistemas fluviais, vales ou nos pontos acidentados, propícios à instalação destes meios, a adaptação à tipologia do terreno esteve sempre ligada ao sucesso das estruturas defensivas implantadas no local. Idem, *ibidem*, pp. 89-95.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, pp. 103-104.

«No território que temos vindo a tratar, notamos três tipos principais de organização defensiva: a defesa em linha, a defesa avançada e a defesa em profundidade.».⁷⁶

Aqui exemplificadas pelo autor num estudo dos territórios mais a Norte da zona aqui tratada, mas que no entanto se reflectiram com o expandir das terras para Sul. Num aspecto mais resumido pelo estudo já realizado deste tema⁷⁷, a defesa em linha era constituída por castelos e castros posicionados atrás das barreiras fluviais e nos sistemas montanhosos, conectando com todos pontos defensáveis. Os sistemas secundários, constituídos pelas torres, e atalaias posicionadas nos locais de trânsito, utilizando os acidentes geográficos como locais ideais de implantação de uma linha solida defensiva, na extensão de uma determinada barreira natural. A defesa avançada adicionava às linhas criadas um espaço adicional de organização de linhas defensivas, compondo com as pequenas aldeias espalhadas pela fronteira, em conjunto com as fortificações de menor dimensão, um amplo sistema que usufruía das mesmas características de estruturas de apoio. Em último, a defesa em profundidade permitia uma sólida retaguarda se todos os outros sistemas falhassem e fossem ocupados por forças inimigas, possibilitava igualmente a dupla função de apoio às fortificações nas linhas mais avançadas.

Estas *nuanças* que complementam cada um dos aspectos principais de cada método de defesa, disponibilizaram o critério de uma construção sólida para o efeito de protecção das fronteiras dos Reinos Ibéricos. No espaço entre o Mondego e o Tejo foram focados em particular, pela acrescida atenção e preocupação ao aumento da agressividade dos ataques inimigos, sistemas de complexidade acrescida para travar ameaças ao termo da marca de Coimbra. Isto permitiu a formação da linha do Mondego e do assegurar da segurança do novo condado outrora na esfera de poder galego. Durante diversas décadas esta cidade representou a fronteira sul do território. A perseverança desta mesma articulação defensiva presenciou pormenores específicos⁷⁸, detalhes estruturantes dos capítulos vindouros.

⁷⁶ BARBOSA, *ibidem*, p. 107.

⁷⁷ MATTOSO, *ibidem*, pp. 107-114.

⁷⁸ Pedro Gomes Barbosa defende a existência de quatro sistemas defensivos presentes na linha do Mondego, articulando o castelo da Feira, numa primeira fase, com o de Coimbra, incluindo a seguir os pontos de passagem do rio, com a protecção da Cordilheira Central e, finalmente, as defesas avançadas pelo espaço de fronteira, fortalecendo o Baixo Mondego como área essencial para a prevenção de agressões à cidade. As mais importantes estruturas de apoio a este sistema seriam Montemor-o-Velho, Penela, Arouce/Lousã e Penacova, criando assim uma ramificação de praças protectoras do termo de Coimbra. BARBOSA, *ibidem*, pp. 118-121.

É claro, que num ponto de vista militar todas estas especificidades não foram viáveis para toda a extensão da «Reconquista». A mudança de cenários político-militares, presenciou certas mudanças nas maneiras em que a guerra contra os muçulmanos progredia ao longo das décadas de conflito. Com isto, relacionamos as diferentes particularidades das hostilidades com os almorávidas e almóadas, representaram diferentes vagas, e como consequência diferentes respostas bélicas em relação aos seus procedimentos de encarar o conflito. Traduziram igualmente diferentes singularidades históricas. Os almorávidas, depois de um período inicial de vigor militar, entravam numa época de decadência após a perda de poder em África, perante o crescente poderio dos almóadas. Estes últimos, após a assimilação do antigo império formado pelos seus antecessores, originaram novas campanhas de grande escala, que em concreto focaram o território português em certos estágios, e testaram as defesas organizadas ao longo do tempo pelos seus primeiros monarcas. As comunidades de fronteira tiveram de sofrer modificações com esta nova realidade⁷⁹, de agressões organizadas e de maior dimensão, e deixar sobre tutela da sua segurança forças profissionais, agora representadas pela grande implementação de ordens militares de origem religiosa, e o próprio rei e as suas posições militares defendidas pelos seus efectivos e comandantes.

⁷⁹ MATTOSO, *op.cit.*, p. 432.

2.2.

SISTEMAS DE VIGIA

Acautelando todas as comunidades e efectivos militares que estavam presentes na fronteira e nas linhas seguidamente posicionadas a este espaço, estavam os sistemas de vigia e as suas funções cruciais para qualquer aspiração defensiva. No desenrolar dos capítulos anteriores foram mencionados brevemente na intenção de entender a extensão da organização defensiva. Resta-nos agora tratar das diferentes maneiras de que eram assegurados estes serviços, e as iniciativas militares que estavam vinculadas aos métodos de aviso de hostilidades iminentes adversárias. O posto de vigilância representou assim o pilar de um bem constituído aparato bélico, desenvolvendo a sua prontidão de resposta e reacção.

No centro destas redes de vigilância como previamente mencionado estavam as atalaias e os torrões, derivado de torreões, que facilitavam a observação da extensão dos territórios raianos. Primeiramente à descrição do género de estruturas e postos de vigilância que estavam inseridos nestes meios, é necessário entender os métodos que pontos tão isolados e longínquos uns dos outros, utilizavam para comunicar e estabelecer um entendimento nos seus avisos de uma forma clara e inteligível. Devido à construção destes postos de vigia em locais de uma certa altitude para observar movimentos hostis, serviam o duplo propósito de transmitir sinais claros para as forças espalhadas pelos pontos defendidos no território, com o intuito de chegar a um eventual comando ou uma força destacada para o efeito de repelir determinados ataques. Para a comunicação entre grandes distâncias utilizavam sinais visuais, com diferentes métodos de transmitir as suas informações nas rondas diurnas e nocturnas. Estas técnicas são intituladas *almenaras*⁸⁰, as quais podiam ser transmitidas durante o dia por sinais de fumo visíveis a certas distâncias, e na caída da noite com sinais luminosos com a utilização do fogo⁸¹. Existiam diversas técnicas de aviso visual com o aproveitamento dos pontos altos para transmitir

⁸⁰ Nome dado aos sinais visuais codificados utilizados de forma a esclarecer um assunto de emergência, ou outro género de comunicações de menor urgência. Referida como «telegrafia óptica» por João Gouveia Monteiro, mostra um método de comunicação utilizada desde as comunidades primitivas muito anteriores a esta época, continuando sendo viável até as inícios do século XX. MONTEIRO, “ *As Comunicações Em Contextos Bélicos*”...,p.179.

⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 179.

sinais codificados, ou ainda a utilização de bandeiras e estandartes já a uma distância mais curta, algo também aproveitado nos campos de batalha para comunicar diferentes ordens de batalha às componentes de um corpo militar⁸².

Em complemento aos métodos visuais e utilizados ao mesmo tempo que estes avisos estavam os métodos de género auditivo, presentes desde os primórdios dos conflitos como processos de transmitir ordens em marcha ou durante o confronto entre duas hostes inimigas. Na génese destes sinais sonoros no cenário português, em concreto, estavam convenientemente utilizados os sinos de igrejas em alarmes gerais, trombetas em casos particulares, e o toque e rebate⁸³. Alarmes perceptíveis a um nível mais local, que conjuntamente com os visuais, compunham um sistema organizado e bem constituído de precaução para as populações e efectivos militares das zonas afetadas pela guerra.

Ao lado destas técnicas mais frequentes estavam o constante uso de mensageiros⁸⁴ para transmitir ordens pelos diversos grupos armados, a primazia dos outros meios não dispensava a básica função destes homens. Estafetas com uma bagagem leve, transportados por um cavalo ou utilizando os meios fluviais para o seu transporte. Os chefes militares não dependiam assim apenas de outros tipos de comunicação, que em detrimento de condições atmosféricas menos favoráveis poderiam falhar na sua efectivação. Os correios que percorriam estes territórios, utilizando as vias terrestres e aquáticas, podiam assim, com a prontidão necessária dispor aos comandantes de uma extensa rede de indivíduos destacados em postos de vigia. Encarregados de mensagens de grande utilidade para as suas acções defensivas e ofensivas.

A aplicação do termo geral «atalaia», utilizado geralmente nesta descrição dos métodos de vigilância, não estreita somente estes topónimos para os serviços de vigilância de um local em concreto. Persistem também as utilizações de *esculcas e almenaras*⁸⁵ no campo destas funções militares. Apesar de todas as diferentes maneiras de nomear estas posições, sejam derivadas do árabe, latim ou gótico, geralmente referiam o mesmo tipo de vigia apesar dos diferentes métodos que aludem. Utilizando nestes parâmetros, todas

⁸² Idem, *ibidem*, p. 181.

⁸³ Idem, *ibidem*, pp. 182-183.

⁸⁴ Idem, *ibidem*, p. 183.

⁸⁵ Mário Jorge Barroca relaciona a microtoponímia de «almenara» (derivado do árabe «sitio onde está a luz») pelo género de locais onde eram acesas fogueiras para permitir a criação de sinais de luz, e comprova a referência dada por João Gouveia Monteiro sobre o mesmo assunto. As «esculcas» também estavam relacionadas ao ambiente nocturno como pontos de vigia. Além desses topónimos Barroca ainda refere os exemplos de «Guarda», «Faro» e «Facho» para mencionar a mesma tipologia de estrutura e forma de torre em certos documentos antigos. BARROCA, "Organização Territorial E Recrutamento Militar"...p. 87.

as torres da região para uma função bélica fulcral para a sua defesa. Eram aproveitadas certas estruturas como torres de igrejas ou outras edificações, com uma certa altura, para um melhor campo de visão, casas fortes⁸⁶ e acampamentos, conectando, como é claro, com os castelos e as suas guarnições mais numerosas e preparadas para estas acções.

Os cargos de vigia eram designados geralmente por «rolda e vela», presentes em qualquer construção com intuito militar, sendo de origem mais sólida ou em certos locais mais provisórios. Iniciamos esta descrição pelos pontos que estavam além dos fixos, ou seja, as estruturas feitas de pedra ou madeira mais duradoras e com uma finalidade de longo prazo nos seus pontos estratégicos. Existia além de proteger as vidas humanas, uma crescente preocupação em garantir a protecção dos recursos das populações, campos agrícolas, gado ou pontos de arrecadação de grão essencial para sustentar a população em geral. Neste intuito eram formadas sentinelas montadas, moveis e capazes de percorrer estas áreas fora dos aglomerados populacionais. Eram chamados nos documentos coevos, «arrobdas»⁸⁷. Para este efeito de manutenção da segurança de meios de alimentação, grande alvo dos pequenos raids comuns na altura, existiam igualmente guardas próprios para as unidades de armazenamento de grão e gado.

A primazia em ataques surpresa levou a uma elaboração de vigias 24 horas por dia, interligando dois sistemas:

«O trabalho desenvolvido à luz do dia pelas atalaias era, da parte da noite completado pelas “escutas” (as “escuchas” de que falam as cartas municipais ibéricas [...])»⁸⁸.

Onde estiveram inseridos os indivíduos com estas responsabilidades. Não se pode, todavia, relacionar as atalaias somente como uma posição fixa, também podiam ser constituídas por patrulhas, de «atalhadores»⁸⁹, que actuavam em todas as áreas limítrofes, tanto como nas redes hidrográficas, ou na costa.

Continuando na descrição destas particularidades da vigilância, concentramo-nos nas pequenas diferenças entre a vela e a rolda⁹⁰, no cenário bélico português. Começando

⁸⁶ MONTEIRO, *op.cit.*, p. 222.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 216.

⁸⁸ Idem, *ibidem*, p. 220.

⁸⁹ Para João Gouveia Monteiro apesar de uma certa evolução destes métodos, muitos deles mantiveram os mesmos requisitos e transpareceram nos anos da sua existência, enquanto a realidade bélica se transformava na Península Ibérica. Idem, *ibidem*, p. 217.

⁹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 206-216; BARROCA, “Organização Territorial E Recrutamento Militar”..., pp. 86-87.

pela descrição da vela, destacava a vigilância e protecção das torres das fortificações, desempenhando uma função mais estática, e assegurando também as movimentações entre as portas de entrada das estruturas onde estavam presentes. Nesta disposição, este serviço não necessitava de um grande número de homens para ser executado, e premiava a constante atenção aos recantos de fácil acesso de uma fortificação, como as áreas de facilitada escalada com engenhos desenhados para o efeito. Bastava assim um aviso sonoro vindo desta sentinela para alertar o resto da guarnição e preparar uma resposta imediata. Em complemento deste serviço, a rolda distinguia-se por uma defesa não tão passiva, concentrando a sua actuação numa vigilância móvel, que percorre os muros entre as torres asseguradas pelas velas. Movimentando as suas patrulhas pelos lances de muralhas em conjunto com o interior da praça da fortificação que defendiam. O intercalar destes dois métodos funcionou como uma salvaguarda dos dispositivos defensivos, durante as horas de maior fragilidade a um ataque surpresa, pelas vantagens da realização destas ofensivas durante o período nocturno, estas sentinelas mantiveram uma actuação importante nessas horas, dividida em turnos organizados durante a extensão desta guarda. Referiremos, João Gouveia Monteiro:

«Cremos, no entanto, que os mais vulgar regime de três turnos por noite, cada qual com a duração aproximada de uma três a quatro horas: o primeiro turno iniciar-se-ia logo ao cair da noite, o segundo, cobriria as primeiras horas da madrugada e, finalmente, o terceiro e último prolongaria até ao nascer-do-sol.»⁹¹.

Uma organização deste serviço e conjunção com as vigias diurnas proporcionava alguma segurança nas prevenções de danos.

A prudência nestes casos era alvo de muita atenção por parte dos responsáveis militares. A probabilidade da desatenção de uma sentinela, ou do adormecer devido a um longo período patrulha, era alta. De modo a não correr estes riscos eram montados sistemas próprios de supervisão destes homens. As «*sobrevelas*» e «*sobreroldas*» distinguiam-se neste campo, verificando a actuação destes indivíduos nos conformes de uma crescente preocupação de vagas imprevisíveis muçulmanas.

O assegurar da inacessibilidade das fortificações raianas contou com esta metódica atenção ao território em redor, e as imediações das mais importantes construções defensivas. O conjunto de todos estes guardas, incluindo os de portões e de

⁹¹Idem,*ibidem*,p. 209.

passagens viárias, preveniu o escalar das actividades de fossado. Incapacitando grupos de inimigos de infligirem danos avultados aos sistemas económicos das povoações, crucias para o esforço de guerra, e consequentemente para a viabilidade económica destes ataques. A destruição de recursos era uma prática muito comum dentro do conflito, utilizando o fogo como arma de destruição e distração para as manobras de ataque. Todos os pontos estratégicos de sentinela formavam um sistema de «defesa à distância»⁹², abrangido por atalaias, escutas e os diversos métodos aqui mencionados.

⁹² *Idem, ibidem*, p. 215.

III

A LINHA DEFENSIVA DO MONDEGO

3.1.

A REFORMA DO SÉCULO XI

DA LINHA DEFENSIVA DE COIMBRA

As transformações vividas no esquema defensivo nas fronteiras de Coimbra e Portucale, expuseram décadas de uma acrescida atenção às formas de proteger um território das ocorrentes vagas muçulmanas andaluzas, e mais tardiamente as provenientes do Magrebe. O avanço da fronteira dos cumes das cordilheiras do Norte da Península até aos estuários e planícies que se estendem para Sul, relacionados com a instalação de grandes aglomerados populacionais desde a época romana e das suas avançadas técnicas urbanas. Evidenciou-se uma série de reformas necessárias de modo a estruturar mais eficientemente a organização defensiva cristã a partir destes centros dinamizadores, constituídos por uma maior população que as habituais aldeias, e consequentemente de um forte motor económico necessário para uma unidade política. Esta atenção foi destacada perante importantes figuras da história da Reconquista, durante as diferentes fases de expansão e preparação de novas linhas defensivas em volta destes centros urbanos, e também de comunidades fora da esfera destas cidades, que igualmente necessitavam de refúgio e protecção das agressões islâmicas.

Na base destas mudanças relacionamos as campanhas de Afonso III das Astúrias e Fernando Magno de Leão, que a partir da segunda metade do século IX consolidaram a presença cristã no futuro território de Portucale e Coimbra contra a ameaça muçulmana. Focando em concreto esta maior atenção defensiva na chegada ao importante reduto defensável do Mondego, e da sua principal cidade. Referimos a altura de maior mudança deste aspecto a nível militar, em particular nas campanhas de Fernando o Magno, no século XI. A conquista definitiva de Coimbra levou a uma transformação dos métodos defensivos, e à organização do território em parcelas mais bem organizadas. Com isto, queremos referir as mudanças realizadas pelo mesmo monarca após as acções, igualmente estruturantes, décadas antes, de Afonso III. Obreiro das linhas defensivas que se estendiam entre o Douro e Mondego, e organizador dos termos e fronteiras de Portucale e Coimbra. Fernando I, seguindo estas vias de mudança de organização territorial, e com o intuito de manter seguros os seus territórios, provocou a elaboração de novos sistemas

e reformas estruturais à organização destas terras. Transformando a antiga organização de *civitates* em *Terrae*⁹³, estruturando e facilitando a protecção das unidades territoriais. Em conjunto com uma maior aposta em caudilhos de fronteira com uma certa experiência militar, principalmente cavaleiros⁹⁴. Muitas destas mudanças foram proporcionados pela entrada de novas culturas no seio da sociedade medieval Hispânica, entre estas as técnicas transmitidas pelos francos e os moçárabes.

A influência muçulmana foi característica das mudanças sentidas nas estruturas militares e na sua tipologia distintiva. Devido aos métodos aplicados na guerra de fronteira por ambos os opositores, as técnicas de construção e de localização das fortificações teriam as suas parecenças, originando o mais comum ideal do castelo ibérico do século XI. Esta ideia é partilhada por determinados autores que estudam o al-Andaluz e as suas praças. Destacamos aqui Antonio Malpica Cuello na descrição destas características:

«Parece que, en efecto, los castillos del siglo XI son de tamaño y planta irregular. En cuanto a sua técnica construtiva sabemos que el tapial sigue siendo habitual. La disposición de estas fortificaciones en el territorio parece estar más en relación com mecanismos de control y viginlancia que de poblamiento. Por eso, están en áreas apartadas y elevadas. Así, podriamos conjeturar que son obras del poder politico taifa.»⁹⁵.

Transmitindo as funções de uma fortaleza na Reconquista cristã, atraindo o povoamento em concreto em conjunto com as medidas de vigilância, diferenciando nessa

⁹³ Imperativo para a compreensão dos sistemas e cinturas defensivas que rodeavam os territórios cristãos, estas reformas serviram de legado e são uma das principais razões para o sucesso militar das épocas seguintes. Antes deste período a organização regional ainda se baseava na velha concepção de *civitates*, onde as grandes cidades tinham sobre a sua alçada extensos territórios e inúmeras fortificações rudimentares para proteger as populações. A passagem para unidades proporcionalmente mais pequenas e de maior organização com um único castelo como principal ponto defensivo, em grande medida determinaram uma evolução desta realidade. O novo modelo de *terrae* proporcionou uma mudança clara e que é descrita Mário Jorge Barroca como a transição do «modelo condal» para o «modelo senhorial» ou o «desencastelamento», termos que espelham a grande redução de anteriores estruturas defensivas e a transição para as mais robustas do período seguinte. BARROCA, “Organização Territorial E Recrutamento Militar”....., pp. 74-75; PEREIRA, *Concelhos e Ordens Militares na Idade Média, Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIII*..., 2013, pp. 37-38.

⁹⁴ A transferência do poder local dos condes para os infanções que procuravam o favor do rei através de actos de valor militar, foi outra das transformações vividas naquela camada social do período. Apoiada numa estrutura de nobres mais flexíveis e com menos poder que os indivíduos com um maior título nobiliárquico, isto proporcionou um maior número de cavaleiros adaptados para o tipo de guerra de Reconquista, ajustando o feudalismo medieval a realidade ibérica. MONTEIRO in “RECONQUISTA (1096-1249)”..., 2017, p. 21.

⁹⁵ CUELLO, *Los Castillos En Al-Andalus Y La Organización Del Territorio*..., 2003, pp. 96-97.

maneira dos muçulmanos, que mantinham a sua população mais concentrada nas áreas urbanas. As mesmas técnicas seriam utilizadas até ao fim do século. O mesmo autor referido anteriormente alude às mudanças dos mecanismos defensivos efectuadas somente no período Almóada⁹⁶ na organização do território islâmico, o que demarca uma presença militar almorávida mais centrada nas operações militares e no reaproveitamento das estruturas já disponíveis.

Vistas estas noções de estruturas bélicas mais avançadas, do lado islâmico, houve uma aposta relativa nos conhecimentos de indivíduos moçárabes conhecedores destas estruturas. Fernando Magno, reconhecendo esta realidade, concretizou uma notória opção na escolha do homem que possuía as melhores capacidades políticas para governar o importante termo de Coimbra e a sua extensa área de fronteira. A escolha recaiu sobre D. Sesnando Davides⁹⁷, um moçárabe que organizou uma série de reformas na cintura defensiva da cidade do Mondego, que marcaram a sua sobrevivência com o escalar dos ataques almorávidas. Tornando Coimbra um bastião importante para as manobras militares cristãs como base de operação para os seus *milites* de fronteira, fulcrais para a manutenção da guerra contra o Islão peninsular e africano nas seguintes décadas. Concentrando nesta localidade um marcante centro cultural, comercial e económico, além da disposição da vertente estratégica bélica.

Em concreto, este género de reformas abriram o período característico referido por Mário Jorge Barroca dos castelos «proto-românicos»⁹⁸, predecessor de uma época de grande implementação defensiva. Os alicerces destas defesas estavam baseados em cinco pontos⁹⁹ de protecção activa de Coimbra, baseando no processo

⁹⁶ Idem, *ibidem*, p. 100.

⁹⁷ O alvazil de Coimbra governa este território durante 30 anos e gere a localidade como o grande polo de resistência aos ataques vindos do sul muçulmano, construindo e reformando as fortificações essenciais para a protecção da sua cidade e das vias. A sua origem não é inteiramente conhecida, apenas a sua passagem pela corte do rei de Sevilha. As «reformas Sesnandinas» são conhecidas pela aposta numa cintura concreta de fortificações protectoras de todos os acessos à cidade, tanto terrestres como marítimos. ISAAC, *Sesnando Davidez, alvazil, cônsul, estratega e moçárabe...*, 2013, p. 30.

⁹⁸ Castelos adaptados a incursões de maior dimensão e cercos prolongados às suas posições. Estas fortificações dispunham de uma maior solidez defensiva, e eram dotadas de torres de planta quadrada com muralhas solidas circundantes. Divergindo das de iniciativa local com soluções mais provisórias ou menos complexas. Algumas influências para estas reformas foram trazidas pelo alvazil de Coimbra após a sua estadia mais a sul, importando estas técnicas novas para a frente do Baixo Mondego. BARROCA, "Organização Territorial E Recrutamento Militar" ..., pp. 104- 105.

⁹⁹ Francisco Isaac faz um levantamento do sistema defensivo de Coimbra na sua dissertação, mencionando os principais pontos defensivos da cidade, e o sistema em que se apoiavam. Estando inseridos nesta cinta em particular os castelos de Santa Eulália, Montemor, Miranda do Corvo, Penela e Soure. ISAAC, *op. cit.*, p. 56.

desta estratégia uma crescente preocupação costeira pela acrescida pirataria muçulmana presente no território.

«No tempo de Sisnando Davides, e sob a sua orientação, foram edificados ou reformados os castelos de Montemor-o-Velho e de Santa Eulália, que protegiam a cidade contra os ataques marítimos, cuja frequência aumentou desde o princípio do século XII, com o desenvolvimento da marinha almorávida e a construção de estaleiros navais em Saltes, Sevilha, Silves, Alcácer do Sal e Lisboa.»¹⁰⁰.

As ameaças à zona do Mondego eram definitivamente preocupantes nesta altura, e as potencialidades de um ataque provinham de diversas direcções do território. A relativa força da presença almorávida na Hispânia atingiu o pico de necessidade de estruturas defensivas nas diversas realidades geográficas do território.

A propagação destas edificações prolongou-se num período entre 1050 e 1125¹⁰¹, representante da grande movimentação logística realizada para concretizar estas mudanças, relacionadas com a construção de inúmeras estruturas defensivas e o custo destas mesmas preparações. Sesnando protagonizou a base destas mudanças com o assumir das suas funções em 1064 outorgadas pelo monarca leonês Fernando Magno, numa época de reformas já em progresso, nas quais arquitectou uma nova tendência. Na base destas fortificações é observada uma preparação para operações de cerco, com engenhos desenhados para esse efeito, torres, catapultas ou arietes como exemplo. Destas operações realizadas por grandes hostes, conforme a época, com o intuito de conquistar uma grande parcela de território, os castelos tiveram de concretizar opções arquitectónicas que dificultassem a entrada de inimigos. Os castelos de D. Sesnando conciliaram as opções de muralhas mais espessas e sólidas, com uma torre de menagem¹⁰² central relativamente alta em relação ao resto da estrutura, para servir de ponto de vigia e como último bastião de defesa caso a penetração inimiga nos lanços amuralhados.

De acordo com o tipo de campanhas organizadas pelo opositor, este género de defesas podia adaptar-se de maneira a reagir às operações realizadas nas suas imediações.

¹⁰⁰ MATTOSO, D. *Afonso Henriques*..., pp. 150-151.

¹⁰¹ Conforme a mudança administrativa das terras cristãs com o castelo cabeça de terra, acarretou-se uma campanha de modificação das estruturas castelares locais. Alterando ou deixando de parte os *castrum*, *alpes* e *montes*, espalhados ao longo da área para constituírem defesas mais sólidas das terras que abrangiam. Os castelos condais, pela sua maior dimensão e robustez, foram deixados de parte, aproveitando as suas especificidades mais propícias aos novos movimentos bélicos da altura. Reduzindo muito o número de fortificações e abrindo lugar para um encastelamento mais eficaz. BARROCA, "Organização Territorial E Recrutamento Militar" ..., p. 105.

¹⁰² Idem, *ibidem*, p. 106.

Optando por uma «defesa passiva» ou «defesa activa»¹⁰³, às tentativas de presúria de um agressor, demonstrando uma certa flexibilidade nas tácticas efectuadas pelos comandantes das estruturas defensivas. Seguindo estas estratégias as defesas cristãs mantiveram alguma base estratégica nas suas operações defensivas, nestas relações entre as estruturas e os métodos de eficientemente manutenção de posse das mesmas, organizaram-se os castelos “cabeça de terra” e as suas funções protectoras da linha de Coimbra.

As praças que conhecemos de responsabilidade directa de Sesnando Davidez são concretamente as situadas em Soure e Penela. Estiveram sempre inseridas na história inicial do reino português pela sua localização no Baixo Mondego, próxima das linhas muçulmanas na área fronteiriça. Em concreto, controlavam as vias tanto terrestres como hidrográficas que se dirigiam a Coimbra. Soure¹⁰⁴ ficava próximo da junção dos rios Anços e Arunca, controlando em conjunto a via que se prolongava de Montemor até Coimbra. Penela¹⁰⁵. Ficava na extensão da via entre Pombal e Coimbra, num território conhecido na documentação como *Ladeia*¹⁰⁶, controlando a principal zona de aproximação à cidade do Mondego.

Nestas melhorias a nível defensivo Sesnando focou o seu esforço de povoar as terras de fronteira, já reconquistadas pelo seu suserano, mas desprovidas de qualquer estrutura de suporte a uma população. Como é difundido ao longo deste período, as terras entregues às ordens religiosas militares na fronteira, ou protegidas, por fortalezas espelharam uma maior instalação de colonos. Nas décadas de governação deste cônsul será este o modelo adotado, beneficiando Coimbra de uma organização defensiva mais preparada para ataques de múltiplas direcções com os seus próprios métodos de resposta. A obra deste individuo foi então essencial para uma maior segurança da fronteira, pelo menos até os tempos mais conturbados das ofensivas almorávidas.

¹⁰³ Sobre este assunto e as determinadas maneiras de efectuar uma defesa eficaz de uma fortificação, esperando pelo inimigo ou organizando defesas periféricas para deter o avanço às muralhas, veja-se: Idem, *ibidem*, p. 106.

¹⁰⁴ Fortificação que após a sua conquista por Fernando Magno presenciou uma forte intervenção do governador de Coimbra, difundindo uma estrutura amuralhada rectangular sem torres seguindo o estilo reformista presenciado nas últimas décadas do século XI. MARTINS, *Guerreiros de Pedra..., Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*, 2016, pp. 72-73.

¹⁰⁵ *Ibidem*, pp. 128-129.

¹⁰⁶ A região demarcada por Ladeia nos documentos medievos durante muito tempo gerou confusão nos historiadores em relação à sua origem e localização concreta. Segundo Jorge Alarcão este nome pode ter derivado da palavra «ladear» o rio e a via que percorriam a área entre Tomar e Coimbra. ALARCÃO, “As Terras de Ladeia”, *Penela Um Percurso Pelo Tempo*, 2015, pp. 52-73.

Resultado desta concentração de esforços na melhoria defensiva, os futuros governantes deste termo herdaram uma certa base geoestratégia na região, que apesar destas mudanças vigentes no século XI, necessitaram de colmatar certas desvantagens com a acrescida movimentação de hostes com efectivos numerosos. A entrada de cavaleiros estrangeiros no final da centúria racionou outro género de preocupação, com a ocupação de Afonso VI a manter a sua importante conquista de Toledo, e a impedir uma interferência de maior potencialidade destabilizadora dentro da Península Ibérica. A vinda de nobres francos para a sua corte, e vida militar do “império” de Afonso VI, mudou o curso da história peninsular e os seus agentes políticos, entrando também e reforçando uma maior interferência de poderes externos do rito romano, como poderosa ordem de Cluny. Todos estes factos são explorados ao longo do desenrolar do desfecho da supremacia do poder almorávida, entre os centros de poder muçulmanos. Confluindo em critério de ponto de vista militar com a entrada no conflito das ordens militares e seus decisivos papéis no teatro de guerra.

Estas transformações repartiram uma melhor forma de protecção dos aglomerados do estuário do Mondego, reforçados nestes momentos com estruturas com um maior potencial defensivo. Facto que devia prevenir uma brusca intervenção e surpresa vinda do lado do inimigo. No entanto, não foram estes os resultados das linhas iniciais da defesa de Coimbra, que atravessava tempos de convulsão interna perante a entrada de novos poderes na Península Ibérica. A tensão sentida nesta fase é atribuída a entrada do rito romano e os seus defensores francos na sociedade ibérica, composta por um grande número de comunidades moçárabes que contestaram as reformas elaboradas pela Igreja de Roma. Uma instabilidade que em grande medida destabilizou os sistemas defensivos da área e os seus combatentes, maior parte pertencente a esta cultura e à sua maior liberdade religiosa dentro do seio do cristianismo. Sessando dispôs em seu torno uma grande parcela desta comunidade moçárabe e destacava-se como seu líder. Todos estes eventos se desencadearam após a morte de Fernando I e a repartição do seu vasto reino pelos seus descendentes. Após uma guerra civil, Afonso VI apodera-se dos territórios dos seus irmãos, conquistando a Galiza a Garcia II e sucedendo após a morte do rei de Castela, Sancho II. O “imperador” da Hispânia realizou uma aproximação ao papado e à Igreja romana, de modo a deter o essencial apoio para a continuação da reconquista contra um enfraquecido e fragmentado al-Andaluz, com o iminente perigo da vaga almorávida no

fim do século XI. A entrada de Cluny¹⁰⁷ na esfera de influência retratou esta nova etapa, com as alianças vinculadas com a casa de Borgonha, assinaladas pelo casamento da infanta D. Urraca com D. Raimundo, acompanhado também por outro nobre franco D. Henrique. Importantes personagens na consolidação destes poderes na esfera política peninsular e no futuro dos seus territórios.

¹⁰⁷ A vigente e crescente influência da ordem de Cluny e do seu abade Hugo, representou uma nova fase de entrada de grupos religiosos na esfera ibérica. Adotando uma visão mais extremista contra ao Islão em contraste aos mais moderados moçárabes que há séculos viviam nesta realidade. À rebeldia destas comunidades Afonso VI não pode prescindir do auxílio dos cavaleiros francos e dos seus benefícios tanto militares como financeiros. MATTOSO, *Cluny, Cruzios e Cistercienses, na formação de Portugal...*

3.2.

A PRESSÃO ALMORÁVIDA

As transformações defensivas desencadeadas ao longo do século XI não encontraram grandes provas contra as suas novas organizações militares, devido à pouca coesão dos opositores aos reinos cristãos. Assistia-se, no período a um crescente poderio cristão perante a fragmentação das Taifas, isoladas do auxílio de um grande poder coeso por este acontecimento, e em certos casos em lutas internas para segurar o território do antigo califado Omíada peninsular. Estes pequenos reinos em querelas entre si, e com uma vaga ofensiva crescente vinda do Norte, necessitaram de auxílio de um poder externo que conciliasse todas as partes desunidas muçulmanas. Esse grande ponto de viragem surgiu com a tomada de Toledo em 1085 por Afonso VI, num golpe duro para as aspirações de uma Andaluzia unida após a tomada desta localidade estratégica no rio Tejo. O al-Andaluz nunca mais recuperou a força necessária para contestar estes novos avanços e formar uma unidade viável para resistir ao predomínio cristão. Como refere Hugh Kennedy:

«a partir de 1085, o al-Andalus já não era uma entidade política viável e independente»¹⁰⁸.

Manifestando nos ideais dos governantes das diversas taifas a urgência de uma mudança a nível político e bélico, de forma a encontrar a liderança comum necessária. Algo que se viu necessário também após a intervenção e auxílio do crescente número de francos, incluindo grandes senhores de casas nobres.

A resposta a esta situação precária vivida pela presença islâmica na Hispânia foi encontrada num recente movimento berbere originário no Magrebe, que em poucas décadas formou um império poderoso, com o potencial de mudar a balança do poder na Península. Esta unidade política visto a formação de um Emirado coeso a Sul do Estreito, era bem vista por alguns chefes destas Taifas, de modo a proteger os seus pequenos reinos em declínio. O que não esperavam destes povos berberes, era de certeza, as grandes diferenças, tanto culturais como religiosas, que divergiam dos andaluzes. Providos de um

¹⁰⁸ KENNEDY, *Os Muçulmanos na Península Ibérica, Histórica Política do al-Andalus*, , 1999,p. 177.

novo fervor religioso¹⁰⁹, em muito superior às suas contrapartes Ibéricas, os Almorávidas representaram uma vaga de mudança de um Islão mais tolerante e habituado à presença de outros povos e religiões. Formado este poder Norte Africano, certas Taifas foram persuadidas a pedir auxílio ao Emir almorávida, Yusuf ben Tashfín, de modo a recuperar o poder de resposta às ofensivas cristãs. Este pedido de ajuda e a oportunidade que representava para os muçulmanos africanos foi representado numa reacção rápida. Criando uma grande hoste prontamente, foi realizada uma grande campanha para deter o avanço do Afonso VI, o qual foi apanhado de surpresa nas imediações de Zalaca em 1086, numa batalha de grandes perdas para o monarca cristão. Reabrindo a contestação entre os dois lados na ocupação efectiva da Península Ibérica e as suas diversas realidades políticas. Após décadas vantajosas para as monarquias do Norte, um grande obstáculo agora prevenia o seu avanço e a capacidade de manter praças importantes para o projecto da Reconquista.

Ao contrário do que era esperado nem todos os reinos muçulmanos aderiram de bom grado a esta vaga africana. A relação com a religião diferia no ponto de vista dos dois povos islâmicos. Isto é evidenciado na resistência de muitas Taifas à ocupação almorávida e à doação dos seus territórios aos outrora inimigos cristãos. A entrega de Lisboa e Santarém em 1094 pelo rei de Badajoz Al Mutawakkil¹¹⁰ representa uma dessas tensões, em detrimento da ocupação decorrente dos almorávidas às taifas do Sul¹¹¹ da península. Em nome da sua protecção e da religião, os Almorávidas desempenharam um papel de defensores da fé na Península, e com isto detiveram o contexto para assumir os destinos das diversas Taifas. O cenário bélico da Península em poucas décadas viria a mudar drasticamente em ambos os lados opostos. Este vago de poder disponibilizou a entrada para a vertente mais radical Norte africana dos almorávidas, como mencionado anteriormente, os quais, pretendiam expandir os seus territórios através da suposta protecção dos andaluzes contra a crescente agressividade dos seus oponentes. Muitos dos pequenos reinos agora ocupados apenas esperavam um auxílio a nível militar, que

¹⁰⁹ CHEJNE, *Historia de España Musulmana*, 1980, p. 71.

¹¹⁰ Mutawakkil na época já pagava uma pária a Afonso VI pela protecção dos seus domínios, mas com a entrada do emir almorávida pelo estreito de Gibraltar o rei da Taifa de Badajoz não conseguiu manter a neutralidade e ofereceu estes territórios ao imperador. MATTOSO, “*Dois séculos de vicissitudes Políticas*” in, *História De Portugal...*, [1997-199?], Lisboa, p. 28.

¹¹¹ A ocupação de Alédo e Almeria, em 1091, relacionou a presença dos almorávidas enquanto força ocupante e não libertadora da pressão cristã, o que desagradou a diversos governadores andaluzes que ofereceram resistência, apesar de tardia. O rei de Badajoz não conseguindo resistir a presença africana preferiu entregar as duas importantes cidades da linha do Tejo em vez de ficar sobre a alçada de um poder externo e mais extremista. KENNEDY, *op.cit.*, p. 189.

garantissem a sua sobrevivência mas não pusessem em causa a sua soberania. Algo similar do que acontecia com os cristãos, e a comparência de cavaleiros de outras partes do continente Europeu.

Relacionamos aqui esta entrada de uma diferente vertente de reacção muçulmana, pelas consequências directas no território onde viria a ser formado o condado de Portucale. Uma nova organização de um estado muçulmano que foi ordenado pelo descendente do último emir Ali, individuo que formatou um novo al-Andaluz, com governadores próprios, próximos do poder emiral. Vigorando o espírito de *jihad* dentro da região, e premiando o seu irmão Tamin¹¹² com a conduta de uma nova política agressiva contra os poderes cristãos. Neste propósito, foram conduzidas novas campanhas de ocupação das restantes Taifas fora do controlo dos almorávidas e retomada de territórios perdidos nos últimos anos. Desta particularidade, surgiram as incomuns alianças entre cristãos e muçulmanos, que se afastavam dos mouros mais num ponto de vista cultural do que religioso. A afinidade entre os andaluzes e restantes povos cristãos era próxima apesar das épocas de conflito, nas comunidades dos diferentes estados eram praticadas livremente as religiões, e sobrevivia uma forte parcela moçárabe que embora sendo cristã aproveitava ambos os costumes. Os Almorávidas vieram a destabilizar esta vivência presente durante séculos na Ibéria, que compreensivelmente, se defendia de ameaças externas ao desvio das suas condutas diárias. Tal como no caso da migração de diversos indivíduos do resto da Europa para a Península, que também entraram em conflito com as comunidades moçárabes. Todas estas novas vagas migratórias representaram casos de grande tensão nas seguintes décadas da história da Reconquista, que deu origem a grandes blocos de contestação contra esta situação.

Apesar da objecção dos locais às maneiras dos berberes, em pouco tempo usufruíram de resultados, ocupando maior parte das Taifas resistentes e recuperando praças perdidas para o inimigo. Uma destas campanhas teve como alvo a região tagana de Lisboa e Santarém, recuperando estas possessões e retraindo as linhas cristãs novamente para o Mondego. D. Raimundo tentou dentro das suas capacidades reagir a esta agressão, juntando uma hoste para recuperar as cidades perdidas do Tejo. Contudo, foi derrotado numa batalha campal pelos almorávidas, algo que não ficou bem visto pelo “imperador”. Em todo o caso, a década de 90 do século XI foi espelho de muitas

¹¹² Idem, *ibidem*, p. 197.

atividades bélicas¹¹³, incluindo as campanhas sucedidas de Cid a Este, que travaram algum do ímpeto dos Mouros.

Aliás, Afonso VI vivia uma época difícil do seu reinado, demonstrado pelas pesadas derrotas frente aos muçulmanos e de expansão territorial de outros reinos cristãos, como o caso de Aragão. As relações com El Cid também não eram as melhores, este chefe militar comportava-se como um líder independente e não respondia diretamente ao rei leonês. A estratégia militar cristã teve sobre estes parâmetros de obter por uma via mais defensiva, fortalecendo as suas posições e esperando por uma nova oportunidade de expansão. Passando também por uma reorganização do seu território em termos logísticos e militares, atinge-se uma melhor eficiência de contrariar as movimentações ofensivas inimigas. Dissuadindo também o inimigo a adoptar certas hostilidades perante uma defesa mais coesa.

Coimbra novamente representou uma terra de fronteira, e as fortalezas outrora erigidas por D. Sesnando foram testadas nas suas responsabilidades defensivas. Para grande preocupação dos caudilhos de fronteira a agressividade almorávida não acabou com as conquistas até 1111, o próprio emir liderou um ataque com visto a ocupar Coimbra entre 1116 e 1117¹¹⁴. Desencadeou uma vaga de destruição das posições cristãs, tanto em praças fortes como em campos e populações limítrofes. Realizados numa altura de imensa instabilidade política dentro do seio da família real, a crise sucessória¹¹⁵ viria a enfraquecer com algum impacto a nível bélico a organização defensiva das terras fronteiriças. Como em ambos os lados, a instabilidade política foi sempre o grande pretexto para a expansão, aproveitando este acontecimento para fomentar e aumentar a intensidade nas hostilidades durante a reconquista.

A ofensiva do emir almorávida impediu uma maior hegemonia cristã dentro da região, desafiando e derrotando o “imperador” Afonso VI em certas ocasiões. Mediante

¹¹³ MARTINS, *1147, A Conquista de Lisboa...*, 2017 pp. 66-67.

¹¹⁴ As reformas desencadeadas pelo alvazil moçárabe em pouco auxiliaram a protecção do estuário do Mondego. A realidade bélica desencadeada pela vinda dos almorávidas diferia na concepção anteriormente protagonizada com as taifas muçulmanas. As movimentações inimigas agora contavam com exércitos constituídos por numerosos efectivos e com capacidades de cerco acrescidas. Em complemento destas particularidades, Coimbra, vivia tempos de instabilidade interna com a sua população moçárabe em contestação contra a entrada do novo rito religioso e de cavaleiros francos no território. José Mattoso alude a estas tensões internas como factor para o enfraquecimento das potencialidades defensivas da região. MATTOSO, *op.cit.*, p. 43; KENNEDY, *op.cit.*, p. 199.

¹¹⁵ Sobre o conflito pela coroa de Leão e Castela, o pacto sucessório e os inúmeros movimentos políticos realizados no período pela herança da coroa e a situação do condado Portucalense, veja-se MONTEIRO, *Reconquista (1096-1249), Assim Nasceu Portugal...*, pp. 23-24.

a maior presença desta ameaça exterior, os reinos cristãos entraram numa época atribulada de conflito, tanto interno como externo. D. Raimundo apesar da sua prestigiosa linha nobiliárquica franca, não se revelou um eficiente comandante militar, perdendo os territórios oferecidos de Lisboa e Santarém. Deste percalço militar a um outro nobre franco foram confiadas as posses fronteiriças do seu conterrâneo, incluindo Portucale. Henrique¹¹⁶, que posteriormente casou com a filha bastarda do imperador, D. Teresa, assinalando o seu compromisso ao reino e ao seu novo suserano. Revelou-se um governante mais competente na vertente militar, enfrentando um escalar de ataques à linha do Mondego e à área circundante. O conde de Portucale forneceu um prestável serviço na corte do imperador, desempenhando papéis importantes em diversos casos, que representaram a sua menor presença nas terras sobre a sua tutela. O condado por pouco tempo esteve no controlo deste individuo, pela sua morte precoce e transição da governação para a sua esposa, D. Teresa. Posicionando nas tentativas de conquista do novo adversário uma altura ideal politica para infligir golpes pesados nas estruturas militares do condado.

A condessa encontrou muitos desafios nos anos iniciais da sua governação, enfrentando ataques almorávidas de grande envergadura ao seu território, como já referido em 1116. Estes perigos em termos militares, descritos nas crónicas como grandes incursões de destruição impetuosa que chegaram a Soure e Montemor-o-Velho, demonstraram a fragilidade das linhas cristãs. Além desse infortúnio ataque, o condado estava perante uma tensão politica desenrolada por partidários galegos e portugalenses pelo controlo destas terras. D. Teresa tinha-se aproximado novamente da esfera nobiliárquica galesa durante o seu período de maior fragilidade, viúva e pressionada pelas hostilidades mouriscas. As agressões muçulmanas prolongaram-se até meados de 1117, devastando em grande parte o vale do Mondego, e obrigando maior parte da população a refugiar-se na cidade de Coimbra. Estas hostilidades iniciadas por Ali também foram complementadas por excursões marítimas, culminando no cerco de Coimbra, destruindo a área envolvente.

¹¹⁶ D. Henrique apesar de governar um território pertencente à Galiza não prestou contas governante, daquele território, o que levou a uma separação dos territórios pela primeira vez, e com consequências para a política interna nos anos vindouros. Esta separação deu ao recém-nomeado conde uma maior independência militar que veio a facilitar a suas acções na fronteira. MATTOSO, “Dois Séculos de Vicissitudes Políticas”..., pp. 32-33.

A perda das possessões até ao mondego manchou a vantagem prolongada desde dos tempos de Fernando Magno, contra um Islão em descalabro na península. Os almorávidas permitiram um retomar do poder muçulmano e um rejuvenescer na sua hostilidade e combatividade. Dentro desta entrada de povos de um formato mais radical das religiões em oposição, posicionaram-se também no lado cristão os francos em conjunto com ordens religiosas integrantes do rito romano e da sua nova influência dentro da Hispânia. Incluído nestes grupos um evidenciou-se principalmente na peleja contra o Islão, e na protecção dos peregrinos católicos. Os cavaleiros da ordem do Templo¹¹⁷, desde a sua criação na primeira cruzada à Terra Santa desempenharam um papel essencial na sociedade medieval cristã. Visto a ruína deixada pelos almorávidas, D. Teresa apostou nesta ordem para defender a localidade estratégica de Soure em 1128. Os templários estiveram inteiramente ligados ao desenhar da estratégia defensiva da linha de Coimbra, recebendo para a sua posse importantes locais, como por exemplo as fortificações que protegiam os principais eixos de comunicação terrestres e fluviais. No preâmbulo das suas actividades bélicas estão inseridas importantes acções, indispensáveis para a sobrevivência das populações fronteiriças, conferindo a responsabilidade de colonizadores entre os seus diversos campos de intervenção. Estes requisitos serão revisitados novamente pelo destaque incumbido a estes monges guerreiros. Graças à entrada destes indivíduos o espírito de combate contra os mouros não desvaneceu, revigorado também, em certa medida, pelas cruzadas organizadas na altura à Terra Santa.

A linha do Tejo com a perda de Lisboa, Santarém e Badajoz, encontrava-se numa posição fragilizada perante as cavalgadas dos mouros. Comuns no ponto forte que representava Toledo, exposta por diversas tentativas de tomadas, e de fossados com o objectivo de destabilizar mais a região da localidade. Enquanto os ataques almorávidas atingiam uma maior escala, a reorganização cristã só com Afonso VII e os seus contra-ataques à capacidade ofensiva muçulmana rejuvenesceu novamente. Como a algara sobre o Guadalquivir¹¹⁸, a resposta que recriou os novos tempos de recuperação dos reinos cristãos, e de novos comandantes que poderão novamente retomar um ímpeto da

¹¹⁷ Os cavaleiros do Templo de Salomão irão construir a sua lenda num grande número de vitórias em defesa da cristandade. A sua fama nos campos de batalha do Médio Oriente fez-se sentir no panorama peninsular. Na década de 1120 são outorgadas as primeiras propriedades templárias na região entre o Douro e o Minho, como Fonte Arcada, em Penafiel. Com a casa principal situada em Braga, a instalação definitiva dos cavaleiros do Templo no condado foi concedida por D. Teresa, em 1128, com a doação da vila de Soure e do seu castelo. OLIVEIRA, *Castelos Templários Em Portugal (1120-1314) ...*, 2010, p. 168.

¹¹⁸ MARTINS, *1147, A Conquista de Lisboa...*, pp. 75-76.

reconquista. Entre os mesmos, D. Afonso Henriques, que após destronar a sua progenitora, encabeça um novo movimento de expansão para Sul, entre as ocasionais querelas com o seu primo, Afonso VII. Um novo período de contestação ao poderio mouro foi aberto, organizados pelos dispositivos militares dos novos monarcas e uma crescente presença das ordens militares religiosas.

Com o caminho aberto, e após um período de solidificação do seu poder no interior do condado¹¹⁹, o infante teve a oportunidade de criar as condições de um longo período de conquista a Sul. Apesar de na década de 1130 o infante ainda dividir a sua atenção perante os seus projectos a Norte e a sua expansão para Leiria e Ladeia. Regiões de forte aposta defensiva nos anos vindouros, e alvos de pressão Almorávida por se encontrarem em locais de forte importância estratégica. Deste ressurgimento de conquista até ao desastre de Tomar, Afonso Henriques teve entre as suas mãos um período de franca tranquilidade. Até pelas operações de fossado realizadas nestas regiões responderam, com ataques a todas as posições, entre estas a destruição do Castelo de Leiria durante a ausência do conde. Só não houve uma reacção em maior escala, por ventura, graças a um período de transição com o crescer de tensões no Magrebe.

«Tudo apontava para a preparação de um ofensiva muçulmana em larga escala, o que, na realidade, não veio a acontecer, talvez em resultado do regresso súbito, em 1138, do filho do emir Ali ibn Yusuf ao Norte de África- onde os problemas militares se avolumavam em resultado da pressão almóada [...]»¹²⁰.

Os almorávidas mediante a sua maior presença no território também sentiram oposição dos reis das Taifas na sua jurisdição, recaindo sobre a sua presença revoltas dos muçulmanos ibéricos¹²¹, em diversas ocasiões nas décadas vindouras. Além desse facto, uma nova frente gerava-se no centro do emirado, com o surgimento de um outro movimento berbere encabeçado pelos almóadas. As peças para o desmoronamento do império Almorávida estavam em andamento, com diversas preocupações militares para os seus chefes militares, apoiadas por uma menor presença na Península Ibérica devido a

¹¹⁹ Em concreto, depois do período de rebeliões em Seia encabeçadas pela nobreza galesa ainda presente no condado e às quais o infante teve de responder para garantir a estabilidade no seu condado, antes de focar a sua atenção nos mouros. Idem, *ibidem*, pp. 83-84.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p.88

¹²¹ O novo espírito independentista das Taifas ressurgiu durante o século XII em diversos pontos da Península. Permitindo aos Reinos cristãos uma organização das suas terras defensivamente sem a pressão de incursões organizadas a Sul. Em conjunto, com novas oportunidades de expansão face a um Islão enfraquecido. CHEJNE, *op.cit.*, p. 75.

este acontecimento. Uma grande ajuda para a expansão cristã, que, no entanto, com o passar de uma década tinham no seu território um novo inimigo com que se contentar e competir.

Houve com este acontecimento, uma recuperação no espírito bélico cristão, assinalado por novas gerações de guerreiros activos contra os africanos¹²², representados por Afonso I de Aragão e El Cid numa primeira fase, seguidos de Afonso VII e Afonso Henriques nos seus sucessos contra os magrebinos. Desequilibraram mais uma vez o rumo do conflito a favor das aspirações cristãs e na conquista de posições chave ao longo do Tejo. A ocupação Almorávida acabou na década de 1140, com uma nova desorganização da unidade muçulmana no período das segundas taifas, que viria a atrair novamente os africanos, mas agora sobre tutela Almóada. Este período de transição contribui francamente para os monarcas cristãos, em concreto com a conquista de Santarém e Lisboa por D. Afonso Henriques, e com isso, o retomar às posições taganas. Solidificando a posição de um novo reino, e possibilitando uma defesa mais eficaz perante as novas vagas berberes.

¹²² KENNEDY, *op.cit.*, pp. 205-206.

3.3.

A ESTRATÉGIA MILITAR DE D. AFONSO HENRIQUES

Depois de um período de estagnação a nível militar após a morte de D. Henrique, o seu descendente permitiu um revigorar do ímpeto dentro do Condado Portucalense. A aposta política da sua antecessora e mãe D. Teresa em personalidades da esfera senhorial galega¹²³, não deteve o resultado pretendido em intervenções nas praças destruídas após as incursões almorávidas. Na sua subida ao poder em 1128, e posteriores lutas de autonomia com o seu primo Afonso VII, o infante optou por uma política mais próxima das comunidades fronteiriças que prontamente resultou numa subida na qualidade defensiva do território, justificado seguidamente. Desde Ourique o conde fortaleceu o seu estatuto de comandante militar e tomou uma atenção particular aos muçulmanos, deslocando a sua estadia de Guimarães para Coimbra em 1131¹²⁴. O conflito pela autonomia continuou mesmo assim até 1137¹²⁵, numa série de hostilidades até um acordo final entre as duas partes. Contudo, não é o objetivo deste capítulo debruçar sobre estes assuntos de teor mais político que incluem a autonomia das dioceses portucalenses e a separação da égide de Compostela, apesar da sua importância nas acções futuras do infante. Centramo-nos em particular nas opções a nível estratégico efectuadas nas primeiras décadas de governação de D. Afonso Henriques.

Deixando de parte as outras duas frentes de intervenção de D. Afonso e a sua nomeação, segundo a tradição, de rei dos portugueses depois de Ourique, o novo monarca ibérico responsabilizou-se por uma maior atenção e uma procura expansionista para Sul. Na sua mudança para Coimbra deparou-se com defesas debilitadas e desatualizadas perante as novas características bélicas da actualidade da sua governação. Muitas

¹²³ As medidas que aproximaram *Portucale* novamente da esfera de controlo da Galiza levaram à guerra civil entre D. Teresa e D. Afonso Henriques, com o desfecho conhecido. A relativa instabilidade política vivida, e as lutas pela descendência na coroa leonesa-castelhana demonstraram uma menor preocupação nos aspectos defensivos fulcrais nesta época. Levando a eventos como a destruição da fortificação de Soure, entre outras, e fragilizando as posições cristãs. MATTOSO “Dois Séculos de Vicissitudes Políticas...”, pp. 50-56.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, pp. 64-65.

¹²⁵ O estado de rebelião permanente do infante contra o seu então suserano Afonso VII esteve ligado às pretensões obtidas pelos seus progenitores na Galiza, às quais Afonso Henriques não abdicou. Além desse objectivo houve uma crescente ambição pela autonomia e direito a um título monárquico, devido à sua descendência real. Pretensões do conde até à sua atribuição, em 1143, pelo próprio primo, e seguidamente até ao reconhecimento papal mais tardio. MARQUES, *História de Portugal...*, pp. 64-67.

“aceifas” montadas pelas forças muçulmanas eram desencadeadas a partir de uma posição sólida que mantinham no estuário do rio Tejo. O infante, observando esta potencialidade e fragilidade defensiva contra os ataques vindos desta direcção, utilizando as vias que serviam a região, imediatamente recorreu a medidas concretas para proteger os seus súbditos e expandir o potencial do seu condado. A problemática encontrada nesta altura a nível militar é descrita convenientemente neste excerto de António Eduardo Barrento:

«Quanto à manobra defensiva, a arte era toda ela um problema de dispositivo, economia de meios e jogos de distância com velocidade, para concentrar forças. Deste modo, tornava-se necessário construir as obras defensivas nos locais apropriados e guarnecê-las com forças de volume adequado, garantindo também a defesa em profundidade e o apoio mútuo de umas guarnições às outras. Resumindo, era um problema de técnica e mão-de-obra, de disponibilidade de meios militares e de possibilidade de fornecer reforços ou auxílio em oportunidade.»¹²⁶.

Na década de 30 do século XII observam-se estes dilemas, concordando com o autor, uma relativa falta de mão-de-obra que perante os ataques dos últimos anos se refugiou a Norte, e de efectivos militares usados recentemente nas hostilidades com o “imperador” leonês-castelhano. A hoste do conde, nesta ocasião não resultava num grande número de homens no seu comando, e mesmo após um extensivo recrutamento não dispunha das condições necessárias para defender todo o *limes* e as suas posições-chaves.

Em conjunto a estes detalhes, Coimbra representava uma cidade de grande dimensão com uma grande quantidade de habitantes, fora e dentro das suas muralhas. De modo a sustentar essa massa populacional, era necessário assegurar o abastecimento da localidade¹²⁷, através da protecção dos campos em redor, e em anexo os de fora do alcance do domínio defensivo das muralhas da sua estrutura. Assegurando as actividades deste polo comercial e artesanal, que porventura, representava um motor económico essencial de Portugal.

Afonso Henriques necessitou assim de reforçar o seu flanco Sul e desenvolver as obras já realizadas por Sesnando, reforçando os castelos de Penela, Arouce e Soure nas suas potencialidades defensivas e projectando novas praças para completar uma rede mais coesa de protecção ao Baixo Mondego. Em complemento, estas terras careceram

¹²⁶ BARRENTO, D. *Afonso Henriques, a guerra e os objectivos nacionais*, 1983, p. 32.

¹²⁷ MATTOSO, D. *Afonso Henriques...*, p. 107.

novamente de habitantes e das ferramentas necessárias para essa migração. Esta situação foi assistida pela elaboração de diversas cartas de foral para incentivar a movimentação de indivíduos para este território tendencialmente hostil.

Compensando a instabilidade destas nestas zonas na posse do infante é adotada uma estratégia activa e mais agressiva contra os mouros, com o intuito de assegurar novos pontos cruciais para a construção de novas fortificações e instalação de gentes dispostas a assentar nestas terras. Das primeiras fases destes planos expansionistas esteve contido o objectivo de ocupar a zona de Leiria, consumada pelo alferes-mor Fernão Peres Cativo¹²⁸ na sua presúria na região de Ladeia entre 1136 e 1137. As terras de rápida expansão dos portugueses em outro caso podiam estar desocupadas pelas suas poucas condições para a instalação de polos populacionais, como referido por Pedro Gomes Barbosa:

«Na verdade, a conquista da linha do Mondego deve ter provocado a debanda dos muçulmanos (ou de boa parte deles) para terras mais seguras, pelo menos no que diz respeito a aldeamentos aí existentes. E as terras alagadiças de Verride (o Ulmar de Verride) não seroam convidativas ao povoamento, excepto quando a pressão populacional a isso obrigou. Mas o problema do ermamento de toda uma região, até Lisboa, não se pode reduzir à análise de uma pequena faixa mais ou menos estável durante algum tempo.»¹²⁹.

A movimentação de colonos do Norte para estas terras necessitou de algum planeamento para não condicionar os seus povoamentos. Nestas condições foram conquistadas as terras de Ladeia e garantida a posição de Leira entre 1135 e 1137, para deter o inimigo num ponto de passagem das suas incursões para o Mondego com o auxílio da barreira natural que representava o rio Lis.

Dentro destas condições e visto que maior parte dos ataques muçulmanos recorrerem de Santarém e da via que subia para Coimbra, foi realizada a construção de um novo castelo em Leiria garantido a defesa e proporcionando uma base de operações para os cavaleiros de fronteira. Os planos de consolidação da fronteira para sustentar ataques à linha de fortalezas do Tejo privilegiou a manutenção destas praças, incluindo a

¹²⁸ Não existe a garantia se a região mencionada fosse ocupada por forças muçulmanas nestes anos. Apesar desta incerteza, é apontado por alguns autores que Ladeia estivesse desocupada nesta década. A presúria como já foi referido, podia passar pela ocupação de um lugar deserto sem necessidade de recorrer às armas. O infante pode ter aproveitado uma altura de menos intensidade ofensiva muçulmana para realizar estas operações. ALARCÃO, *As Terras de Ladeia...*, pp. 60-62; MATTOSO, *Fragments de Uma Composição Medieval*, 1990, p. 97.

¹²⁹ BARBOSA, Documentos, *Lugares e Homens*, 1991, Lisboa, p. 29.

valorização da fortificação de Ceras¹³⁰, entre uma crescente preocupação em encontrar posições sólidas para a construção de novas estruturas. Todos estes cuidados foram depressa comprovados pelo desastre de Tomar¹³¹, demonstrando a continuação das actividades bélicas das forças mouras. Com a finalização da praça de Leiria foram garantidos os requisitos para montar operações constantes contra os muçulmanos. Posicionaram-se com os cavaleiros de fronteira, caudilhos responsáveis por grandes danos aos territórios inimigos, entre eles encontramos nos documentos da época as menções a Paio Guterres¹³² e a suas campanhas agressivas nas áreas limítrofes. Desde 1135 assistimos a uma maior provocação belicista dos *milites* instalados nesta zona e uma movimentação de colonos para Ladeia, exemplificados pelos forais de Miranda do Corvo em 1136 e Penela em 1137, demonstrando um certo sucesso nos planos estratégicos elaborados por D. Afonso Henriques.

Este avanço repentino das posições de Afonso Henriques desencadeou uma reacção dos seus opositores, que assistiam ao posicionamento desta organização militar como uma grande ameaça às suas pretensões. A permanência de Leiria foi contestada prontamente com um ataque e destruição da praça em 1140, enquanto o infante se ocupava nas hostilidades contra Afonso VII. Somente após a assinatura do tratado de Tuy é que o primeiro rei português pode centrar toda a sua atenção na região estremenha, com as suas fronteiras a norte asseguradas e a sua autonomia garantida. O espaço de tempo em que estas divergências entre os líderes cristãos se resolveram esteve relacionado com uma forte reacção inimiga. No início da nova década assistiu-se a uma maior hostilidade islâmica, exibida não só no ataque a Leiria, mas em conjunto também um novo ataque a Soure em 1144, originando muitos reféns e entres eles o conhecido episódio de São Martinho de Soure. Acudindo novamente ao efeito de Santarém como polo aglutinador de excursões mouras a todo o território entre o Tejo e o Mondego.

Reagindo a estas reacções hostis, anos antes o infante tinha planeado a construção de novas fortificações de apoio a Leiria e Soure, protegendo novamente as vias que alimentavam Coimbra através de Santarém e Lisboa. Após a reconquista de Leiria e renovação da sua estrutura a partir de 1142 começaram as edificações dos castelos de Germanelo, Alvorge e Ansião, incluindo nesta estratégia a segurança e controlo em

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 25.

¹³¹ FERNANDES MARQUES, “A Viabilização de um Reino”, in *Portugal em definição de fronteiras...*, p. 26; BARBOSA, Idem, *ibidem*, pp. 30-31.

¹³² MATTOSO, *D.Afonso Henriques...*, pp. 154-156.

concreto das vias secundárias que representavam muitas vezes maneiras de atravessar os territórios para estas incursões rápidas, de modo a evitar as principais defesas. O rei português não só se concentrava no aspecto defensivo, garantidas estas posições preparava cautelosamente os requerimentos para um futuro ataque à cidade escalabitana, prevenindo a utilização da mesma pelos seus oponentes. Desencadeando um pensamento estratégico para aproveitar certas características geográficas, mencionado nos seus parâmetros por Pedro Gomes Barbosa:

«[...] Afonso Henriques opta por tomar as vias romanas secundárias que atravessam as serras de Aire e Minde, em direcção a Pernes, e atacar directamente Santarém, privando Tomar do apoio do sul islâmico, em homens e armas.»¹³³.

Tomar como reconhecido no seu infortúnio militar representava uma região de bastante actividade islâmica, cortando esta via do acesso das algaras mouras, prevenia danos maiores às posições recentemente estabelecidas.

Após uma maior consolidação defensiva o monarca português participou activamente em ataques aos mouros, desde o fossado de Ourique em 1139 uma vertente mais ofensiva régia começou a se desenrolar para conquistar as praças do Tejo. Incluindo uma tentativa inicial de conquista a Lisboa no ano de 1142, que não garantiu resultados pelas fortes defesas da cidade. Esta nova vaga agressiva de Afonso Henriques não era descabida nos seus propósitos, aproveitava um período de desmoronamento do poder almorávida na península relacionado com o conflito do Magrebe, com o surgimento dos Almóadas. Este novo cenário desencadeou um novo período de Taifas independentes do poder africano¹³⁴, impreparadas para conter uma grande ofensiva e isoladas de qualquer apoio do seu credo. A conjuntura que originou a tomada da Lisboa e Santarém no lado muçulmano já é descrita em outros trabalhos¹³⁵, apenas mencionamos a sua relativa importância para uma forte intervenção e oportunidade para os suseranos católicos.

Outro factor intimamente conectado ao sucesso de conquista de novas terras a Sul, esteve conectado à maior presença de cruzados em caminho da Terra Santa pela costa

¹³³ BARBOSA, *Documentos, Lugares e Homens...*, p. 32.

¹³⁴ Entre 1144 e 1147 esta separação foi possível e recriou as condições para um novo avanço dos territórios cristãos. Na posse das famílias aristocráticas andaluzes alguns destes pequenos estados viram-se isolados de qualquer auxílio até à conquista dos almóadas do território almorávida em toda a sua extensão. KENNEDY, *op. cit.*, p. 216.

¹³⁵ Inês Lourinho menciona a falta de apoio entre os governantes das Taifas e a sua vulnerabilidade perante os reinos cristãos. LOURINHO, *1147: Uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, 2010, pp. 44-101.

portuguesa. Os portos do recém-formado reino eram um ponto de paragem para a longas passagens marítimas até ao Médio Oriente, e encontravam-se de igual modo num local de exaustivo combate contra o Islão e os seus defensores. Estes homens em peregrinação bélica utilizavam o saque como um recurso de provisão e de apreensão de bens para os seus combatentes, o litoral pertencente aos muçulmanos muitas vezes era fustigado por esta realidade. Lisboa pela sua localização era alvo destas tentativas de razias marítimas¹³⁶ pelos corpos de homens de armas vindos do Norte europeu. Esta oportunidade política viável de garantir o apoio destes homens para conquistar localidades de nível defensivo mais elevado foi perseguida pelo rei e os seus apoiantes, garantindo nos seus assaltos um maior número de efectivos e máquinas de guerra para penetrar as cercas protectoras.

Reforçado com este apoio em 1147, surgiram as mais importantes conquistas dos últimos anos com o retomar da posse de Santarém e Lisboa. Santarém foi tomada com uma ataque surpresa nocturno, que permitiu tomar a alcáçova e toda a estrutura militar de uma maneira rápida. D. Afonso Henriques, utilizando técnicas furtivas ganhou uma posição estratégica para o próximo estágio da sua campanha tagana. A posterior tomada de Lisboa levou à rendição de diversas praças ainda fora da posse do reino português, disponibilizando uma zona fértil de agricultura e uma nova base de operações estratégicas, escalabitana. Formando no Reino uma unidade territorial coesa e com um certo poder na esfera dos Reinos cristãos peninsulares, como confirma José Mattoso na seguinte afirmação:

«[...] o alargamento do território submetido ao primeiro rei de Portugal, incorporando nele duas importantes cidades dotadas de grandes potencialidades económicas devido à sua posição geográfica e a um crescimento constante na época anterior, consolidou o seu poder político, garantindo a sua sobrevivência definitiva. Até ali, não eram muitas as probabilidades de sucesso da nação por ele estabelecida, dado o crescente poder acumulado pelo rei de Leão e Castela e pelo rei de Aragão. Mas depois da integração de Lisboa e Santarém no espaço português, a viabilidade de Portugal tornou-se cada vez mais sólida, não só devido aos recursos materiais e humanos que Afonso Henriques assim obteve de imediato,

¹³⁶ José Mattoso indica que um desses ataques tenha acontecido no ano da primeira tentativa de ataque de D. Afonso Henriques, destruindo os arredores da cidade. MATTOSO, “Dois séculos de vicissitudes políticas” ..., p. 71.

mas também por ela lhe abria a possibilidade de os aumentar ainda mais por meio da conquista de novos territórios a sul do Tejo.»¹³⁷.

Proporcionando ao monarca deste reino as ferramentas para garantir a sobrevivência das suas possessões e alargar o seu espaço para as terras a Sul do estuário do Tejo, passando a contar com três cidades principais para encabeçar o desenvolvimento local.

Consoante a volatilidade ainda assistida na política interna muçulmana, o rei logo após estes esforços militares de grande envergadura dispôs da oportunidade de assegurar praças além do Tejo. Reforçando a sua posição deram-se de seguida as tomadas de Almada e Palmela, e manejados os pontos defensivos da região jusantes ao percurso fluvial. Consolidando estas posições avançadas, D. Afonso Henriques formou um sistema defensivo coeso com o auxílio de uma importante entidade religiosa nestes termos, a ordem do Templários. Presente em concreto na posse de estruturas defensivas portuguesas desde 1128, houve uma contínua aposta nestes cavaleiros para criarem condições sólidas de manutenção dos territórios, e como em outros casos a sua colonização. Evoluindo para a abertura de um maior número destas instituições e as suas intervenções no conflito Ibérico.

¹³⁷ MATTOSO, *D. Afonso Henriques*, p .251.

3.4.

A APOSTA NAS ORDENS MILITARES

A aproximação feita por D. Afonso Henriques às entidades religiosas apontou um investimento no ramo militar presente nas fileiras do poder clerical. Praticando primeiramente uma aproximação religiosa nas doações para a ordem de Cister¹³⁸, de modo a auxiliar o povoamento e a proteger as populações fronteiriças. Exemplo desta aposta é evidente na região de Alcobaça com a instalação destes monges cistercienses na vida das comunidades limítrofes. A actuação de ordens religiosas no território portugalense já era presenciada há certas décadas, como a presença da Ordem do Templo em Soure desde 1128, testada pelo seu ataque em 1144 e ainda não muito presente no resto do Estremadura. Esta situação viria a mudar concretamente com o apontar de um novo mestre da Ordem português, que entre 1150 e 1170 protagonizou diversas construções de fortificações. Referimo-nos a Gualdim País¹³⁹, um experiente comandante templário que esteve presente nas principais reformas do sistema defensivo entre o Mondego e o Tejo.

Neste período os Templários acumularam na sua égide cerca de 8 concelhos guarnecidos por castelos¹⁴⁰, demonstrando a grande confiança nos seus serviços e o grande poder territorial que exerciam, consumando a certeza de Afonso Henriques na sua potencialidade defensiva. À chegada de este novo mestre foi atribuída seguidamente a posição do castelo de Ceras, abandonada pela ordem após o projecto de construção de raiz de uma outra praça mais imponente e numa localização de maior valor estratégico. Os templários seguiram com a construção de fortificações em locais chave outrora utilizados em grandes ocasiões pelos mouros, com a construção de praças em Pombal e Tomar¹⁴¹, mudando a sua sede para esta última.

Esta milícia religiosa centrou os seus esforços construtivos nomeadamente nestas duas estruturas, mas continuaram os seus planos estratégicos para proteger os pontos de

¹³⁸ OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 85-86.

¹³⁹ MATTOSO, “*Dois séculos de vicissitudes políticas*”, p. 76; BARROCA, “A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa do Século XII”, 1996/1997 p. 176.

¹⁴⁰ PEREIRA, *op. cit.*, p. 38.

¹⁴¹ Sobre a construção destas duas importantes fortificações pelo Mestre Gualdim Pais, veja-se: BARROCA, *A Ordem do Templo...*, pp. 176-178.

incursão entre o Tejo e o Zêzere. Para compreender estas disposições disponibilizamos o seguinte excerto de Nuno Villamariz Oliveira:

«[...] a zona de Tomar, sede da milícia, vai dispor de um cuidado sistema de defesa com a criação de uma série de pontos estruturados ao longo de Zêzere (Sertã, Dornes e Ferreira do Zêzere) e do Tejo (castelo da foz do Zêzere, Almourol e Cardiga) e já anteriormente complementados com outros na linha de defesa de Coimbra (como Pombal e Soure)¹⁴².

Esta ordem através das doações destes territórios, controlou os principais pontos estratégicos do reino, ao longo das vias e cursos fluviais que percorriam a sua extensão. O mesmo autor acima referenciado apresenta a possibilidade dos territórios dos templários serem extensos desde a sua implementação em Soure, abrangendo desta localidade até à região de Pombal¹⁴³, difundindo uma presença imponente desde os primórdios da governação do infante.

O esforço construtivo militar templário continuou na década de 70, com as reformas dos castelos de Pombal, Penas Róias e Longroiva, continuando com edificação de raiz, do castelo de Almourol no Zêzere. Apontando para D. Gualdim como grande impulsionador da defesa do Tejo, e responsável de todos os colonos que assentaram no território. Essa intervenção foi directa em Pombal, Tomar, Zêzere, Almourol, Cardiga, Idanha-a-Velha e Monsanto, em suma¹⁴⁴, beneficiando para o novo reino uma estrutura castelar preparada para expedições inimigas em diversos pontos geoestratégicos, devidamente preparados para as tentativas de penetração inimigas, seja em defesa em linha ou profundidade.

As características do castelo templário presente em Portugal divergiram nas técnicas de construção, fornecendo aos seus defensores a utilidade de uma estrutura vocacionada para grandes expedições e ataques com máquinas de cerco às suas muralhas. Estas especificidades são tratadas por Mário Jorge Barroca¹⁴⁵, nos novos métodos transferidos para a Estremadura e a sua realidade defensiva bélica. Permitindo não só a uma presença de um maior número de milícias profissionais na guerra contra o Islão, mas

¹⁴² OLIVEIRA, op. cit., p. 206

¹⁴³ Idem, *ibidem.*, p. 215.

¹⁴⁴ BARROCA, *A Ordem do Templo...*, p. 179.

¹⁴⁵ Sobre a arquitectura militar templária após as reformas de D. Senando no século XI, nos métodos românicos adotados pela ordem e reformas disponibilizadas às estruturas mais antigas. Constituídos por as torres de menagem características e muralhas fortes com torres adossadas, contado com diversas técnicas mais avançadas contra a entrada de inimigos. Idem, *ibidem* p. 184-200.

também novas técnicas para combater as suas campanhas. D. Afonso Henriques, além da sua hoste pode contar com estes homens vocacionados para guerra, prevenindo somente a dependência nos cavaleiros independentes de fronteira.

É nesta altura que a cavalaria vilã começa a perder uma certa importância na vida militar do reino, a progressiva recorrência às ordens internacionais e com o aparecimento das nacionais ibéricas, deixou estes cavaleiros com uma cada vez mais diminuta intervenção na vida fronteiriça, até a conquista definitiva das fronteiras do reino português. Exigiu-se uma profissionalização superior das forças militares, garantida agora por um clero guerreiro e os seus papéis colonizadores nas conquistas para Sul. Um dado que mudou efectivamente a guerra de fronteira, com a protecção das populações sendo assegurada pelos homens destas ordens além das forças do suserano. Consequência da forte implementação da ordem do Templo, Hospitalária, de Santiago e de Évora, mais tardiamente chamada de Avis.

Em concreto, estes guerreiros pertencentes ao clero na época de constituição da defesa entre o Mondego e o Tejo, mantiveram na sua alçada armada oito pontos fortificados, servindo de defesa a importantes locais do reino como as zonas de entrada de incursões, com o intuito de perturbar a linha tagana. Entre estes castelos destacaram-se até ao fim da centúria os situados em Soure, Ega, Redinha, Pombal, Tomar, Zêzere, Cardiga e Almourol¹⁴⁶. Estruturantes nas ambições de D. Afonso Henriques para um reino estável e sólido militarmente, contra qualquer percalço ou força externa presente na Hispânia. A Ordem do Templo reproduziu esse pilar militar de uma nação em construção em diversos parâmetros, mas enquanto o incentivo era o combate contra o infiel e as pretensões de novo califado representado pelos Almóadas. Substituindo os seus antecessores berberes cumpriram no mantimento de uma política activa contra a independência andaluza, e os avanços dos numerosos e gradualmente mais poderosos dos reinos cristãos.

Todavia, a incidência constante na atribuição de terras para os cavaleiros do templo diminuiu com o desfecho dos últimos anos do século XII, o rei português tinha privilegiado esta instituição com diversos domínios, as conquistas no além-Tejo iriam continuar esta tendência. Algo que não ocorreu, os deveres dos templários na Terra Santa,

¹⁴⁶ Nas especificidades destas fortificações e as paisagens geográficas onde foram posicionadas estrategicamente de modo a extrair o máximo das suas potencialidades defensivas. OLIVEIRA, *op. cit.*, pp. 265-284.

onde fora fundada a Ordem, pesavam crescentemente no seu foco militar, traduzindo dentro da Península Ibérica numa atitude mais passiva e somente defensiva nos vastos territórios que possuíam. Afonso Henriques reagindo a esta particularidade permitiu a ascensão de outras organizações militares para continuarem a expansão para Sul. O relativo afastamento das de teor internacional, como a Hospitalária¹⁴⁷, que representava uma ordem de natureza mais relacionada com a caridade e não para a vertente bélica, mesmo usufruindo de algumas posições importantes. Dispôs o crescimento das locais nas operações que se prolongavam na altura até ao estuário do Sado.

Em especial desenvolvia-se uma nova política de ocupação da península da Arrábida, revelante para a defesa do resto do Tejo e composta por fortalezas muçulmanas recentemente ocupadas com a conquista da linha tagana. Revelando-se um território de grande contestação nas próximas décadas, e porventura, com a necessidade de profissionais militares para manter estas possessões.

«O cordão de fronteira definido pelos husun de Palmela, Sesimbra e Almada irá mostrar-se insuficiente para conter o ímpeto conquistador de D. Afonso Henriques, após a queda de Santarém e Lisboa. Porém, as forças muçulmanas não tardarão a retomar as posições essas que os cristãos só voltam a retomar posições entre o Tejo e o Sado, posições essas que os cristãos só voltam a recuperar em 1165»¹⁴⁸.

A Ordem de Santiago¹⁴⁹ aumentou a sua actividade neste teatro, estando activamente ligada às conquistas no Alentejo e na manutenção de diversas praças. Posicionando-se em concreto nesta área envolvente da serra da Arrábida até à ao espaço sadino nas fortificações de Almada, Palmela e Alcácer do Sal¹⁵⁰, doadas posteriormente as incursões almóadas em 1186.

¹⁴⁷ SANTOS, *O Médio Tejo dos meados do Século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento...*, 2011, p. 41.

¹⁴⁸ FERNANDES, “Do ribat à comenda: marcas ideológicas e doutrinais na organização do territorial e dos espaços fortificados na península da Arrábida”, in *Cristãos Contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular*, 2015, p. 85.

¹⁴⁹ A criação desta ordem peninsular em 1170 na localidade de Cáceres ligou-se à resposta da entrada dos almóadas no conflito ibérico. Em Portugal ocuparam Arruda dos Vinhos, Monsanto e Abrantes, antes da sua forte presença no Alentejo. Essa presença em praças forte no além-Tejo só foi possível após a guerra travada entre D. Afonso Henriques e D. Fernando II de Leão, na qual, os cavaleiros de Santiago apoiaram as hostes Leonesas. Voltando, somente, a prestar serviço ao rei português apenas no reinado de D. Sancho I, a partir da década de 80, não estando assim presentes como refere Mattoso nas campanhas almóadas às posições portuguesas entre 1179 e 1180. MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, pp. 247-250.

¹⁵⁰ FERNANDES, *op. cit.*, p. 86.

Uma outra milícia à qual houve um crescimento na sua actuação nas operações contra os almóadas foi a futura Ordem de Avis, conhecida na sua fase inicial como a Ordem de Évora¹⁵¹, e conectada ao sucesso da manutenção desta posição como única localidade cristã presente no além-Tejo após as campanhas africanas. As condicionantes dirigidas pelas hostes do Magrebe relacionaram a utilidade da instauração de uma organização nacional de cavaleiros religiosos, de modo a conter a grandes ofensivas que mantiveram preocupados os suseranos cristãos. O descrédito inicial da ordem de Santiago pela sua participação, durante a guerra contra Leão nas hostes de D. Fernando II, representou esta necessidade ao rei português nesta altura de menos estabilidade. Responsáveis pela protecção de Coruche e a sua fulcral praça de controlo da aproximação ao Tejo, manteve estas actividades possíveis para os cavaleiros que operavam neste espaço. A posição geoestratégica é confirmada na sua base defensiva essencial por José Mattoso:

«A responsabilidade dos freires pela defesa do castelo de Coruche era fundamental, porque se tratava de um ponto mais importante na estrada de Évora para Santarém. A sua fortificação assegurava a ligação de Évora com a principal cidade da linha do Tejo.»¹⁵².

Garantindo um importante corredor e localidades para a continuação dos fossados e presúrias necessários para retomar o ímpeto da expansão portuguesa, fazendo parte da vida militar portuguesa durante muitos anos da sua história.

A subida ao patamar mais elevado de credibilidade bélica levou a estas instituições transmitirem o mais comum estabelecimento de métodos de conflito, na guerra de foco religioso. Algo comum na época medieval, aquando o cristianismo expandia a sua influência para territórios pagãos e com forte influência cultural de outras religiões. Os muçulmanos representaram uma dessas frentes, travando estas ambições nomeadamente na Palestina e nos seus lugares santos. A Península Ibérica, no entanto, representou um local de conflito mais sucedido, com reinos e populações estabelecidas sucessivamente no rito romano e com um historial de resistência e estabelecimento de Reinos coesos, contra a afronta primeiramente do poder andaluz e com as posteriores vagas magrebina. Os Norte africanos por sua vez depararam-se com um Islão em decadência política e

¹⁵¹ MATTOSO, D. *Afonso Henriques...*, pp. 250-251.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 251.

social, factos que se manifestaram na sua organização militar e resposta ao expansionismo oposto.

Nestes acontecimentos formaram-se os cavaleiros que mantiveram uma grande influência na progressão desta guerra santa e no estabelecimento de fortes medidas militares contra as suas hostilidades. O primeiro rei português dispôs destes cavaleiros para seu grande benefício, como um monarca recente, necessitando de ferramentas para formar um reino preparado para qualquer ameaça a sua recém-adquirida independência. Nessa estratégia formou a sua conduta marcial, com o auxílio de profissionais com as técnicas necessárias para o sucesso deste plano expansionista, com grande aproveitamento de defesas passivas e robustas para a manutenção e crescimentos dos seus territórios.

A presença em grande peso destas fortificações, pertencentes às ordens militares no reino português, é atribuída às cerca de 40¹⁵³ destas estruturas pertencentes às suas instituições somente no espaço português. Um levantamento coeso do número exacto destas provas é difícil realização, pela carência de assoreamentos arqueológicos. Contudo, este número elevado de estruturas na posse das diversas ordens presentes nos tempos de crescimento territorial de Portugal, representa a sua vigente importância militar nos planos de consolidação dos monarcas ibéricos e na sua dependência em certas ocasiões destes guerreiros. Consolidando estas recentes conquistas, presentes numa época do final do século XII onde as incertezas políticas arrastaram mais uma vez a ímpeto conquistador de Afonso Henriques a uma paragem abrupta¹⁵⁴, pela contestação entre as famílias reais pelo direito de posse desses mesmos territórios. Algo que os seus descendentes nos séculos vindouros sustentaram constantemente aquando uma conquista de uma parcela de território.

Toda esta responsabilidade doada aos cavaleiros das diversas ordens viria a ser testada pelos Almóadas nas contínuas campanhas de recuperação da linha tagana, permitindo a toda a estrutura montada pelo ponto de vista estratégico de D. Afonso Henriques proteger a antiga fronteira e as suas zonas crescentemente ocupadas por povoações e as suas actividades económicas. As incursões berberes desde 1170, proporcionaram o efeito defensivo desejado mantendo um sólido reino apesar de alguns

¹⁵³ FERNANDES (Coord.), *Castelos das Ordens Militares ...*, 2013, p. 389.

¹⁵⁴ Sobre este assunto veja-se: MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, pp. 215-234.

ataques iniciais preocupantes, como em Torres Novas, e progressivos ataques à sede templária de Tomar. O insucesso destas tentativas mostrou as excelentes construções realizadas por D. Gualdim Pais e o seu legado de estruturas defensivas de difícil cerco. Garantidas estas posições pelos milites do templo de Salomão foi permitida uma progressiva expansão a cargo das intuições nacionais, as quais progrediram no seu estatuto rapidamente, proporcionando um revigorar das ofensivas até ao Algarve.

Resumindo, no final da governação de Afonso Henriques, e com as reformas iniciais do seu predecessor, encontramos um esquema de fortificações taganas constituídas pelos castelos de: Lisboa, Monsanto, Alenquer, Abrantes, Santarém, Tomar, Ourém, Almourol, Zêzere, Cardiga, Belver, Coruche, Almada e Palmela. Esta extensa lista exemplifica o grande esforço em solidificar a frente do Tejo e as suas diversas maneiras de penetrar o território. Uma rede que persistiu às grandes campanhas Almóadas e os seus sucessos no além-Tejo, garantido a protecção dos grandes polos populacionais de Lisboa e Santarém. Falta-nos seguidamente conectar a estas numerosas estruturas defensivas, às torres e atalaias que suportavam os sistemas de vigias de aproximação inimiga e os seus intentos ofensivos nos territórios cristãos.

IV

A CONQUISTA DO SUL ESTREMENHO

4.1.

CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO E A SUA DEFESA

As novas posições taganas conferiram a Afonso Henriques uma nova oportunidade de expansão das suas terras. A instalação de cavaleiros vilãos neste espaço tinha possibilitado a organização de operações para Sul, com a fragmentação do poder andaluz proporcionado pelas segundas taifas. Nas décadas de 50 e 60 retomaram-se as conquistas, tomando as importantes praças de Alcácer do Sal e Beja entre os objectivos destas ofensivas. Nestes objectivos contava com o auxílio de caudilhos que actuavam na fronteira e serviam os interesses estratégicos de Portugal, na tomada e fustigação do inimigo, nomeadamente, o afamado Geraldo Sem Pavor. Criando uma altura de franca tranquilidade na vertente defensiva estremenha, e por sua vez, propícia ao crescimento de estruturas de protecção da linha do Tejo e dos seus desígnios bélicos. O rei neste cenário reencontrava uma nova oportunidade de expansão até o surgimento dos Almóadas na Península e as dificuldades encontradas a partir de 1169.

Principalmente após o desastre de Badajoz e a incapacidade de o futuro monarca português continuar as suas conquistas, concentrou-se uma crescente atenção na defesa dos amplos territórios agora na posse dos portugueses. A eventual perda das praças a sul, pela dificuldade de povoamento e de solidificação de métodos defensivos contra as vagas almóadas, criou o perigo iminente das linhas do Tejo e das suas populações. Uma consolidação do território¹⁵⁵ foi necessária com a doação de praças e territórios às ordens militares, e a doação dos forais a Coimbra, Lisboa e Santarém, em 1179. D. Afonso Henriques deparava-se com uma nova conjuntura e novos perigos ao seu trono, a sua relativa incapacidade para estar presente na frente disponibilizou ao seu sucessor a oportunidade de estar mais próximo das responsabilidades do reino e auxiliar o seu progenitor numa altura fulcral, aprendendo com a sua experiência. O infante português representou-se como um fulcral cavaleiro e comandante do reino português, organizando as suas próprias campanhas em seu nome dentro de território inimigo de modo a desenvolver o seu prestígio e valor militar.

¹⁵⁵ MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, pp. 258-259.

Com as negociações do período de tréguas entre 1173 e 1178¹⁵⁶ foi possível uma organização do território após as perdas a Sul. Os almóadas também começaram uma eventual organização das terras conquistadas, visto o perigo constante dos cavaleiros vilãos da linha do Tejo. Nesta altura a área do estuário tagano encontrava-se fortemente militarizada e com efectivos meios de protecção. Um respeitável número praças, nomeadamente das Ordens do Templo e Santiago, encontravam-se nas mãos destas instituições militares e novos esforços eram destacados para melhorar estas posições. Em concreto o baixo Tejo era preservado pelo posicionamento de importantes estruturas adossadas aos pontos de maior circulação da época tanto na transposição do rio como na direcção para o Mondego, como exemplificado na citação de Pedro Gomes Barbosa:

«[...] Lisboa, junto ao estuário, Santarém, que controlava o vale a meio, e as mais fáceis passagens para uma e outra margem, e Abrantes, que colocava o “trinco” neste sistema de defesa. Na retaguarda, duas fortalezas: Ourém, que guardava a passagem entre o litoral e o Tejo, Ceras-Tomar, que vigiava a estrada romana e impedia ou permitia o trânsito entre os campos de Coimbra e os da Valada.»¹⁵⁷.

Auxiliados por outras fortificações secundárias como torres e atalaias características dos sistemas defensivos da época. O Tejo concentrava uma zona de difícil transposição para as hostes muçulmanas, qual fosse a sua planificação de ataque. A zona da Valada era organizada e protegida por diversos sectores militares da Estremadura, que protegiam as principais cidades e todo um território que crescia à medida que se instalavam novos colonos e os seus aglomerados habitacionais.

Esta forte disposição de meios defensivos, porém, não significa que a linha do Tejo fosse totalmente intransponível e invulnerável a uma operação de grande escala moura. Como referido pelo autor acima mencionado, qual fosse a magnitude de uma barreira natural as populações que habitavam nestas regiões, há séculos dispunham de métodos de transpor tais obstáculos¹⁵⁸. Portanto, uma barreira fluvial não significava o total isolamento de dois lados opostos. Havia alguns métodos de passagem e pontos que asseguravam uma facilitada incursão, como o caso da zona de Santarém. Na medida que

¹⁵⁶ Período desencadeado pela agressividade muçulmana sobre as praças cristãs, com a chegada aos arredores de Toledo do Califa e o desencadear das negociações, também aproveitadas pelo monarca português para recuperar e organizar as suas defesas. IBN SAHID AL-SALA, *Al-Mann Bil-Imama*, 1969, p. 233.

¹⁵⁷ BARBOSA, “*Os Sistemas de Defesa na Reconquista do Baixo Curso do Tejo*”, in *A Política Portuguesa e as suas Relações Exteriores...*, 1996, p. 283.

¹⁵⁸ Idem, *ibidem*, pp. 273-274.

alguma iniciativa inimiga sobre a área tinha de ser detida pelas estruturas colocadas nestes pontos, inseridos numa vasta rede de apoio defensivo, de modo a deter avanços mesmo que a vanguarda defensiva fosse destruída e ocupada. Desenhando todo um sistema intercalado de vigilância e defesa de posições de valor estratégico em junção às características geográficas. No centro deste pensamento militar é observado o posicionamento das fortificações da época e de períodos anteriores. Nos característicos pontos altos de fácil observação do território e qualquer ponto de valor logístico, tanto de comunicação como de importantes recursos para o esforço bélico.

Enquanto o Infante Sancho iniciava as hostilidades com o reino de Leão no período de tréguas com os muçulmanos, a atenção defensiva a sul representou um novo planeamento do rei e dos que o serviam. A ordem de Santiago da Espada foi a grande beneficiada destes propósitos, como mencionado em capítulos anteriores, em termos de doações de castelos e propriedades, e os cavaleiros de Évora, visto as suas garantias militares, o estratégico castelo de Coruche construído poucos anos antes. Portanto, novamente a monarquia portuguesa apostou nestes cavaleiros para ocupar e proteger as linhas mais fragilizadas e propícias a uma sucedida ocupação muçulmana. Todas estas linhas cautelares em breve viriam a ser testadas com o fim do prazo das tréguas e o revigorar almóada, nas campanhas pela Península Ibérica. Os Almóadas adotaram uma especial atenção às conquistas portuguesas no ocidente e manifestaram a intenção de capturar novamente as cidades taganas, para iniciar um novo posicionamento geral muçulmano neste curso fluvial, perdido desde as conquistas do século anterior no reinado de Afonso VI.

Os acontecimentos da década de 80 espelharam um período de estagnação expansionista, mas com manobras ofensivas ainda destacadas anteriormente por Geraldo Sem Pavor e o príncipe D. Sancho I. O Califa almóada, entretanto, fortalecia o espírito da *jihad*, organizando grandes expedições no Magrebe para atacar e desafiar a ocupação cristã no Garb Andaluz. As relativas hostilidades vindas desta parcela do território centravam na atenção do líder berbere alguma preocupação, caudilhos de fronteira como Geraldo prejudicavam as posições muçulmanas já fragilizadas, e a posição de D. Afonso Henriques era um constante perigo para as praças além do Tejo, pelo seu posicionamento forte em ambas as margens do rio. Como descrevemos anteriormente, o posicionamento geoestratégico como em todas as épocas de confronto militar organizado, garantia certos benefícios para o defensor e uma difícil tarefa para o agressor de modo a conquistar certas

praças. Os almóadas concretamente com grandes hostes disponíveis na sua alçada, com a oportunidade de isolar somente um monarca cristão, e concentrando estes ataques neste âmbito numa parcela do território em específico, encontravam diversos benefícios nesta estratégia política. Facilitando os objectivos dos seus comandantes e concentrando a sua força nos seus números, e conseqüentemente a sua superioridade em campos de batalha nesta especificidade.

Após o insucesso do cerco a Évora no princípio da década, Yusuf b. Yaqub formou um grande exército com o intuito a por fim a estas ameaças ao seu poder califal. Mencionado nas fontes coevas o grande número de efectivos nas suas hostes, marchou pelas principais cidades do al-Andaluz até chegar a Badajoz, como primeiro estágio do seu alvo, Santarém. No ano de 1184 surgiram estes acontecimentos que causaram grande preocupação nos poderes instalados na região pela magnitude desta campanha que chegou aos portões de Santarém e às suas milícias de fronteira. Numa altura em que o infante organizava as suas operações fora do alcance da cidade, mas conseguiu chegar em auxílio dos sitiados, em conjunto com o arcebispo de Compostela e o rei Fernando II numa altura fulcral do cerco. Nesta ocasião a campanha Almóada de 1184¹⁵⁹ não usufruiu do efeito desejado apesar de uma certa destruição manifestada no território, sendo a hoste derrotada no seu objectivo final, e o seu líder não ter sobrevivido na longa retirada para terras seguras. A vitória portuguesa, no entanto, revelou certas debilidades na capacidade de defender a frente do Tejo. A habilidade almóada de organizar ofensivas massivas em relação a capacidade cristã, debilitava a estruturas preparadas para uma guerra de fronteira não tão intensa e habituada às escaramuças características da época almorávida. Novas medidas tiveram de ser acrescidas pela incapacidade de absorver um outro ataque dessa envergadura, organizando a península de Setúbal com a povoação dos Castelos de Coina, de Palmela e a reconstrução de Coruche. Pontos fortes até à instalação definitiva no Alentejo e preparação para a conquista do Algarve no século seguinte.

No ano seguinte a morte do primeiro monarca português não desgastou a vontade expansionista do reino. O seu sucessor já carregava muitas responsabilidades militares até à altura e continuou com a recuperação dos territórios a Sul após o ataque Almóada. Até ao fim da década muitos episódios políticos afetaram a Reconquista, com a morte de Fernando II e com a perda de Jerusalém nos últimos anos de ofensiva contra a ameaça

¹⁵⁹ MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, pp. 267-269.

islâmica. Novas vagas pertencentes à terceira cruzada passavam agora por Portugal e aproveitavam os seus portos na longa viagem e travessia para o Médio Oriente. D. Sancho I como o seu pai, beneficiou da presença destes homens para ganhar um novo alento de conquista para as praças sulistas, com a conquista de Alvor e do importante castelo de Silves. O jogo político entre cristãos e muçulmanos intensificava-se na época de Al-Mansur, o califa negociou tréguas com os restantes suseranos de modo a centrar o seu objectivo no território português, após a pesada derrota anos antes. O novo califa almóada visto a perda de praças no Algarve e a consolidação da presença portuguesa no Garb, planificou uma nova campanha para neutralizar D. Sancho I e as suas potencialidades ofensivas dentro da região.

O rei português tinha garantido uma excelente posição estratégica para montar novas campanhas agora direccionadas para Este, território de expansão de outros reinos e das suas ambições dentro destes objectivos. Na mesma medida que se encontrou no lado muçulmano por diversas décadas, os monarcas católicos também controlavam o poder entre si, impedindo que algum em particular acumulasse demasiado poder dentro do cenário ibérico, e algum dia ameaçasse os seus próprios reinos neste eventual acontecimento. A unidade política hispânica sempre deteve esta particularidade nestes tempos de maior fragmentação territorial, havendo interesses além do confronto ao expansionismo islâmico e a sua ameaça ao resto da Europa. D. Sancho após estas campanhas por pouco tempo teve nas suas mãos, em certa medida, o território português actual e poderia ter expandido a sua extensão para a Estremadura e sul espanhóis. Desta medida, foram possíveis as tréguas e alianças entre cristãos e muçulmanos que já tinham ameaçado D. Afonso Henriques, e a sua quase sucedida tomada da localidade chave de Badajoz.

4.2.

A CAMPANHA ALMÓADA DE AL-MANSUR (1190-1191)

O califa Al-Mansur, dependente de novas conquistas para vincular o êxito da sua dinastia no comando dos interesses muçulmanos na Península, necessitou de recriar novas condições de uma forte presença almóada na Hispânia. Os recentes sucessos dos reinos cristãos tinham deixado mais uma vez fragilizada a presença dos mouros e o seu comando sobre os andaluzes, nas suas constantes tensões com os povos do Magrebe. De modo a aumentar o vínculo de poder do império almóada foi necessário desencadear novas campanhas para separar a governações muçulmanas dos últimos insucessos das passadas décadas. Esta reacção foi desencadeada nos anos de 1190-1191 após a preparação de Al-Mansur para atacar mais uma vez as posições do reino português e do seu novo rei, D. Sancho I. O príncipe herdeiro pela sua proximidade à política e a estratégia militar do reino nos últimos anos do seu predecessor, já dispunha de uma certa experiência devido a operações militares com sucesso sobre o seu comando. Quando chegou ao poder e após a sua presença numa sucedida defesa da linha do Tejo, em conjunto com anos de preparação e cautela para a organização mais um ataque desta envergadura, o monarca estava ciente das tácticas do seu inimigo e dos objectivos próximos. Depois de um espaço de tempo onde foram perdidas grande parte das suas conquistas a sul durante esta campanha em concreto.

Conhecendo o auxílio de outros poderes cristãos na última campanha almóada, o califa isolou Portugal de todo o apoio que era possível beneficiar caso fosse desencadeado um ataque, e planeou uma ofensiva em múltiplas direcções de modo a bloquear algum espaço de resposta do monarca opositor. Como demonstrado por Maria João Violante Branco, a campanha foi desencadeada com um ataque em três frentes¹⁶⁰, bloqueando o auxílio de D. Sancho às praças a Sul e ocupando o rei com a defesa da linha do Tejo, disponibilizando a oportunidade às suas hostes de recuperaram todo território do além-Tejo perdido recentemente, e de danificaram a bem estruturada linha de fortificações taganas se possível. Apesar da estratégia bem concebida para o efeito pretendido por Al-Mansur, a sua campanha de 1190¹⁶¹ não teve sucesso com a manutenção de Silves e Évora

¹⁶⁰ BRANCO, D. *Sancho I...*, *Reis de Portugal...*, 2012, pp. 141-142.

¹⁶¹ Idem, *ibidem*, pp.142-146; KENNEDY, *op. cit.*, p. 270.

nas mãos dos cristãos. Além desse desaire estratégico as defesas portuguesas do Tejo eram sólidas, apenas conseguindo tomar a posição de Torres Novas e falhando no cerco a Tomar e aos seus cavaleiros do Templo. A forte aposta nas ordens militares disponibilizava a D. Sancho I estas robustas barreiras defensivas contra o seu inimigo. Mais uma vez o apoio de uma ordem religiosa foi essencial e as grandes reformas iniciadas pelos templários nesta região, beneficiando de grandes doações, atribuíram resultados, nas sólidas defesas e homens profissionalizados na arte da guerra.

A iminência de uma retomada de ataques mouros levou a D. Sancho a reconstruir rapidamente as praças danificas, e a apoiar-se mais uma vez nas ordens militares através de uma série de doações estratégicas para os seus objectivos defensivos. A península de Setúbal em concreto; encontrava-se numa situação de enorme perigo derivado da agressividade e ocorrência dos ataques almóadas. Algo que veio a constatar-se apenas um ano após a última campanha do Califa. Aprendendo com o seu insucesso anterior, Al-Mansur montou uma ofensiva que evitava as praças de maior dificuldade e centrava a sua atenção bélica nas praças entre o Sado e o Tejo. Essas hostilidades começaram novamente em 1191, negando ao seu inimigo qualquer posição estratégica ao sul do Tejo. Esta campanha foi iniciada com um forte ataque a Alcácer do Sal, um dos principais objectivos, destacada pelos almóadas pela sua localização fulcral sobre o estuário do Sado e como importante porto para as embarcações deste poder do Magrebe. Esta captura levou à rendição das restantes praças-fortes da península de Setúbal, e conseqüente à retirada novamente das linhas portuguesas para as posições da margem Norte do Tejo. Mantendo na posse portuguesa somente o enclave de Évora, que viria a ser essencial para a recuperação futura das posições até ao Algarve, sem Silves ou outro ponto-chave do além-Tejo, o rei português não teve capacidade de reação ou os recursos para reconquistar estes locais seguidamente devido a forte presença muçulmana. Apenas em 1194 retomou Palmela¹⁶² e recuperou a presença portuguesa na península, com a Ordem de Santiago presente neste castelo para montar um ponto coeso de defesa contra os ataques muçulmanos. Os espatários viriam a ser determinantes nas investidas a sul, após o repelir dos ataques almóadas. Esta instituição religiosa reconquistou e manteve muitas posições no além-Tejo e a confiança nas suas operações como nos templários mais a Norte, também usufruiu dos seus frutos.

¹⁶² MONTEIRO, “*Reconquista (1096-1249)*” ..., pp. 29-30.

O recente sucesso do califa a ocidente deu as provas necessárias para a sua governação na região, logo após o seu reposicionamento no Garb. Novas campanhas foram realizadas para retomar os territórios perdidos a oriente:

«E que os Almóhadas estavam determinados a novas pressões sobre os territórios cristãos, mostra-o derrota infligida aos castelhanos em Alarcos, no ano de 1195, onde pereceram também cavaleiros portugueses»¹⁶³.

Ocasão que retirou alguma da pressão dos últimos anos das linhas portuguesas e, permitiu ao seu rei uma nova reorganização das suas defesas, apontado para uma reentrada dos espatários na “península de Setúbal” e a organização das suas actividades bélicas pelo território. Toda a crescente actividade de Al-Mansur e das suas hostes na região, viria a criar uma reacção cristã conjunta contra o poder almóada no século seguinte. Acontecimento que finalmente travou as vagas beberes em definitivo na Península Ibérica. Sem um inimigo em comum a disputar o crescimento dos reinos cristãos, iniciou-se uma época de luta pelo domínio destes estados na Hispânia que resultou na criação de novas unidades políticas e conflitos.

Os Almóadas em semelhança aos seus opositores portugueses não conseguiram manter fortes posições no território conquistado pelo seu califa. A manutenção destes pontos contestados de fronteira determinava uma elevada necessidade de recursos, para manter homens de armas e populações instaladas nestas posições. Perante esta situação, segundo Hugh Kennedy¹⁶⁴, o líder mouro teve de pagar subsídios mensais a estes indivíduos através de pagamentos distribuídos pelas tesourarias de Sevilha e Ceuta, de modo a manter a viabilidade destas posições. Não havia, porém, aglomerados populacionais sustentáveis, e por sua vez, muito voláteis devido à fraca administração do império magrebino. As cidades raianas muçulmanas do Garb estavam assim fragilizadas aos ataques dos cavaleiros cristãos e às suas atividades de razia e de conquista apesar das recentes conquistas. Um dado constante nas campanhas realizadas no além Tejo por ambos os lados opostos, numa peleja constante para retomar e defender posicionamentos de imediato valor estratégico para as suas campanhas futuras. Sem a viabilidade defensiva de os entrepostos muçulmanos nas décadas que se aproximaram tornou-se cada vez mais possível uma efectiva conquista do território até ao Algarve.

¹⁶³ FERNANDES MARQUES, “As Etapas de Crescimento do Reino”, in *Portugal em Definição de Fronteiras...*, p. 38.

¹⁶⁴ KENNEDY, *op. cit.*, p. 271.

Até essa altura uma forte implementação defensiva foi formada pelo reino português, nos diversos métodos de defender o seu território e as populações presentes neste espaço. Os sucessos defensivos realizados no século XII, mantiveram nos seus dispositivos fortes mecanismos de alerta que responderam a muitas manobras defensivas aquando as vagas mouras. Nestas últimas campanhas mencionadas, as recorrentes actividades muçulmanas foram constantemente observadas pelas sentinelas activas neste espaço. Consoante a prévia expansão por D. Afonso Henriques, estiveram sempre associadas aos seus objectivos militares e às grandes medidas defensivas do território português, no primeiro século da sua existência. Sendo os ataques almóadas o grande teste para este sistema montado entre o Tejo e o Mondego, pela possibilidade de entrada nas linhas consolidadas neste território e a consequente defesa das fortificações aí inseridas. Consolidando o território português numa área altamente defensível e, com os recursos apropriados para manter este objectivo nos diversos espaços geográficos do reino, e das suas artérias principais de comunicação.

4.3.

PONTOS DE VIGIA ENTRE O MONDEGO E O TEJO

Como desenvolvemos ao longo dos últimos capítulos, os pontos de reconhecimento de movimentação inimiga estiveram inteiramente interligados na manutenção de uma fronteira segura. Nesses objectivos de segurança de um território estiveram presentes o estabelecimento de sentinelas na extensão do território, de modo a servir os castelos e outros pontos defensáveis de uma vasta rede de vigias prontas a estabelecer contacto aquando uma incursão hostil. Nestas posições estrategicamente posicionadas em locais benéficos para esta actividade, montaram-se as mencionadas atalaias ou esculcas, e o aproveitamento de torres para o mesmo propósito. O posicionamento de ambas as estruturas é pouco representado na documentação medieval, mas felizmente alguma toponímia de origem militar sobreviveu na cartografia recente do território português, de acordo com as necessidades defensivas de cada região. Demonstrando em certos pontos da extensão territorial entre o Mondego e o Tejo, topónimos que aludem à presença de acampamentos ou torres nas imediações. Presentes em antigas fortificações abandonadas ao longo da Reconquista em alguns casos, ou em localidades e termos geográficos específicos ligados ao conteúdo aqui pesquisado. Isto demonstra a variedade de denominações centradas nestes serviços, apesar de concretamente o foco estar incidido nos vestígios relativos a Atalaia ou Torre.

Certas localidades presentes na zona estudada mantiveram o nome de Atalaia, como exemplo de alguns dos pontos defendidos por estas estruturas. Floresceram espaços habitacionais capazes de organizarem algum género de defesa aos ataques inimigos, ou abrigando-se numa fortificação próxima nas suas imediações. Estes topónimos podem-se ter mantido mesmo após o desaparecimento da vigia, muitos abandonados com a expansão do reino e deslocação do espaço de fronteira. Na mesma maneira, muitas das torres presentes foram reabilitadas para outros usos posteriores, é possível que muitas paróquias aproveitaram estas estruturas militares para a construção de igrejas nas comunidades recentemente colonizadas, na elaboração das suas características torres sineiras. Muitas destas torres também desapareceram do conhecimento cartográfico, necessitando de provas arqueológicas para poderem ser localizadas. Incluindo, em certa medida, antigas fortificações e os burj islâmicos, abandonadas ao longo da Reconquista

pela construção de mais desenvolvidas edificações militares tanto de vigilância como de defesa, representando outras épocas de hostilidades. Muitas destas estruturas características do conflito limítrofe foram deixadas de parte com o desenvolvimento e mudanças do conflito ibérico, de acordo com a expansão da fronteira para Sul. Esta toponímia militar defensiva é encontrada em certos exemplos, como em castelos não presentes na estrutura defensiva da documentação coeva do século XII, ou em menções como «castelejo»¹⁶⁵ ou «castelinho»¹⁶⁶, entre outros exemplos.

Estas defesas fixas estavam interligadas ao longo do território a sistemas de defesa de importantes zonas estratégicas e aglomerados populacionais. Recorrendo a diversas camadas de protecção militar posicionadas em suporte de cada uma, formando um “distrito” bélico organizado para estas funções de protecção de uma determinada região e aos seus habitantes. A partir destes sistemas defensivos compostos pelos castelos e os postos de sentinela, foram criados os sistemas complexos da Estremadura medieval. Estas organizações militares, devido aos acontecimentos da época tiveram de adaptar e readaptar posicionamentos fulcrais para a manutenção das suas linhas defensivas. Beneficiando posições com certas características, em detrimento de outras, para expandir o campo de acção das suas forças. No núcleo destes métodos de organização militar estavam as cidades e as suas actividades comerciais e de atracção de novos indivíduos para esse contexto.

Focando a observação nestes centros populacionais de elevada importância, é possível descrever como se formavam os sistemas defensivos. A partir das localidades com um grande tecido urbano e conseqüentemente uma grande população, estendiam-se as medidas de defesa que protegiam as suas muralhas e as populações dentro da esfera cidadina, elaborando redes intercaladas de castelos com eventuais torres e atalaias, que informavam os seus alcaides de manobras inimigas perigosas para as suas posições. Disponibilizando para cada núcleo urbano uma defesa eficiente que transpunha as barreiras naturais fluviais e outras, que normalmente era característico dessas concentrações de indivíduos. Presentes a distâncias equivalentes e capacitadas para comunicar entre si, através de técnicas visuais ou em último recurso de mensageiros montados a cavalo, assegurando com estes meios de comunicação a transmissão de

¹⁶⁵ Referência de castelejo como fortificação autónoma semelhante à estrutura de um castelo mas de menor dimensão. BARROCA, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo ...*, p. 108.

¹⁶⁶ Veja-se, como exemplo os casos encontrados nas Cartas Militares 299 e 253.

mensagens a respeitáveis distâncias, que sem estes meios poderiam demorar um grande espaço de tempo a chegar a um decisor. Os agentes ligados à defesa do território disponibilizaram assim de informações necessárias para desempenhar as suas manobras militares e defender o território ou fustigar o inimigo com táticas de guerrilha.

De modo, a garantir o crescimento destes polos e a sua relativa segurança foram desenvolvidos os recursos de segurança às populações dentro e fora das suas muralhas. Esta preocupação não era só a nível terrestre, mas também marítima, pela localização destes núcleos ser principalmente adstrita aos espaços fluviais e as suas garantias de fertilidade agrícola e de transporte de mercadorias, tão como, de água em abundância para todas as necessidades da população. Cidades como Coimbra assim posicionavam-se nas margens dos rios, estando vulneráveis a incursões inimigas costeiras ou mesmo pela possível navegação fluvial.

Devido a estas particularidades, os sistemas defensivos e de vigilância tiveram uma especial atenção às particularidades geográficas e de transporte pela região. Sendo elaboradas de modo a interagir mesmo a grandes distâncias, através dos métodos de comunicação da época. Em redor das áreas populosas foram necessários para a sua segurança em todas as épocas do ano, incluindo a construção de fortalezas capazes de albergar estes indivíduos, enquanto eram organizadas as operações de defesa do território. A temporização destas acções era essencial, pelo que os métodos de sentinela tinham de responder prontamente aquando um sinal de hostilidades. Por esta razão concretamente, era necessário a instalação de um grande número de postos para este serviço, seja na zona costeira ou mais interior, para reagir a qualquer tentativa de aproximação oposta. Alguns destes posicionamentos com o decorrer da Reconquista foram-se transformando em castelos, aproveitando as suas torres e a sua excelente localização. Outros mantiveram o seu papel e desapareceram com o seu desuso e movimentação da fronteira para Sul, ficando por descobrir a sua localização geográfica. No entanto, a maior parte das atalaias, como referido anteriormente, eram simples acampamentos com defesas básicas e de fácil transporte, prontos para a sua deslocação para outra área a qualquer altura dependendo da necessidade militar¹⁶⁷. Portanto, muito destes locais de vigilância por esta característica

¹⁶⁷ Como a da variabilidade dos ataques inimigos, que podia levar à adoção de novos locais para a construção de sistemas de vigilância. Esta relativa mobilidade aumentava a disponibilidade de informação, factor essencial para os comandantes que tinham de defender linhas de fronteiras. Estas práticas são destacadas por outros autores, a que juntam a presença de “atalaias móveis”. MARTINS, *Guerreiros de Pedra...*, pp. 138-139.

temporária, são impressíveis de codificar o seu posicionamento, existindo apenas os vestígios de locais com estruturas mais sólidas, concretamente nos pontos onde sobreviveu a toponímia militar portuguesa ligada a estes serviços na extensão cartográfica entre o Mondego e o Tejo.

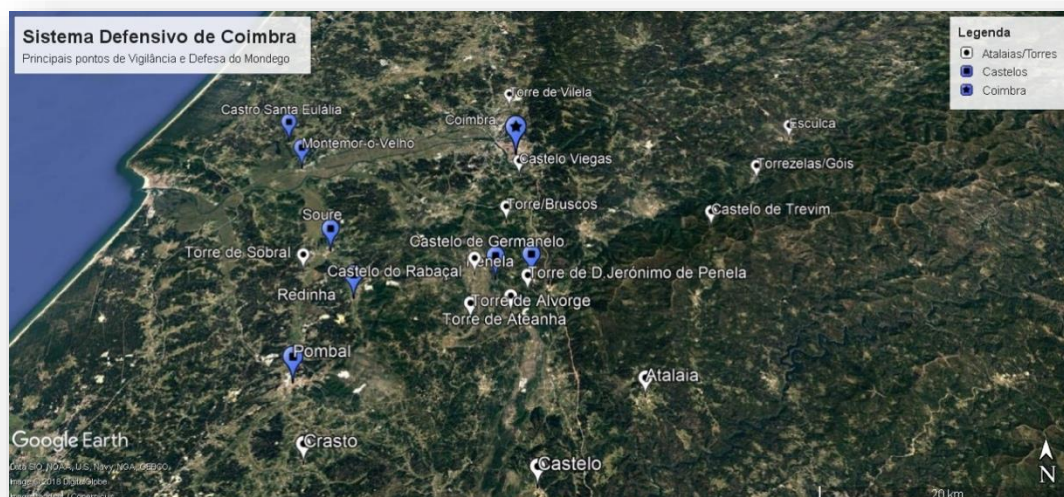
A Estremadura esteve assim durante a sua expansão em constante transformação na sua organização militar, aproveitando muitas das estruturas muçulmanas ocupadas pelo seu bom posicionamento, e alargando a malha defensiva usufruindo destas antigas fortificações inimigas, as quais igualmente os muçulmanos na sua ocupação da Península Ibérica tinham constatado as suas excelentes posições para dominar o território, havendo um conhecimento geral desde as primeiras organizações militares dentro da Hispânia dos pontos estratégicos para defender as especificidades de cada região. A aglomeração de todos estes dispositivos organizou no caso português os distritos militares de Coimbra, Lisboa, Santarém, e mais tardiamente de Almada, e toda a “península “de Setúbal. Desde estas grandes áreas de concentração populacional, organizaram-se estes sistemas aqui mencionados, com o auxílio de entidades religiosas e dos alcaides de fronteira em colaboração com os planos do rei português, disponibilizando todas as hipóteses de vigilância do território no atribulado século XII, com os seus inúmeros acontecimentos que moldaram Portugal como Reino independente. Todas as particularidades ocorridas na guerra contra os muçulmanos levaram a uma concentração defensiva mais compacta e disponível a repelir hostes em maior número de efectivos, nomeadamente a partir da intervenção dos poderes africanos. A relativa estabilização do reino devido a estes métodos de natureza defensiva levou ao longo processo de colonização das novas zonas conquistadas.

Existem, com este pressuposto, muitas particularidades da toponímia e da sua evolução ao longo dos séculos de história portuguesa. Devido à dispersão destas estruturas e à sobrevivência toponímica de algumas das suas posições, é possível desenhar algumas das linhas de vigilância em confluência, com as já bem conhecidas de defesa mais concreta. No entanto, é incomum o aparecimento destes postos nos documentos particulares e régios desta altura. Enumeramos aqui hipóteses e não completas certezas do que foi planeado pelos líderes militares nas suas estratégias de manutenção das suas terras. Necessitando hoje em dia ainda de muito trabalho de campo arqueológico, para desvendar muito do que é desconhecido para os investigadores medievais sobre a interligação defensiva dentro de um território tão volátil e propício a hostilidades

constantes no decorrer do ano, mesmo nas alturas fora da época normal de campanhas, entre Março e Outubro.

Seguidamente relacionamos alguns dos termos sobreviventes aos meios defensivos estremenhos, ligando o seu apoio aos principais castelos e a sua localização geográfica em geral nas distintas regiões analisadas. Relacionando também os padrões defensivos e as áreas de cautela defensiva, que os serviços de rolda e vela permitiam manter durante todo o ano de dia e noite, um estado constante de alerta e aviso, para os responsáveis pela proteção de uma certa zona ou via de comunicação para uma importante localidade ou zona de elevado nível estratégico¹⁶⁸. Decifrando a localização de alguns locais, infelizmente certas áreas não detêm nenhuma toponímia sobrevivente mesmo sendo essenciais para os desígnios defensivos da época. O que releva uma certa lacuna de informações sobre o assunto e a pouca informação presente nas fontes, já que a relativa distância entre certos pontos de vigilância dificultava as suas comunicações visuais e os mensageiros a cavalo também teriam de percorrer muitos quilómetros para avisar de qualquer imprevisto. Apesar destas dificuldades, recorreremos seguidamente às possibilidades de ligação defensiva e de vigia deste o Mondego até à margem sul tagana, a importância desta faixa na defesa das cidades de Lisboa e Santarém, Coimbra entre outros pontos.

¹⁶⁸ MARTINS, *Guerreiros de Pedra...*, pp. 139-140.



Iniciamos a nossa análise pela linha do Mondego, concretamente pelos vestígios presentes no estuário desta rede fluvial, nas suas duas margens. Pela fragilidade de Coimbra a ataques muçulmanos vindos do litoral, e pela presença de piratas mouros na costa próxima do porto de Buarcos, pelas suas posições portuárias vantajosas donde os seus ataques eram lançados, provavelmente das lagoas de Pederneira e Alfeizerão na região de Alcobaça. Esta ameaça constante levava à manutenção de algum tipo de posições de vigia para as ameaças vindas da orla costeira. Nomeadamente, em pontos propícios para o desembarque marítimo de efectivos militares, e de início de campanhas de saque ou tentativa de conquista, como no caso de 1116 que levou ao cerco da cidade do Mondego. A presença do castelo de Santa Eulália, mais próximo desta zona atribuía a necessidade de estruturas de apoio à fortificação, passando pelo castelo de Montemor-o-Velho até chegar a Coimbra, numa zona fulcral para a protecção da cidade, e preparação da mesma para uma incursão de grandes dimensões, como no cerco realizado durante a governação de D. Teresa, usando a via que se encontrava nesta região mencionada nos trabalhos de Maria Helena Coelho como meio de comunicação à cidade do Mondego¹⁶⁹. Partindo desta análise, e focando-nos nestas duas fortificações, desde a região da actual Figueira da Foz e a sua zona costeira encontramos dois topónimos representantes dos serviços de sentinela, entre estes encontramos a menção de V. Mota¹⁷⁰ no Monte

¹⁶⁹ COELHO, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média...*, pp. 408-409.

¹⁷⁰ Uma “Mota” pode indicar uma pequena fortificação (“motte” francesa) , ou em outros casos trabalhos hidráulicos.

Ferrestelo e Alto da Vigia na Serra de S. Bento¹⁷¹. Presentes em realidades geográficas benéficas para a manutenção e realização de uma vigia de incursões vindas do mar e preparar a primeira linha de defesa no Castelo de Santa Eulália. Na zona de Montemor-o-Velho¹⁷², e da sua fortificação encontramos apenas a utilização do topónimo de Torre afastado da fortificação e possivelmente utilizado como ponto de vigia para a zona de proximidade a Coimbra e do castelo em questão. Encontrando nesta região pelo menos a eventual existência de dois pontos de vigia concentrados no litoral e na sua ameaça de corsários islâmicos.

Seguindo em direcção à cidade de Coimbra, dispomos de diversos topónimos ligados a “torre”. A norte da localidade¹⁷³ a Torre de Vilela, próximo do Vértice de outras Ordens Auxiliares¹⁷⁴ (VG)¹⁷⁵, BRASFEMES. Apoiando a Sul¹⁷⁶ as suas muralhas distinguem duas Torres, uma em Vale de Casas, e a toponímia de Torres do Mondego em COIÇÃO (VG), presentes na aproximação mais vulnerável a Sul e observando a via que servia a localidade e passava pela ponte que ligava as duas margens à antiga estrada romana. Excelente ponto defensivo e umas das razões para as hostilidades muçulmanas demonstrarem uma preferência, como nos casos conhecidos, pela via marítima e através da sua superioridade naval e maior imprevisibilidade na utilização deste meio.

Na margem Sul do rio do Mondego está presente ainda Castelo de Viegas, que deve ter sido usado como atalaia pela sua posição estratégica próxima do estuário do troço fluvial. Nas imediações deste castelo Rui de Azevedo destaca ainda o posicionamento de duas torres, as de Alcanze e Cainardo¹⁷⁷, apoiando este último troço de aproximação ao Mondego. Pela relativa importância de Coimbra a rede de defesa e vigia não estava só posicionada a ocidente da sua localização. A oriente posicionam-se outras referências, nomeadamente em Góis¹⁷⁸, onde está presente a alusão toponímica de Torrozelas, além

¹⁷¹ Abreviam-se as citações das Cartas Militares. Será referido o nome da região, seguido de CMP e o número do mapa na escala 1/25 000. *Cartas Militares de Portugal*, Instituto Geográfico do Exército, Escala 1/25 000, 239.

¹⁷² CMP 240.

¹⁷³ CMP 230.

¹⁷⁴ Método topográfico de medida para determinar coordenadas da rede geodésica. Estas coordenadas costumam ser acompanhadas por pontos de triangulação geográfica, assinalados na topografia a vermelho e nas principais elevações, a qual foi utilizada nesta investigação aqui elaborada para assinalar pontos que estão próximos de uma elevação. Veja-se sobre estas ferramentas cartográficas: CASACA;MATOS; BAILO, *Topografia Geral*, 2000, pp. 36-38, e *Manual de leitura de carta...*, 2008, pp. 13-15.

¹⁷⁵ Abreviatura usada seguidamente.

¹⁷⁶ CMP 241.

¹⁷⁷ Idem, *ibidem*, p. 30.

¹⁷⁸ CMP 243.

do castelo que outrora existiu nesta região. Tal como em Arganil¹⁷⁹, com a presença de Esculca, representante de um ponto de implementação de sentinelas. Apesar de próximos do Maciço Central e a sua proteção geográfica, estes pontos de transposição do troço fluvial teriam de ser garantidos em termos de vigilância. Constituindo nas imediações de Coimbra um sistema próximo de defesa e vigilância de diversos trajectos para a cidade, e das populações que viviam fora da sua esfera, ao longo do rio e junto à costa.

Concentrando-nos continuamente na região do Baixo Mondego, portanto na região estremenha medieval¹⁸⁰ de expansão de D. Afonso Henriques, e constituída por medidas defensivas desde a governação de D. Sesnando, D. Henrique e D. Teresa até a passagem de testemunho para o seu herdeiro. É onde encontramos a maior parte das fontes toponímicas, que referem algum género de formas de vigia em complemento com as medidas defensivas do século XII. Imediatamente após dirigimo-nos para Sul chegamos às imediações de Condeixa-a-Nova¹⁸¹, na primeira fase de aproximação a Coimbra do troço viário, representando uma área de cautela e de vigilância de quem usava este meio de comunicação. Estão presentes na região duas referências, uma de Castelo, no Rabaçal, e de Torre, em Bruscos, aqui localizados certamente para atender as particularidades da estrada que percorria este espaço. A relativa pouca distância, a Oeste, localiza-se Soure¹⁸², e a sua importante fortificação, apoiada pela posição, na sua carta geográfica, de ATALAIA (VG), e a Torre de Sobral, como principais ilustrações de posicionamento de métodos de avistamento. Demonstrando pelo menos um meio de apoio ao castelo de Soure, e à sua comunidade fustigada ao longo do século XII por diversas razias muçulmanas, e seguintes reconstruções da localidade e da sua fortificação, de grande importância defensiva para a região do Mondego.

A oriente nas imediações da sua serra, a Lousã¹⁸³, manifestava pelas suas características geográficas, pontos propícios para a vigia de hostilidades. Existem duas indicações toponímicas derivadas de castelo, na região, concretamente o Castelo do Trevim, e a menção de Castelinho, em Vale dos Lobos. Aproveitando fortificações para

¹⁷⁹ CMP 232.

¹⁸⁰ Distinta da concepção moderna da Estremadura. A medieval, como referido no capítulo anterior, segundo Pedro Gomes Barbosa, é dividida em quatro sub-regiões com particularidades geográficas próprias para esta época em concreto. BARBOSA, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central...*, pp. 14-21.

¹⁸¹ CMP 251.

¹⁸² CMP 250.

¹⁸³ CMP 252.

defesas de vales e zonas de marcha para uma coluna militar, muito utilizados para a elaboração de emboscadas ou de pontos de difícil transposição de hostes. Transpondo estas montanhas para Sul, existe ainda na Castanheira da Pêra¹⁸⁴, outra referência de Castelo em Capas Velhas. Respondendo a grande necessidade defensiva, é provável que existissem nesta zona antigas estruturas aproveitadas pelos homens de fronteira. Ainda existe a localização da Quinta da Torre. No entanto não é certo que tenha ai existido alguma espécie de estrutura. Posicionado mais a Este já nas imediações do grande maciço central, na Pampilhosa da Serra¹⁸⁵, encontra-se a topónimo de Muro, que poderia mencionar alguma espécie de construção defensiva?

A Oeste de Castanheira da Pêra, em Espinhal (Penela)¹⁸⁶, pelas grandes hostilidades sentidas na região na década de 1130, segundo as fontes históricas da época¹⁸⁷, é onde encontramos a maior disposição toponímica militar na zona estremenha. O que demonstra não só a atenção dada pelo Condado na sua época de maior confronto com os muçulmanos nesta região em particular, mas também a forte importância do Castelo de Penela e mais tardiamente do de Germanelo para a defesa da região e da via de comunicação que a transpunha. Primeiramente são localizadas neste espaço diversas fontes toponímicas de castelo, entre estes o Castelo do Rabaçal, Sobral, e outra menção em S. Da Guarda. É possível pela importância dada pelos dois lados, que esta região tenha tido diversas fases de encastelamento, e posterior aproveitamento para a construção de atalhas de apoio ao mais recente castelo de Penela. Existem em complemento a localização de duas torres, a TORRE DE VALE DE TODOS¹⁸⁸ (VG) e a Torre de D. Jerónimo de Penela, incluindo os topónimos de Charneca da Torre e Ladeira da Torre, em conexão com a presença de uma estrutura semelhante em Portelas. No entanto, os topónimos de Charneca e Ladeira da Torre pela sua proximidade podem se relacionar com a Torre de Jerónimo, e não aludirem a um posto adicional. A construção do castelo do Germanelo, por D. Afonso Henriques, concentrou na região fortes medidas, inclusive o relato nos documentos medievais das torres de Alvorge e Ateanha¹⁸⁹. Concluimos que

¹⁸⁴ CMP 262.

¹⁸⁵ CMP 253.

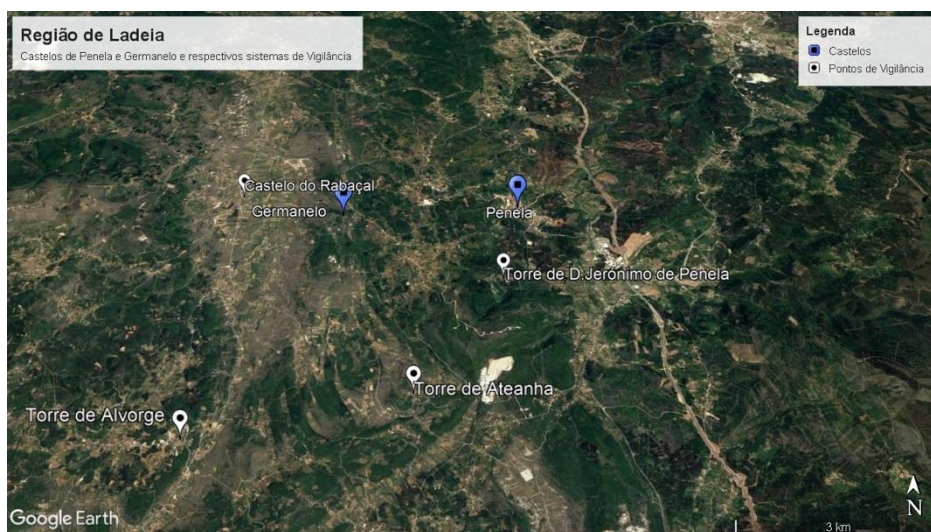
¹⁸⁶ CMP 263.

¹⁸⁷ Relativos às campanhas aí realizadas nesta década pelo Alferes Fernão Cativo, e pelo próprio D. Afonso Henriques, para incentivar o povoamento e garantir uma zona estratégica. MATTOSO, *D. Afonso Henriques...*, pp. 152-152.

¹⁸⁸ AZEVEDO, op.,cit,p. 34.

¹⁸⁹ Este facto é mencionado nos trabalhos de Mário Jorge Barroca, na descrição estratégica de Penela para a defesa dos caminhos para Coimbra, e a construção das duas torres para servir as duas fortificações da

a região de Penela, devido à elevada presença de toponímia militar, foi de facto, constituída de elaboradas medidas defensivas e de estruturas secundárias que auxiliaram a tarefa de manutenção do território, sendo algumas presentes em documentos coevos. O espaço de tempo entre a concreta ocupação da região e os confrontos com as forças opostas demonstrou a necessidade estratégica do controlo de Penela, em concreto, pela passagem da Via Olisipo-Bracara nesta região e o crucial, controlo de aproximação ao Baixo Mondego, possível na manutenção da posição até Tomar.



Direcionando-nos mais para Sul para Ansião¹⁹⁰, entre Pombal e Figueiró dos Vinhos, seria uma região estrategicamente viável para a aproximação às zonas acima mencionadas. Relacionando com estas necessidade a localização de três menções de Castelo, na Mouta, no Soeiro e na Serra do Castelo. Logo a Este, em Figueiró dos Vinhos¹⁹¹, posicionam-se diversas terminologias de atalaia, como Baldio das Atalaias, Atalaia Cimeira e Fundeira. A toponímia revelante neste meio é relacionada com a utilização de cimeira pela sua posição mais elevada, e conseqüentemente um melhor ponto de vigia, onde preferencialmente eram disponibilizados estes métodos. A zona Sul de Penela fica protegida por estas duas regiões e os seus sentinelas que se podiam se encontrar nestas posições, observando uma vasta área florestada e dificilmente vigiada por homens em vela. Porém, já prestavam um importante serviço a Penela e Pombal e,

região. BARROCA, *Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, pp. 105-106; AZEVEDO, *ibidem*, p. 33.

¹⁹⁰ CMP 275.

¹⁹¹ CMP 276.

sequentemente ao trajecto da estrada principal que transpunha todas estas regiões e servia as populações e grupos militares.

Pombal, pela passagem de uma artéria principal de comunicação de Lisboa-Leiria para Coimbra, sempre foi um local de acrescida atenção defensiva, demonstrada pela construção do castelo e crescimento de uma localidade após a finalização da obra. Nesta criação defensiva mais uma vez será necessária a prontidão de vigias além das que permanecem nas muralhas da fortificação. Na carta militar de Pombal¹⁹², encontra-se próximo de CHÃO DO DOULMEIRO (VG), a denominação de Castelo. Dentro da localidade pode-se ainda destacar três torres isoladas, que pelo crescimento do seu tecido urbano após época medieval ficava fora da zona habitacional e das três hipóteses a possibilidade de representar uma torre de defesa militar. No caso das torres, não é conhecida a sua origem mas podem ser uma construção prévia ao castelo como um posto de atalhias avançado. A escassez de toponímia nessa zona pode ser acrescentada a Sul, em Santiago do Litém (Pombal)¹⁹³, pela presença de Crasto em NETOS (VG), e do Castelo da Gracieira, duas posições que devem ter sido adaptadas para sentinelas avançadas para prevenir Pombal de agressões mouras.

Após Figueiró dos Vinhos, , mencionamos outras duas regiões de interesse: Alvaiázere e Cernache do Bonjardim (Sertã)¹⁹⁴, zonas com alguns vestígios toponímicos importantes. Em Alvaiázere são destacadas duas referências próximas de “castelo”, uma em Loureira e outra em Sobral do Chão, o que indica a outrora presença de uma estrutura na zona, que pode ter servido as funções de vigia. A Este, em Cernache do Bonjardim existem os topónimos de CASTELO (VG) e Serra do Castelo próximo do VG CABEÇA GORDA, indicando mais uma vez a presença de estruturas defensivas, e por afastarem-se das principais, o pressuposto de serem utilizadas para observação do território e defesa. Concretamente, é em Cernache que se localizava um lugar privilegiado de observação na margem Este do rio Zêzere, e da sua utilização na subida através de Ferreira do Zêzere. Não estando presente nestas duas cartas alguma referência a atalaia nas suas extensões, e apenas estes exemplos de origem militar com a possibilidade de serem utilizadas pelos seus posicionamentos como sentinelas.

¹⁹² CMP 274.

¹⁹³ CMP 286.

¹⁹⁴ CMP 286 e 288 respectivamente.

Aproximando agora de Ferreira de Zêzere (CMP 300), e da área revelante para a protecção de incursões a partir do Tejo, com as barreiras destes dois cursos fluvial e o maciço central, centramo-nos numa região de elevada atenção estratégica, conjuntamente com o posicionamento de Ourém e Tomar como principais fortificações. Em Ferreira, um local certamente fulcral antes da conquista de Tomar e a construção do castelo da Ordem do Templo, sendo um local de passagem das forças muçulmanas instaladas em Santarém nas décadas prévias à sua reconquista. Disponibilizou certamente de medidas concretas de vigilância a norte deste território de controlo da estrada *Olisipo-Bracara*. Não encontramos nenhuma base toponímica de atalaia. Contudo, existem certas ocorrências de castelos, e em certa medida existiu um onde está presente a localidade de Ferreira do Zêzere, apoiado por outros locais como em Paio Mendes, S. Pedro do Castelo e Cabeço do Castelo em Ladeira. Pela inexistência de provas concretas da localização do Castelo do Zêzere, não conhecemos o potencial estratégico do local da sua construção, apesar de haver a possibilidade da sua localização estar no actual cemitério de Vila Nova da Barquinha. No entanto, serviu certamente de elo de ligação defensiva com a fortificação templária de Almourol e mais tardiamente de Belver, através de Torres e Atalaias, de modo a obter um controlo apertado sobre a utilização dos meios fluviais em termos de deslocação de hostes. Reforçando também a observação da aproximação ao Maciço Central através destes mesmos rios.

Tomar¹⁹⁵, como zona de grande presença templária e sede da sua ordem no território português, é um dos locais com mais manifestações de meios de defesa de uma região. A Ordem do Templo representa um dos poucos vestígios de utilizações de atalaias e torres de vigias na periferia da sua fortaleza. Observamos a localização toponímica de Torre, em Ganados, Casal das Atalaias em Tomar, e Casal de Torre e Castelo em Fungalvaz. No lado oriental junto ao Zêzere na carta de Serra (Tomar)¹⁹⁶, observa-se a referência de Atalaia no Souto, fechando a extensão do castelo de Tomar até a margem fluvial com diversos postos de vigia. Os Mestres Templários formaram assim uma zona altamente militarizada, representada num dos seus documentos, concretamente o Foral de Tomar¹⁹⁷, ou carta de povoamento dada por D. Gualdim Pais, como testemunho da aposta forte em atalaias pelo terreno, de modo, a informar os pontos defensivos preparados para repelir qualquer ataque islâmico. Em complemento à concentração de microtoponímia

¹⁹⁵ CMP 310.

¹⁹⁶ CMP 311.

¹⁹⁷ PMH, *Leges et Consuetudines*, pp. 388-389.

militar nas regiões acima assinaladas, em Asseiceira (Tomar)¹⁹⁸, assiste-se à possibilidade de observar de perto a área próxima Tejo e a sua confluência com o Zêzere. Nesta zona existe a atribuição de Torre de Cima no CARTAXO (VG), Torre de Baixo em S. Pedro de Tomar, e Castelo do Bode no BARREIRO (VG). Sendo um primeiro estágio após a transposição do rio e local de aviso de ataques a Tomar e Ourém, é provável que em Asseiceira fossem previstos e planeados diversos pontos de vigilância, para manter sobre uma atenção reforçada qualquer tentativa de ataque de uma hoste oposta.

A região militarizada pelos cavaleiros de Tomar formou assim uma forte disponibilização militar em conjunto com Pombal, e com o aproveitamento da barreira natural do rio Nabão e do seu vale. Defendendo qualquer tentativa de penetração para Norte utilizando a via romana, caso as fortalezas de apoio a Santarém e protectoras das zonas de transposição do Tejo falhassem na sua responsabilidade defensiva. Esta rede de fortificações templárias ligadas pelas medidas de vigilância desenhadas pelo seu arquitecto e mestre Gualdim Pais, são destacadas por outros autores, como Nuno Villamariz Oliveira, na sua investigação centrada nos castelos desta ordem no território português, mencionando a utilização de torres isoladas de vigia e a presença de uma possível atalaia em Pinheiro¹⁹⁹.

Fechada, em termos militares, esta zona estremenha, restava às fortalezas erigidas nas regiões de Ourém e Leiria a função de proteger ambos os corredores que evitavam a Serra de Aire e Candeeiros. Muito ainda é desconhecido sobre a tomada de Ourém por D. Afonso Henriques nas suas campanhas de conquista da linha do Tejo, é pouco referida por autores que investigaram este assunto, e conseqüentemente existe uma lacuna neste episódio durante as campanhas na Reconquista. Este dilema é demonstrado por Pedro Gomes Barbosa que passamos a citar:

«Em 1147 os cristãos vão utilizar novas estradas, vias romanas secundárias para chegar à linha do Tejo. Estes ramais atravessam as serras de Aire e Minde em direcção a Pernes permitindo atacar Santarém, isolando militarmente a zona de Tomar»²⁰⁰.

Ourém estava localizada na interligação para estas vias, não se sabendo ao certo se foi tomada ou entregue às mãos dos cristãos pela população local, moçárabes na sua

¹⁹⁸ CMP 320.

¹⁹⁹ OLIVEIRA, *op.cit.*, p. 384.

²⁰⁰ BARBOSA, *Reconquista Cristã*.....p.135.

grande maioria. Graças a estas importantes vias de comunicação, encontra-se a norte dessa localidade diversa toponímia relacionada ao acto de vigilância. Em Olival (Ourém)²⁰¹, com o posicionamento de duas torres isoladas em Óbidos (concelho de Ourém) e a localização de Castelo em Outeiro do Marco.

Nas redondezas em Rio de Couros²⁰², está inserido na sua localização geográfica uma menção de Castelo em São Marcos, Castelaria na Igreja Nova do Sobral e Castelejo em Rio de Couros. Apontando que antes da tomada de Ourém deveriam existir meios de controlar as estradas secundárias que partiam desta região, e algaras feitas a partir das destas redes viárias. Junto às serras em Porto de Mós²⁰³, onde existiria uma via romana como mencionado anteriormente, existem vestígios da presença de pelo menos uma torre de vigia deste eixo. Localizada em Alcaria é ainda encontrado o vestígio toponímico de casal de Torre em MURADA (VG), e ainda de Fonte do Castelo, em Porto de Mós. Junto à serra em Mira de Aire²⁰⁴, havia um certo controlo a tentativas de manobra pelos seus caminhos, com a referência de ATALAIA (VG) em São Bento e Torreirão em PENEDOS NEGROS (VG). Ainda a Este, em Minde (Alcanena)²⁰⁵, existe um único topónimo militar, Castelo Velho na VG de AIRE-TF6, numa localização ideal para observação da cadeia montanhosa. Fechando nestes três locais, as possibilidades de transpor o centro da serra nos diversos caminhos que outrora existiram para a deslocação das comunidades locais, com uma observação consistente aos caminhos principais, secundários ou apenas aos utilizados pelas comunidades nas suas actividades diárias, ou seja, os mais recentes e rudimentares.

Limitando estes acessos o quanto possível, facilitava a tarefa defensiva de Leiria, que representava por si só um excelente posto de defesa e observação das margens do rio Lis, e de todas as comunicações da zona posterior de Alcobaça e do Litoral para o centro. Por esta característica não se encontram muitas fontes microtoponímias de outras estruturas. Apenas em Marrazes²⁰⁶, está posicionado um Cabeço de Castro na VG de LONGRA, aludindo a um posto militar a norte da fortificação de Leiria. Pela relativa extensão de paus de Soure até ao Lis, não são localizados muitos topónimos de origem

²⁰¹ CMP 280.

²⁰² CMP 299.

²⁰³ CMP 308.

²⁰⁴ CMP 310.

²⁰⁵ CMP 319.

²⁰⁶ CMP 285.

militar. Somente é observável a vigia costeira da região na Marinha Grande²⁰⁷, onde encontramos uma fonte de Atalaia, na Moita. Posicionada certamente para observar actividade de piratas muçulmanos e os seus raids costeiros e alguma tentativa de surpreender Leiria pela orla costeira, distante das suas principais medidas defensivas.

Continuando pelo litoral para Sul passando Alcobaça e o seu mosteiro, doado aos cistercienses em 1148 ou 1153, que além de centro de desenvolvimento populacional da região também devia ter as suas medidas de protecção e alerta de excursões muçulmanas. Este facto é colmatado pelo conhecimento da presença de uma outrora fortificação nesta terra, que poderia ter origens muçulmanas ou mais antigas, e por este motivo ser prévia a instalação dos monges nesta região. As características geográficas propícias ao desenvolvimento de defesas levam a essa afirmação, nomeadamente na instalação de meios de vigilância. Pela existência de um aglomerado populacional na zona confirmado pela análise das fontes, é verossímil que esta posição estivesse apoiada por uma atalaia. Facto investigado por Pedro Gomes barbosa²⁰⁸, que afirma que além deste posto, nas proximidades da «lagoa da Pederneira», Alcobaça estava protegida por duas Torres, «das colmeias», «do Bárrio» e «Póvoa de Cós. Aliás esta lagoa centrou diversos métodos de vigilância pelos possíveis acessos marítimos aos possíveis atacantes, e estando próxima de uma estrada de fácil acesso que auxiliava a deslocação por vários quilómetros. Existe ainda na área, o conhecimento de uma fortificação que à qual é conhecida a sua localização, referimos o castelo de Alfeizerão, pelo seu posicionamento mais a Sul, protegido por um curso fluvial, tinha a possibilidade de conter uma torre de vigilância nesta região povoada. A defesa costeira também foi objecto de grande preocupação do infante português, pois os mouros dominavam os acessos marítimos de um condado com poucos meios como Portucale, que ainda não tinha as ferramentas para repelir esse género de ataques. Foi necessário consequentemente de manter uma constante alerta destas especificidades bélicas da altura. A ocidente de Alcobaça em Valado dos Frades (Nazaré)²⁰⁹, existem provas toponímicas da existência de uma Torre que outrora possivelmente reteve a responsabilidade de observação costeira, complementando a vigilância mais a Norte na Marinha Grande. A Torre de D. Framundo foi descoberta no

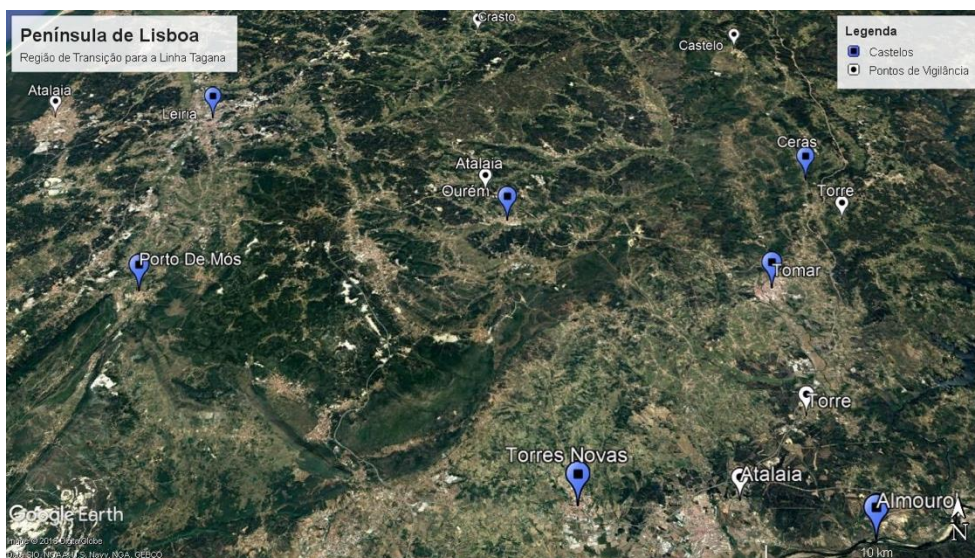
²⁰⁷ CMP 296.

²⁰⁸ BARBOSA, Documentos, *Lugares e Homens...*, pp. 67-68.

²⁰⁹ CMP 307.

areão no fundo da lagoa junto ao castelo de Alfeizerão, onde existem ídicos de fragmentos de cerâmica muçulmana.

Jusante a Aire encontramos na Benedita²¹⁰, pistas de uma localização de CASTELO (VG) E VIGIA (VG), possibilitando o controlo de tentativas de contornar o acidente geográfico dominado por um vale tifónico, e subir por Alcobaça a partir da estrada que passava junto à serra. Pelo que, junto ao litoral nas Caldas da Rainha²¹¹, existem duas toponímias originárias de um posicionamento militar em Atalaia, BOURO (VG), e Torre no Formigal. Mantendo sobre observação o caminho secundário que servia Lisboa e Coimbra, e passava por Leira. Controlando deste modo todos os caminhos para a linha do Tejo e as suas principais cidades, com meios a partir desta localização de emprender a fossados e presúrias pela extensão da “Península de Lisboa”. Pela proximidade da região onde se vai fundar na época moderna as Caldas da Rainha, à localidade de Óbidos poderiam os meios de vigilância presentes neste local servir de suporte à região litoral. Óbidos por si só, já dispunha de construções defensivas nesta época, prévias a este conflito. Sendo importante para a vigia da costa e de tentativas de incursões pela sua lagoa, defendendo a zona central deste perigo e da chegada de corpos inimigos à estrada que ligava Leira a Lisboa.



²¹⁰ CMP 327.

²¹¹ CMP 326.

Todos os meios de comunicação de Lisboa, Sintra e Santarém pela zona central através de Rio Maior eram organizadas com o apoio da serra mencionada, incluindo os seus pontos de acesso ou de manobra de modo a evitar a área montanhosa. Disponibilizam na sua cartografia de denominações militares medievais que destacamos em seguida: Rio Maior²¹² é um desses exemplos, na sua toponímia está presente a Ribeira de Castros e Crastos próximo de o VG CARRASQUEIRA, e ainda os casais da Atalaia no CRUTO (VG). Proporcionando mais uma vez a oportunidade de instalação de população junto a estas estruturas, pela sua segurança devido aos métodos de vigilância. Contornando a Serra até Torres Novas, diretamente a Norte de Santarém passamos pelas zonas de Tremês e Pernes²¹³, locais de vigilância fulcral para a cidade escalabitana pela sua localização vantajosa a norte da localidade, e próxima da Serra. Nesta localização é observável a presença de Atalaia perto do VG Mesquita, em Tremês, e uma Torre do Bispo em Pernes. Além dessas duas derivações de postos de sentinelas as duas regiões partilham pontos VG de ATALAIA 1 e 2, posicionando a outrora existência de meios de vigilância nesta área diretamente a Sul das elevações de Aire e Candeeiros. Apoiando a fortificação de Torres Novas²¹⁴ e a sua posição privilegiada de defesa à localização do percurso do Tejo, onde maior parte dos ataques mouros se organizava a partir da reconquista de Lisboa e Santarém, no início do século XII. Existem também vestígios toponímicos no Entroncamento²¹⁵, nomeadamente na presença de Atalaia junto do VG LEBRE, e duas derivações de castelo em Casais do Castelo e Encosta do Castelo que podem representar a outrora presença de uma estrutura defensiva interligada pela proximidade, a Torres Novas. E em convergência também com o castelo de Almourol, protector das travessias entre o Tejo e o Zêzere, assegurando a protecção desde de Constância até Santarém.

Nesta região de elevada preocupação defensiva, em concreto a leste de Almourol, e anteriormente à construção do castelo de Belver pelos cavaleiros Hospitalário, é possível que tenha existido na sua área abrangente uma torre avançada de vigia. Esta hipótese é defendida por Pedro Gomes Barbosa²¹⁶, que demonstra que a ligação dos dois topónimos de Castelo Cernado com Belver e uma Atalaia junto ao Tejo interligava todas estas posições num meio defensivo conjunto.

²¹² CMP 339.

²¹³ Cartas Militares do Exército nº 340 e 341.

²¹⁴ Segundo Rui de Azevedo a posição de Torres Novas foi criada durante o avanço cristão. AZEVEDO, *op., cit.*, p.48.

²¹⁵ CMP 330.

²¹⁶ BARBOSA, “ Os Sistemas de Defesa na Reconquista do Baixo Curso do Tejo”..., pp. 283-284.

Retrocedendo para a zona estremenha mais central e litoral nas imediações da Serra de Montejunto, e dos últimos obstáculos geográficos de chegada a Lisboa, é revelante indicar os papéis das áreas correspondentes à Lourinhã, Bombarral e Manique do Intendente²¹⁷ até à aproximação de Torres Vedras. Com o auxílio do acidente geográfico estas três localizações observavam o vasto território de ligação da península de Lisboa e das suas vias de comunicação. Começando pelo litoral, na Lourinhã existem três vestígios de Atalaia, sendo a relevante para este caso a Atalaia de Cima onde, pela zona elevada, poderá ter existido um posto de sentinelas do litoral, ou seja, um sistema de vigilância das actividades marítimas muçulmanas. Dirigindo a nossa observação para o interior, no Bombarral, estão presentes duas torres isoladas nas proximidades da Quinta dos Loridos, e um Casal do Castelo no VG ALTO DA ABOBOREIRA. No outro lado da Serra de Montejunto, em Manique do Intendente, existe um Vale do Atalaia e a Torre de Penalva na Vila Nova de São Pedro, onde existem vestígios militares desde a Idade do Cobre., encontrando na área abrangente defensiva desde aos arredores de Santarém entre esta localidade e Alenquer, privilegiando a observação da via que servia a cidade escalabitana e assegurando a defesa das passagens das serras locais com o apoio de Rio Maior.

Progredindo em direcção a Lisboa, e passando por Torres Vedras²¹⁸, é de destacar a existência de uma fortificação muçulmana em Mafra antes da grande área de observação privilegiada pelo castelo mouro de Sintra, tanto para a defesa do litoral como dos territórios mais localizados para o interior. Nesta região relaciona-se a toponímia de dois vestígios alusivos aos serviços de sentinela que suportavam as estruturas castelares. O surgimento de Atalaias em Colares²¹⁹, no meio da serra e posicionado mais próximo do litoral, e de Torre, próximo do Castelo de Sintra²²⁰, onde surge nas imediações da fortificação, numa zona menos elevada, confirma o certo apoio à já posição privilegiada da fortificação.

A relativa elevação e capacidade de observação de uma grande área de contacto com Mafra, Lisboa e até a margem sul, esta zona foi desenvolvida em grande medida pelos muçulmanos graças a ocorrência de raids vikings em séculos anteriores, seguidos

²¹⁷ Cartas 349,350 e 351.

²¹⁸ No caso de Torres Vedras a sua existência desde o período de ocupação muçulmana é comprovada pela antiga designação de “Tôrre” nos documentos coevos. A designação “Vedras” deve ter sido atribuída mais tarde. AZEVEDO, *op.cit.*, pp. 50-51.

²¹⁹ CMP 415.

²²⁰ CMP 414.

da mais recente expansão cristã. Desta forma pelas fontes árabes é conhecido a existência de outros dois castelos²²¹, além do principal conhecido, que formaram as linhas defensivas costeiras. Não é possível saber se essas fortificações ainda estavam em condições na época do século XII, mas muitos destes ribats foram utilizados como atalaias ou torres como é encontrado na toponímia hoje presente. Aliás, uma das localizações onde foi encontrada a menção de torre, próxima do castelo dos Mouros, é destacada por Marco Borges pela existência segundo as fontes de uma outrora fortificação de apoio:

«Dotada de dois castelos de extrema solidez, um deles construídos de forma estratégica num dos cumes sobranceiros da serra (castelo dos Mouros) (...)»²²².

O relativo campo de observação de Sintra até Lisboa não disponibiliza, pelo menos a nível toponímico, de grandes vestígios de vigia até ao castelo de S. Jorge. O mar da Palha estaria rodeado de medidas de vigilância devido à ameaça moura marítima. Só voltamos a encontrar vestígios concretos na Póvoa de Santa Iria²²³. Na área desta carta militar em concreto é de apontar o posicionamento de Castelo Picão nas redondezas da Póvoa Galega e diversas toponímias de torre. As mais evidentes sendo as Torres de Trotes e de Besueira no VG PORTELA e FANHÕES, respectivamente, e duas menções em Casal das Torres em Murteira e Cabeços da Torre. Dando vestígios de na zona Este de Lisboa onde a estrada para Santarém seguia o seu percurso. Além do mais em Odívetas²²⁴, é encontra-se mais uma vez a presença toponímica de Castelo Picão nesta parte na proximidade da localidade e da via que seguia por Loures, nas imediações. Neste sentido, Lisboa era defendida da pelas fortificações a Nordeste de Mafra, Alenquer e Povos, caso Santarém caísse mais uma vez nas mãos do inimigo, apesar de não ter sido o caso. A sua linha costeira, apesar de não ter disponíveis meios navais para ripostar a uma tentativa de desembarque muçulmana, devido aos sistemas de vigia, permitia uma garantia de reposta ofensiva as longas operações de desembarque, e de preparação para marcha de uma força militar nesta época.

²²¹Observação de Marco Oliveira Borges no estudo da importância desta zona para as preocupações defensivas muçulmanas. Recria as intenções e as estratégias das defesas islâmicas na formação destes sistemas de observação na entrada para o Tejo. É um sistema composto pela construção de *ribats* que na época da Reconquista podem ter sido reutilizados pelos cristãos com o mesmo propósito. BORGES, “A importância estratégica do conhecimento do território na formação de um sistema defensivo: o caso de Sintra (Portugal) durante o Período Islâmico”..., 2017 pp. 17-48.

²²² Idem, *ibidem*, p.24

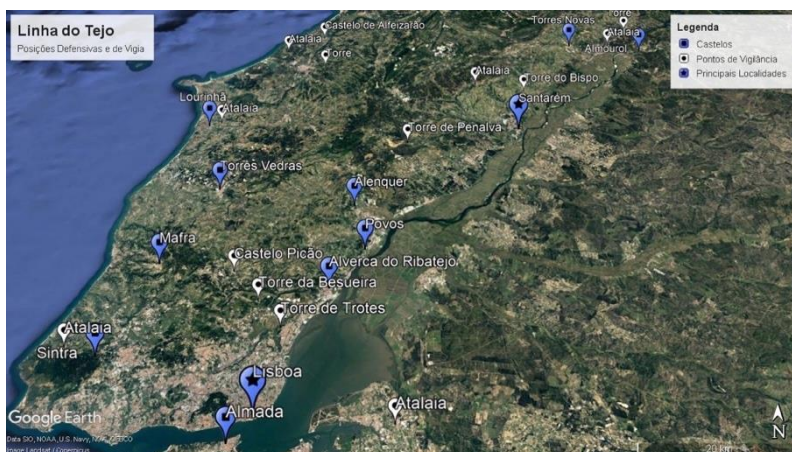
²²³ CMP 403.

²²⁴ CMP 417.

Reforçada a linha na margem Norte do rio Tejo, apesar de todas as posições sólidas ocupadas pelos portugueses, e as suas localizações defensivas, tanto nos locais de transposição como aos grandes aglomerados populacionais dos quais Lisboa e Santarém faziam parte, na antiga Balada muçulmana. Deixa em falta as linhas mais avançadas e o novo espaço de fronteira que se estendia além-Tejo, e contava com realidades geográficas diferentes com menos zonas acidentadas que facilitassem a sua defesa, como encontrado

no Norte de características

atlânticas. A área de maior relevo para controlar eficazmente parte do Alentejo, era o estuário do Sado e as posições fortes de



Évora e Coruche, além dos importantes castelos posicionados na “península de Setúbal”. Mesmo após a perda maior parte destes locais defensivos, foi necessário montar sistemas de vigilância que avisassem previamente as linhas na outra margem fluvial, das agressividades opostas. Desde do castelo de Almada nesta não foi possível descobrir muitas bases toponímicas na margem Sul de Lisboa, somente no Montijo²²⁵, onde encontra-se uma localidade com o nome de Atalaia. Ficando esta região com estas posições como pontos de avistamento essenciais para as linhas mais profundas de defesa em conjunto com Palmela e localização do Castelo de Coina-A-Velha no Casal do Bispo, Azeitão.

Em grande medida apesar da enumeração de postos acima referidos pela investigação de base toponímica, são necessárias ainda muitas provas concretas que em muitos casos ainda é impossível confirmar a sua veracidade. Existem grandes zonas militares reconhecidas pelos documentos coevos da época assinalada que não apresentam grandes manifestações toponímicas ligadas aos serviços de vigilância, o que comprova a falta de factos e provas arqueológicas para referenciar com uma maior clareza a utilização destes métodos. Como mencionámos existem alguns casos divergentes como a zona de

²²⁵ CMP 432.

Penela estudada por Salvador Dias Arnaut, que disponibilizou a nível toponímico diversas posições de vigia da via romana e de apoio às fortificações de Penela, Germanelo, Alvorge e Ansião. As posições templárias de Soure, Ega, Redinha, Tomar, Pombal, Zêzere Cardiga e Almourol são outro exemplo, observando através de posições privilegiadas a principal artéria de comunicação a Coimbra e muito investigada por certos especialistas na presença da ordem em Portugal, como Nuno Villhameriz Oliveira e Miguel Gomes Marins. Sintra com o estudo de diversas posições de origem muçulmana a serem analisadas por especialistas nas suas funções de vigia costeiras de apoio ao castelo dos Mouros. Entre outras, que aos poucos vão despertando a curiosidade do mundo académico, pelo que posições como Ourém, Mafra ou Alenquer como exemplo, ainda representam um certo mistério na história da Reconquista, na sua utilização no sistema de defesa e nas datas das suas ocupações efectivas.

Estes factos que restringem a análise dos sistemas de sentinela concretizam a dependência na sobrevivência da toponímia portuguesa. Para a nossa análise, a qual revelou alguns vestígios importantes de posicionamento de postos ao longo do território. Observando as vias de comunicação utilizadas nas manobras militares, mas também a utilização de rios, do litoral e zonas acidentadas para organizar ataques menos esperados pelas defesas opostas. Graças a este comportamento são distinguidas as atalaias e torres aqui destacadas próximas da costa, nas imediações de zonas montanhosas e ao longo dos percursos fluviais. Com este propósito as fortificações presentes e construídas mais tardiamente, algumas através da localização de certas atalaias avançadas, demonstraram uma certa dependência logística militar nestes postos para organizar e evoluir os sistemas defensivos da Estremadura.

A utilização das técnicas visuais e auditivas tratadas em capítulos anteriores, possibilitou a comunicação entre estes pontos fortes, e organizou os distritos e redes militares que garantiam a permanência nas recentemente tomadas praças de Lisboa e Santarém, incluindo a Abrantes²²⁶, tomada um ano após a conquista das primeiras. A maneira em que se constituíam estes meios de vigilância é de difícil descrição, muitos dos mesmos sofreram diversas mudanças de acordo com os ataques Almóadas à linha do Tejo, e à recuperação de certas praças pelas suas forças. Houve devido a estas características

²²⁶ Estes centros urbanos amuralhados são destacados por Pedro Gomes Barbosa como «centros ordenadores de território». Abrantes é um destes. BARBOSA, *Reconquista De Lisboa 1147, A cidade reconquistada aos mouros...*, 2004, p. 9.

uma transmutação dos postos de vigilância nestes diversos estágios, de acordo as necessidades militares dos seus organizadores. Os quais por estes acontecimentos podem ter apostado em postos de vigia com uma maior mobilidade, e não tão fixos ou defensáveis como as torres de madeira ou pedra. Indicando no caso sulista, a um menor aparecimento de toponímia de vigilância a todos estes meios e também pela diminuta implementação romana de vias nesta região em comparação ao Norte e Centro português. Sendo as principais nesta ocasião estando posicionadas na ligação de Lisboa-Mérida e nas Ligações a Coruche, Évora e Beja. Locais de grande tensão bélica nas próximas décadas, de combate e de difícil controlo pelos cristãos pelo relativo vigor mouro até 1212.

Resta-nos através dos poucos vestígios adaptar esse pensamento estratégico, em possibilidades de como se manifestavam as complexas redes defensivas dispostas dos territórios portugueses. Centrando-se antes da conquista definitiva do Algarve, numa defesa do Alentejo no litoral pelas praças presentes em Palmela, Alcácer do Sal e Santiago do Cacém até à chegada a Silves e de longas décadas até ao controlo definitivo da parte Sul do reino. Durante todo este tempo a zonas de Almada, Palmela e Évora, representaram áreas de absorção de ataques islâmicos ao proteger o Tejo de todos estes perigos constantes. Incluindo a adoção e construção de novas fortalezas que constituíram uma vasta rede de castelos pelo território até ao século XIV, com a ameaça dos últimos redutos muçulmanos na Ibéria e com a eventual organização de uma nova potência no Magrebe, que mais uma vez podia destabilizar a balança de poder local.

Como observámos desde as primeiras realizações de reformas nas linhas do Mondego pelo alvazil D. Sesnando foi associado com as construções defensivas ao longo do território, o acompanhamento complementar de sentinelas e das medidas componentes dos seus postos. Aproveitando as determinadas características do terreno, e dos seus meios de deslocamento, foram dispostas as zonas de atalaias e torres defensivas que adornaram a paisagem medieval, e que acompanharam as campanhas de conquista dos primeiros monarcas portugueses. Destacaram-se, portanto, tanto num pendor defensivo como ofensivo numa preparação de uma campanha militar e no seu percurso para o seu objectivo. No entanto, o seu foco incidiu na defesa do território e populações numa altura de relativa insegurança, nomeadamente nas zonas fronteiriças e nas suas áreas vastas de pouco controlo defensivo.

Determinando ao longo descrição dos primeiros anos de unidade política autónoma de Portucale e da sua sobrevivência às ameaças ao novo estado tanto no mundo cristão como muçulmano, foi necessário criar uma certa disciplina militar dentro da sua sociedade de modo a zelar pela sua manutenção. Algo que se observa um pouco por todo o cenário bélico Ibérico, durante séculos de guerra e convulsões políticas que manifestavam uma península em constante mudança. Esse facto presenciou o caso único, em termos militares, que é encontrado no conflito que evoluiu através da Reconquista com diversos intervenientes e a adoção de um feudalismo que divergia de resto da Europa da Idade Média. As comunidades autónomas que sobreviveram na fronteira dos dois poderes em conflito representaram essa realidade única, e adotaram métodos de sustento interligados à guerra que se prolongava no seu território instável. Ao estudar este comportamento das populações limítrofes, entende-se a dificuldade dos monarcas em controlar estes indivíduos pela franca liberdade que detinham, e com este intuito controlar o limes, para seguidamente valorizar essas terras com instalação de colonos do Norte. Colonos que tiveram de conviver com estas populações maioritariamente moçárabes, com uma cultura divergente fruto de décadas de separação com o resto do mundo cristão.

Portanto, esta maneira divergente de organização da população representou o longo percurso para a solidificação das posições, e manutenção de certos territórios e as suas praças. As quais não só controlavam a nível militar uma região, mas também garantiam o bem-estar das suas localidades e continuação de actividades essenciais para o crescimento de uma certa parcela do reino em questão. O sucesso económico e todo o desenvolvimento de um estado, como é evidentemente, dependente desta garantia de segurança dos seus meios de defesa da população e recursos principais. Atribuindo aos meios de defesa e vigilância não só um desígnio militar mas também uma profunda ligação ao sucesso de um novo reino, e os objectivos imediatos do seu monarca. A base na guerra e a liberdade da população neste caso urbana para a intervenção nesta actividade Como podemos seguir neste excerto de Adeline Rucquoi:

«Os habitantes destas cidades «terra» usufruíam de liberdade pessoal, possuíam uma autonomia administrativa, judicial e militar simbolizada pelo concilium, a sua economia bem depressa se baseou na guerra e na criação de gado, enquanto a

sociedade urbana se dividia em combatentes a cavalo ou caballeros , e combatentes, a pé, ou peones.»²²⁷

As cidades constituíram um novo centro de poder, pelo seu termo a área de influência, que aglomerava outras localidades. Pelos caminhos régios que passavam pelas mesmas, onde normalmente eram inseridas sedes de arcebispado com a responsabilidade de povoar o território tão como a sua defesa e povoação. As cartas de povoamento desempenhavam também um papel crucial neste propósito, de modo a disponibilizar os privilégios e direitos consuetudinários às populações. Algo referido anteriormente, nas reformas das *civitates* para as *terrae* de enorme importância na organização militar, e no sucesso defensivo das terras a partir do Mondego.

É essencial também não esquecer a relativa presença da igreja em todo este processo, foram concretamente, os grandes povoadores de diversas regiões e um grande polo de apoio para o seu crescimento e protecção em certos casos. Os mosteiros evoluíram na sua influência e representaram certas terras, como o reconhecido em Alcobaça, grande cativador da zona Oeste e potenciador económico entre Óbidos e Leiria. Os monges presentes nestas localizações também funcionavam como postos de aviso, através das suas torres sineiras, e de refúgio de populações durante um ataque de hostes muçulmanas. Os eclesiásticos como São Martinho de Soure entraram no conhecimento popular devido a estas acções, nas suas missões de povoamento de modelo para os cristãos da fronteira. Sem referir os monges guerreiros das ordens militares religiosas, que trouxeram com o seu estabelecimento novas técnicas e um profissionalismo militar que diferia do encontrado regionalmente.

Através destes dados é de destacar, que o conflito de fronteira entre os poderes ibéricos é algo complexo e ainda com muitas lacunas a nível de investigação. O comportamento dos indivíduos difere de outras zonas da Europa, com particularidades que englobaram o conflito, e que atraíram muitos cavaleiros europeus à procura de reconhecimento e riquezas dentro do conflito, que se alargava pelas décadas de embate entre duas realidades religiosas diferentes. Esta junção de diversas culturas e comportamentos demonstrou a imensa diversidade da cultura peninsular, que abriu os seus horizontes a diferentes concepções e utilizou os benefícios trazidos com esta ocasião. Apesar das tensões sociais que determinou a vida diária ibérica durante muitos séculos.

²²⁷ RUCQUOI, *História Medieval da Península Ibérica...*, 1995, p. 280.

CONCLUSÃO

A investigação à região compreendida entre o Mondego e o Tejo leva-nos a observar, apesar das poucas provas ainda em existência, a um uso extensivo das estruturas de vigia. Uma utilização que se prolongou pela história medieval portuguesa até a definição de fronteiras, e porventura, expansão ultramarina. As atalaias e outras edificações com as mesmas funções dispuseram-se ao serviço dos caudilhos de fronteira na defesa dos seus territórios, incluída na geoestratégia militar do Reino português. Uma estratégia activamente defensiva desde a sua fase inicial, pela agressividade moura no seu tempo, de maior hegemonia, que auxiliou a formatar as diversas fases defensivas do território e a abranger cada vez maiores áreas territoriais. Uma evolução gradual, mas efectiva, que se alargou desde os principais aglomerados populacionais para áreas fronteiriças mais debilitadas pelos fossados muçulmanos. Toda esta preocupação inicial nestas populações limítrofes e a franca fragilidade dos seus meios de protecção, levou às reformas essenciais para proteger as suas áreas habitacionais e de empreendimento económico. Integrado com a atenção ao conjunto de vias de comunicação que percorriam a região desde a época romana, desenharam-se as principais redes defensivas que protegiam, numa fase primordial, Coimbra.

Essa mesma política concentrada numa eventual expansão, em actos de fossado e presúria em fases diferentes, de modo a aproveitar momentos de fragilidade inimiga, desenhou os traços iniciais que formaram um novo Reino peninsular. Esse recém-formado Reino, que aqui investigamos o seu sistema defensivo antes da seu começo, adaptou-se da melhor forma a todos os recursos e potencialidades, tanto políticas como económicas, para formatar uma existência na realidade hostil presente na Península Ibérica. De todos os acontecimentos históricos que desenrolaram ao longo das primeiras décadas, estas vertentes de observação e de preparação de uma defesa sólida contribuíram para a manutenção de uma nova unidade política, à qual, devido às diferentes influências tanto moçárabes como francas, teve de preparar da melhor forma a sua intervenção, de modo a beneficiar com todas as partes presentes no cenário ibérico. Nomeadamente, os moçárabes e a sua elevada presença em pontos ocupados pelos muçulmanos, que em muitas ocasiões foram essenciais para a captura de praças nas campanhas afonsinas. Essas e muitas outras particularidades beneficiaram a expansão imediata do primeiro rei português.

Destacamos, no entanto, como já referido em capítulos anteriores, que a investigação destas particularidades ainda sofre de muitas lacunas em forma de provas

arqueológicas. As posições ocupadas pelas atalaias muitas vezes eram provisórias e constituídas por materiais que se degradavam ao longo dos séculos, podendo alguns terem-se preservado em condições especiais. Além deste exemplo, as atalaias podiam ser apenas pequenos acampamentos provisórios constituídos por um grupo de homens e uma fogueira para comunicar através de sinais, movendo estes locais de vigia para outras posições dependendo das necessidades da linha defensiva. Este facto testemunha a imprevisibilidade do posicionamento de certas vigias, apesar da sobrevivência na toponímia actual, das quais se pode descrever uma posição mais ou menos exacta de uma determinada localização assegurada por esta característica cartográfica.

Desta maneira, também os trabalhos arqueológicos neste campo são pouco numerosos ou os seus resultados são pouco explorados, havendo uma grande lacuna, concretamente, neste campo para acertar a existência de estruturas medievais. Esta realidade levou a concentração da investigação por base da toponímia sobrevivente no espaço analisado. Sendo que algumas das encontradas podem não difundir provas sólidas da localização exacta de uma vigia e todo o seu aparelho. Concretamente, certas localidades que adotaram os nomes de terminologia militar, de áreas próximas que conseqüentemente desapareceram com o tempo, levando à falsa realização que neste ponto outrora existiu uma estrutura de vigilância medieval ou mais antiga. No entanto, a toponímia portuguesa manteve muitas características desta época que asseguram algumas condições de investigação do tópico. Apesar das condições deixarem algumas dúvidas em relação a como evoluiu a toponímia portuguesa, que ainda tem na sua base muitos locais com nomes de origem muçulmana, a origem da palavra atalaia, por exemplo, ou almofala, desde os tempos medievais, e outros exemplos originários do latim, como esculca.

As provas mais concretas que podemos disponibilizar neste estudo são, contudo, as localidades que mantiveram a base toponímica militar, especialmente determinadas aldeias e vilas que conservaram o nome de atalaia ou de castelo. Muito recorrentes no território português, disponibilizando uma base de investigação. No caso das torres, pelas suas estruturas mais sólidas e por muitas vezes pertencentes a uma determinada classe senhorial mantiveram-se pelo território, como as referentes ao clero e nobreza, mantidas e conservadas em outras estruturas, ou ainda representando provas arqueológicas concretas que podem ser utilizadas num estudo mais técnico. Destas mesmas, podemos encontrar a melhor forma de conferir a existência de uma edificação defensiva e com

funções de vigia. Analisando na extensão entre estes dois rios encontramos bastantes vestígios desta realidade. A difusão da base toponímica de castelo também determina alguns problemas, em casos como a utilização de Castelo de Bode em diversas partes do território. Apenas podemos conectar certos pontos do território sem o auxílio de muitas fontes, pela sua raridade, a como se desenhavam estes sistemas defensivos. Porém, Portugal é um Estado de origem medieval e esta característica disponibiliza certas maneiras de conectar termos antigos e de origens fora da Península, no desenhar da sua defesa inicial. Na medida que muita da toponímia sobrevivente desta época com bases linguísticas de outros povos, mantêm-se um bocado por todo o território.

Estas poucas ferramentas, todavia, deixam um esquema nítido de vigia nas proximidades das principais fortificações e vias de comunicação no reinado de D. Afonso Henriques. O monarca aproveitou as reformas feitas antes da sua governação para desenvolver as camadas defensivas entre os obstáculos geográficos. As quais foram evoluindo de acordo as diversas influências arquitectónicas militares na Península, e erigindo os sistemas eficientes que pararam as investidas muçulmanas de recuperação de território perdido.

Depois de décadas de evolução aliadas às inovações do castelo românico, e porventura, a guerreiros dispostos a participar no esforço da guerra de fronteira, como os cavaleiros vilãos e os pertencentes às ordens religiosas. Em conciliação com o incentivo de cruzadas contra o infiel que se espalhava pelos cantos da Europa, que trazia homens para a Península, principalmente nobres filhos segundos e terceiros e hostes a caminho da Terra Santa por via marítima, que podiam auxiliar este reino em construção nos seus objectivos de captura e manutenção de território.

A viabilidade deste Reino ocidental cresceu à medida do tempo, especialmente enquanto a conquista da linha do Tejo foi definitiva. Quando chegou esta fase definitiva de posicionamento defensivo, o Reino dispunha de diversas camadas sólidas de protecção. Com regiões organizadas com efectivos dispositivos militares, como é constatado na região de Penela e Tomar, entre outras, concentrando uma grande potencialidade de observar e deter hostes inimigas. Neste espaço de tempo crucial analisamos o crescer dos pontos de vigia, com o aprimorar e expandir do sistema defensivo. Através do aproveitamento ou construção de estruturas mais viáveis para defender o principal troço viário do reino, Lisboa- Coimbra, e todas as ramificações

secundárias que ligavam as terras portuguesas. Neste esquema de aproximação defensiva populacional, descreveu-se a conexão das três principais cidades e das suas fortalezas de apoio.

As regiões com um dispositivo militar bem constituído foram fomentadas assim ao longo do território, a sua competência na defesa da população e os seus recursos racionou um apertado aparato bélico. Desde a linha do Mondego o esquema defensivo português reconheceu diversas lições na forma de estancar o ímpeto adversário. Depois de ter sofrido diversos desaires na primeira metade do século XII, com as destruições de Soure e Leiria, pelas suas excelentes posições, a adaptação teve de ser rápida e consistente, com a construção de novas fortalezas e a extensão de pontos de vigia do território. Os principais pontos de comunicação formam parte dessa estratégia, sendo amplamente observados de modo a não ocorrerem novos desastres como o de Tomar, em 1137. Estes insucessos militares serviram para o endurecimento das medidas defensivas da região e para a montagem da sucedida tomada do estuário do Tejo.

Na formação destas linhas de defesa do território, através de castelos e outras estruturas defensivas, destacámos aqui a elevada importância de uma crescente atenção na informação dentro de um conflito. Como em todas as guerras de maior ou menor dimensão ocorrentes na história militar, este dado está sempre presente e é intrínseco na maneira que se alcança uma vitória final. Dentro deste pensamento, o Infante teve de formar o seu aparato militar, servido por muitos indivíduos com uma certa liberdade nas suas actividades guerreiras. A construção de torres de vigia já seria um hábito que em muito precederia à Reconquista e era utilizada desde as sociedades mais primitivas. A segurança das populações não dependia apenas de uma estrutura amuralhada e com outros métodos defensivos mais rudimentares, mas também de uma vasta rede de indivíduos que garantissem a preparação a um certo ataque através dos seus pontos de escuta. A partir deste pressuposto formaram-se as atalhas muçulmanas ao longo da costa e pontos de principal circulação, posteriormente aproveitadas pelo avanço cristão e melhoradas nas suas potencialidades. Algo importante para os objectivos portugueses, pela franca dominação marítima dos mouros e a sua capacidade de montar ataques através das suas praças forte a sul e por diversas direcções.

Apesar de não insistimos tanto neste ponto, a pirataria muçulmana representou uma séria ameaça para os objectivos cristãos, ainda por muitos séculos. Os Reinos

Europeus só começaram a investir mais nesta vertente na época tardia medieval, com o surgimento do comércio genovês e veneziano, tal como no caso português com uma maior insistência no final do século XIII. Portanto, no século XII, com os grandes portos de abastecimento localizados no Magrebe e no Sul da Península Ibérica, os mouros e restantes muçulmanos tinham essa vantagem garantida com o seu maior investimento marítimo. A franca falta de meios para deter estes ataques com uma frota, focou os objectivos de defesa nesta vertente, numa preventiva vigilância costeira. Como destacamos em alguns capítulos deste trabalho, aproveitando posições conquistadas aos islâmicos em Sintra como o principal exemplo, entre outras que presenciamos ao longo do litoral.

Nestes parâmetros observamos a evolução das linhas cristãs, que passam de postos mais rudimentares de protecção de aglomerados individuais do espaço de fronteira, para fortificações sólidas capazes de reter com um número mais reduzido de homens uma incursão de maior envergadura. Este pressuposto foi replicado em vários pontos do território, seja em pontos de travessia de difícil transposição, como no aproveitamento de acidentes geográficos para potenciar uma defesa mais sólida e de contenção, até à chegada dos principais pontos fortificados. Também observamos essa evolução na vigilância, que passa além desta função primária de erigir estruturas defensivas como torres ou paliçadas, serviam o duplo propósito de defender as suas posições.

Todas estas evoluções foram espelho do método de fazer a guerra dentro da Península, as hostilidades eram rápidas e com um número de homens reduzido, o principal alvo era a destruição de recursos e o enfraquecimento do inimigo. Com o intuito final de debilitar os seus meios de defesa, para reflectir em campanhas de conquista com menos ameaças e resistência. Esta estratégia, pelo menos, até ao aparecimento das hostes de maior número magrebins, formatou o esquema militar ibérico, que teve de se adaptar constantemente as especificidades da Reconquista. Particularidades que observamos nos dois lados, nas diferentes fases de expansão de cristãos e muçulmanos e nas ortodoxas alianças entre os Reinos peninsulares para combater invasores.

Assistia-se a um período de grandes hostilidades vindas do mundo muçulmano em todos os cantos do mundo conhecido, principalmente na Anatólia e na Terra Santa, com as pressões dos Seljúcidas e do Califado Fatímida. Os povos europeus tiveram de reagir através de cruzadas e movimentos bélicos de conquista, como os vividos na

Hispânia. Neste acontecimento, em grande medida, os povos ibéricos beneficiaram com a transmissão de novas técnicas, homens e recursos para o combate. A partir deste momento e com a criação das ordens militares, deparamos com uma solidificação das fortalezas portuguesas, preparadas para as maiores movimentações inimigas. Todo o aparato construído e mantido pela ordem do Templo entre as linhas do Mondego e Tejo reproduziu essas características.

As vastas possessões das ordens militares, incluindo nos Reinos ibéricos, descreveram a potencialidade da sua segurança e o detrimento aos ataques muçulmanos. Evoluindo com a criação das ordens religiosas peninsulares, que continuaram a acompanhar os esforços das coroas católicas na conquista e manutenção de diversos territórios. Dentro dos métodos de defesa destas organizações como já estabelecido pelas populações locais, estava o amplo uso de serviços de vigilância para potenciar a suas edificações defensivas. O serviço de vigilância como destacado nos forais era um pilar da vida de uma comunidade de fronteira, com obrigações para desempenhar estas funções. Sendo fulcral para a sua sobrevivência e crescimento, como um auxílio importante aos homens que garantiam a sua protecção.

Assim foram estabelecidas as vastas redes de atalaias e torres que referenciamos neste estudo, a sua disposição pelo território e em distâncias propícias para o contacto com todo o sistema defensivo foram as particularidades para o sucesso de certas operações defensivas. As vantagens de comunicação para além dos mensageiros tradicionais, eram visíveis pela franca utilização destes dispositivos nas proximidades das áreas defensivas. A transmissão de avisos através de sinais visuais melhorava a velocidade de resposta dos indivíduos dispostos ao longo da fronteira. Esse requisito em muito preveniu o sucesso das agressões muçulmanas, que já não contavam com o factor surpresa para destabilizar as posições portuguesas.

Com o endurecimento dos ataques muçulmanos desde os finais do século XI, estes postos espelharam ainda mais os seus benefícios para o conflito. O aumento de efectivos nas hostes almóadas desde a segunda metade do século XII, preveniu a viabilidade defensiva de pequenos pontos fortificados. Estes pontos estacavam quanto possível uma movimentação inimiga até ao seu objectivo final, as quais pela sua dimensão agora só podiam ser efectivamente paradas em fortificações de maior envergadura, como ocorreu nas últimas décadas do século na linha tagana. Este facto é observado do período de maior

agressividade dos magrebinos durante as décadas de 80 e 90, nos ataques a Santarém, e em concreto o que atacou a fortificação de Torres Novas, em conjunto com baluarte preparado pelos cavaleiros templários em Tomar. Um sucesso ao teste das defesas por camadas formada do Tejo para o Mondego, e com esta expectativa desde o passado da formação de uma camada coesa de defesa preparada para absorver incursões em diversos estágios, até a sua eventual detenção pela perda de efectivos ou falta de mantimentos para a manutenção de uma campanha.

Ao que aconteceu na utilização de postos de vigia a partir deste ponto é inteiramente relacionado aos acontecimentos militares dentro da esfera portuguesa. A grande utilização nas zonas montanhosas do Centro e Norte português, deriva das particularidades benéficas para a instalação de atalaias e torres. Quando encontramos as planícies alentejanas e o longo caminho até à reconquista definitiva do Algarve, outras características tiveram de ser levadas em conta. O terreno maioritariamente plano com ocasionais elevações relacionava uma menos propícia alocação de postos, enquanto os rios e mais pequenos cursos fluviais continuavam a permanecer como os espaços de principal vigilância e retenção de hostilidades. Estas especificidades aliadas ao reduzido tempo que as forças portuguesas tiveram para se instalar no território do além-Tejo, reproduziu a rápida perda das principais praças fortes, com a excepção de Évora. Fazendo a evidente comparação que a geografia de uma região determina a disposição de um sistema defensivo, determina a diferença das evoluções que ocorreram na passagem da linha do Mondego para o Tejo.

A margem Norte do rio condensou muitas medidas de vigilância nas suas vias de comunicações e pontos de passagens de rios, pela melhor transição de indivíduos por estas características. Ao contrário desta realidade a Sul, onde encontramos um território mais aberto e com menos características propícias para o estabelecimento destes sistemas. Existia assim, toda uma área de melhor circulação de hostes com uma maior mais ampla área de acção. Deste pressuposto, muitos dos ataques feitos pelos muçulmanos eram marítimos e partiam desde de Alcácer do Sal, que não se manteve por muito tempo na posse cristã durante nos reinados de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, com as perdas territoriais entre 1190 e 1191. Formando um ponto de elevada disputa entre os opositores da Reconquista, que entre diversas campanhas e estágios de ocupação presenciavam uma excelente localização, para montar manobras de ocupação do Algarve, ou de retoma das posições taganas pelos mouros desde estas posições estratégicas. Algo comum em

diversas épocas da Reconquista pela luta e manutenção de certas praças para dominar mais facilmente uma região, ou uma área estratégica de controlo ao um curso fluvial ou vale. A atenção geoestratégica teve ter em consideração todas estas especificidades durante o conflito, aliado como já mencionado ao intensivo uso de meios de garantir informações importantes. Contribuíram para a larga conectividade defensiva entre as diferentes estruturas militares dentro dos sistemas defensivo do Tejo e Mondego.

Toda esta extensa linha defensiva preparada para o território de fronteira evoluiu nestas particularidades militares, aproveitando diversos benefícios da geografia local. A concentração de defesas taganas disponibilizou uma sólida posição portuguesa e uma base importante para o crescimento do reino. O crescimento desde esta fase crucial, foi proporcionado por este sistema conectado eficientemente pelos caudilhos de fronteira e outros chefes militares, proporcionando a todos os serviços de vigilância bases sólidas para desempenhar as suas actividades, seja na conectividade entre fortalezas e outros postos ou numa vigia mais activa percorrendo o terreno. Com isto, tentamos esclarecer a primária função defensiva, essencial para as manobras das guerras fronteiriças. Todo o aparato aqui mencionado dependia destas informações para reagir a acções inimigas, fossem apenas pequenos raids, marítimos ou terrestres, ou ataques de larga escala, de modo a destruir ou capturar um castelo ou cidade, e toda a sua área de influência directa.

Voltamos a insistir, pela grande carência em termos de investigação, na necessidade de provas empíricas para continuação de estudos deste género. A cartografia, aliada a disposição de dados toponímicos, é uma fonte para indicar a disposição de pontos de vigilância. No entanto, carecesse de outros dados para comprovar estas informações. Tanto que na base da evolução da língua portuguesa certos termos foram perdidos ao longo do tempo, apesar de alguns aludirem para termos militares que poderiam comprovar a presença de uma estrutura com estas funções. Como exemplo, os termos associados a torrezelas, entre outras, que se baseiam em nomes de estruturas defensivas, às quais temos o conhecimento de se relacionarem com uma torre, como neste caso. De modo a comprovar esta afirmação é necessário o trabalho especializado na arqueologia, para determinar estas provas no território extenso que foi constituída por diversas maneiras de manter serviços de vigilância. Sem esta base e provas comprovamos apenas dados teóricos derivados do contexto histórico da altura, e por alguns documentos privados que mencionam o posicionamento de estruturas dentro da descrição de um terreno em transformação. Uma das melhores provas onde se assiste-se ao posicionamento de defesas

desconhecidas além das pesquisadas através de dados toponímicos, formando a base desta investigação na sua interpretação da organização de dispositivos defensivos entre o Mondego e o Tejo.

Em suma, a evolução dos sistemas defensivos nesta época de nascimento da identidade portuguesa, precaveu muitos casos infortúnios que poderiam conter a sua expansão e afirmação dentro do espaço Hispânico. Nas suas potencialidades militares, apesar de a utilização de muitos efectivos irregulares e fora da esfera do poder feudal, foram aproveitadas todas as particularidades do conflito para potenciar uma maior presença de meios de segurança. Estes meios como denotamos passaram por uma evolução intercalar entre inovações nas estruturas defensivas na sua arquitectura e resistência contra hostes inimigas, como na especial atenção na observação de movimentações inimigas em posições concebidas para o efeito. Neste estabelecimento de atalhias pela extensão da fronteira, apontamos para a disposição destes meios num território muito disputado entre as forças cristãs e muçulmanas. Relacionando a importância dos métodos de transmissão de informações entre estes postos até as principais fortificações da zona. Potenciando uma região defensiva efectivamente para o repelir de uma agressividade adversa e manter em segurança das populações inseridas nestes espaços, em conjunto com os castelos nas suas funções de defender estes aglomerados e pontos estratégicos na ocorrência de incursões.

BIBLIOGRAFIA

I. Fontes

1.1 Fontes Impressas

AL-IDRISI,

Geografía de España, Valencia, Anubar, 1974.

HERCULANO, Alexandre.

Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1863

II. Bibliografia

2.1. Bibliografia de Referência

ALARCÃO, Jorge,

Portugal Romano, Lisboa, Editorial Verbo, 1974.

BAIÃO, António; CIDADE, Hernâni; MÚRIAS, Manuel (dir.),

História da Expansão Portuguesa no Mundo, vol. I, Lisboa, Editorial Ática, 1937.

BARROCA, Mário Jorge,

“Do castelo da Reconquista ao castelo românico (séc. XI a XII)”, *Portvgalia*, Nova Série, Vol. XI-XII, 1990/91.

“A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do século XII”, *Portvgalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, 1996/1997.

“A política portuguesa e as suas relações exteriores”, *2º Congresso Histórico de Guimarães, Actas do Congresso*, vol. 2, Guimarães, Universidade do Minho / Câmara Municipal de Guimarães, 1996.

CARDOSO PEREIRA, Emanuel,

Concelhos e Ordens Militares na Idade Média, Relações de dependência e de confronto dos séculos XII a XIII, Dissertação em Estudos em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

Instituto Geográfico do Exército,

Cartas Militares de Portugal, Continente, série M586; 1, 1/25000, I.G.E, Lisboa.

CASACA, João; MATOS, João; BAIO, Miguel,

Topografia Geral, Lisboa, Lidel-Edições Técnicas, 2000.

CUELLO, Antonio Malpica,

Los Castillos En Al-Andalus Y La Organización Del Territorio, Cáceres Universidad De Extremadura, 2003.

VEIGA, A. Botelho da Costa,

Algumas Estradas Romanas E Medievais, Notas Ao Atlas Do Volume I Dos Estudos De História Militar Portuguesa, Lisboa, 1943.

DA CRUZ COELHO, Maria Helena (coord.),

As Comunicações Na Idade Média, Lisboa, Fundação Portuguesa Das Comunicações, 2001.

DA CRUZ COELHO, Maria Helena,

Baixo Mondego Nos Finais Da Idade Média, VOL.I, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989.

DE AYALA MATÍNEZ, Carlos, F.FERNANDES Isabel Cristina (Coord.),

Cristãos Contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular, Lisboa, Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

DE OLIVEIRA MARQUES, A.H,

História De Portugal, Vol.1, Das Origens Às Revoluções Liberais, Lisboa, Edições Ágora,1972.

Introdução à História da Agricultura em Portugal, Lisboa, Cosmos, 2ª edição, 1968.

DE SOUSA SOARES, Torquato,

Formação do Estado Português (1096-1179), Trofa, Só Livros De Portugal,1989.

DURANT, Robert,

Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XII^o et XIII^o Siecles, Civilização Portuguesa, IX, Paris,Fundação Caluste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.

G. CHEJNEG, Anwar

Historia De España Musulmana, Madrid Ediciones Cátedra, 1980.

GIL MANTAS, Vasco Gil,

As Vias Romanas Da Lusitânia, Zaragoza, Studia Lusitania, 2012.

GOMES BARBOSA, Pedro;

Documentos, Lugares e Homens, Estudos de História Medieval, Lisboa, Edições Cosmo, 1991.

Povoamento E Estrutura Agrícola Na Estremadura Central, Séc. XII a 1325, Lisboa, Instituto Nacional da Investigação Científica, 1992

Reconquista Cristã nas Orgens de Portugal Séculos IX a XII, Lisboa, Ésquilo, 2009.

GOMES MARTINS, Miguel,

Guerreiros De Pedra, Castelos, Muralhas E Guerra De Cerco Em Portugal Na Idade Média, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016.

1147, A Conquita de Lisboa, na Rota da Segunda Cruzada, Lisboa, Esfera Dos Livros, Lisboa.

GOUVEIA MONTEIRO, João,

A Guerra nos Finais da Idade Média, 1º ed., Lisboa Lisboa: Noticias, 1998.

HERCULANO, Alexandre,

História de Portugal, Vol.II, desde o começo da Monarquia até ao fim do Reinado de Afonso III, José Mattoso (anotações críticas), Lisboa, BERTRAND EDITORA, 2008

ISAAC, Francisco,

Sesnando Davidez, Alvazil, Consûl, Estratega e Moçárabe, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.

KENNEDY, Hugh,

Os Muçulmanos Na Península Ibérica, Histórica Política do al-Andalus, Trad. Maria Georgina Segurado, Lisboa, Publicações Europa-América, 1999.

Manual de leitura de cartas, Instituto Geográfico do Exército Lisboa, 2008.

MATTOSO, José Mattoso,

Identificação De Um País, ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325, Vol. I.

Oposição, Lisboa, Imprensa Universitária- Editorial Estampa, 1985.

Fragments De Uma Composição Medieval, 2ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1990.

Cluny, Cruzios e Cistercienses, Na Formação de Portugal, Separata Do Volume V Das Actas do Congresso Histórico de Guimarães e a sua Colegiada, 1983.

Naquele Tempo, Ensaio de História Medieval, Lisboa, Circulo dos Leitores, 2009.

D. Afonso Henriques, Lisboa, Temas e Debates, 2007.

Ricos-Homens Infanções e Cavaleiros, A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII, Lisboa, Guimarães & C. Editores, 1982.

MATTOSO, José, DAVEAU Suzanne, BELO Duarte,

PORTUGAL, O Sabor da Terra, Um retrato histórico e geográfico por regiões, Lisboa, Circulo Leitores, 2010.

MONTEIRO, Helena,

A Estrada da Beira: Reconstituição De Um Traçado Medieval, Dissertação em História Medieval, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

TEIXEIRA, Nuno Severiano (Coord.), CONTENTE DOMINGUES Francisco, GOUVEIA MONTEIRO,

História Militar De Portugal, Lisboa, A Esfera Dos Livros, 2017.

THEMUDO BARATA, Manuel (Direc), SEVERIANO TEIXEIRA, Nuno, (Direc), MATTOSO, José (Coord.),

NOVA HISTÓRIA MILITAR DE PORTUGAL, Vol I, Lisboa, Circulo dos Leitores, 2003.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH Hermann, DAVAEAU Suzanne,

Geografia de Portugal, A Posição Geográfica E O Território, Vol. I, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987.

RIBEIRO, Orlando,

Formação de Portugal, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa, 1987

Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico, Livraria Sá da Costa, 1986

ROMANO, Ruggiero (Direc.),

Enciclopédia Einaudi, Volume 14, Estado-Guerra, Edição Portuguesa Fernando Gil (cord.), Lisboa, Imprensa Nacional- Casa Da Moeda, 1989.

RUCQUOI, Adeline,

História Medieval Da Península Ibérica, Nova História, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

SANTOS, Filipa,

O Médio Tejo dos meados do Século IX à primeira metade do século XIII: Militarização e Povoamento, Dissertação de Mestrado em História Medieval, Lisboa, 2011.

SERRÃO, Joel, DE OLIVEIRA MARQUES, A.H,

Portugal em Definição de Fronteiras, Vol.III, Lisboa, Editorial Presença, 1996

SOBRAL NETO, Margarida (Coord.),

Penela Um Percurso Pelo Tempo, Penela, Palimge, 2015.

VILLAMARIZ OLIVEIRA, Nuno,

Castelos Templários Em Portugal (1120-1314), Lisboa, Ésquilo, 2010

VIOLANTE BRANCO, Maria João,

D. Sancho I, Reis de Portugal, Lisboa, Circulo de Leitores, 2012.

2.2.Obras Gerais

GARCIA FITZ, Francisco,

Castilla y León frente al Islam, Estratégias de Expansión y Tácticas Militares (Siglos XI-XII), Sevilha, Universidad de Sevilha Secretariado de Publicaciones, 2006.

LAY, Stephen,

The Reconquest Kings of Portugal: political and cultural reorientation on the medieval frontier, New York, Basingstock: Palgrave , Macnillan, 2009.

PIMENTA, Alfredo,

Fontes Medievais da História de Portugal, Anais e Crónicas, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982.

SELVAGEM, Carlos,

Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal, Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

SERRÃO, Joel (Direc.)

Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista, A.H Oliveira Marques (Coord.) Lisboa, Presença, 1993.

2.3. Bibliografia Especifica

BARROCA, Mário Jorge,

Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), Vol. I, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995

No Tempo de D. Afonso Henriques, reflexões do primeiro século português, Porto, CITCEM, 2017.

BISKO, C.I,

Studies in Medieval Spanish frontier history, London, Variorum Reprints, 1980.

CONSTABLE, Olivia Remie,

Medieval Iberia, Readings from Christian, Muslim and Jewish Sources, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1997.

DA SILVA, Carlos Guardado

Caminhos do Rio, Rios das grandes civilizações, Lisboa, Edições Colibri, 2019

FERNANDES, Isabel Cristina (Coord.),

As Ordens Militares, e as Ordens de Cavalaria na Construção do Mundo Ocidental, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, 2005.

FERNÁNDEZ, Luis Suárez

Historia de España, Edad edia, Madrid, Editorial Gredos, 1978.

GUTTON, Francis,

La Chevalerie Militaire Au Portugal, L'Ordre Du Temple, L'Ordre Du Christ, L'Ordre D'Avis, L'Ordre De Santiago, Paris, P. Lethielleux, 1981.

LOMAX, Derek W.,

La Orden de Santiago, 1170-1277, Madrid, Escuela de Estudios Medievales, 1965.

MARQUES, José,

“ *Povoamento E Defesa Na Estruturação Do Estado Medieval Português*”, Universidade do Porto, Centro de História, 1988.

OLIVIERA MARQUES, A.H.

A Sociedade Medieval Portuguesa, Aspectos de Vida Quotidiana, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.

PICARD, Christophe,

Le Portugal musulman (VII-XIII siècle), L'Occident d'al- Andalus sous domination islamique, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000.

PINTO COSTA, Paula, PIMENTA, Maria Cristina,

“ *A cruzada e os objectivos fundacionais das Ordens Religioso-Militares em Portugal*”, Revista Portuguesa de História, t. XL (2008/2009)

Reportório Toponímico De Portugal, 03 Continente, (Carta 1/25 000), Lisboa, 1967.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio

Las España Musulmana, Según Los Autores Islamitas y Cristianos Medievales, Cuarta Edición, Madrid, Tomo I, Espasa-Calpe, S. A, 1974.

VASCONCELOS VILAR, Hermínia; LOPES DE BARROS, Maria Filomena,

Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média, entre o Islão e a Cristandade, Lisboa, Edições Colibri, 2012.

VIANA, Mário,

“Os cavaleiros de Santarém nos séculos XII e XIII”, *Arquipélago, História*, 2ª série, XI, 2005.